

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Qualidade de vida e perfil sócioeconômico dos beneficiários
do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
Familiar – PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul
Cearense

Márcia Maria Ferreira Moroni

Fortaleza-Ceará
2006

Qualidade de vida e perfil sócioeconômico dos
beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da
Agricultura Familiar – PRONAF D na Mesorregião Centro-
Sul Cearense

Márcia Maria Ferreira Moroni

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em
Avaliação de Políticas Públicas, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-
graduação, como requisito parcial para obtenção do grau de
mestre.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza-Ceará
2006

"Lecturis salitem"

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR

Telma Regina Abreu Camboim - Bibliotecária - CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas - UFC

M855q

Moroni, Márcia Maria Ferreira.

Qualidade de vida e perfil sócio-econômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D na mesorregião Centro Sul Cearense [manuscrito] / por Márcia Maria Ferreira Moroni. – 2006.

155f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE),26/05/2006.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Bezerra.

Inclui bibliografia.

1-TRABALHADORES RURAIS - CENTRO-SUL CEARENSE(CE: MESORREGIÃO) – CONDIÇÕES SOCIAIS. 2- TRABALHADORES RURAIS - CENTRO-SUL CEARENSE(CE: MESORREGIÃO) – CONDIÇÕES ECONÔMICAS.3- CENTRO-SUL CEARENSE(CE: MESORREGIÃO) – CONDIÇÕES RURAIS.4- QUALIDADE DE VIDA – CENTRO-SUL CEARENSE(CE: MESORREGIÃO). 5-PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR(BRASIL). 6-AGRICULTURA FAMILIAR – CENTRO-SUL CEARENSE(CE: MESORREGIÃO).I- Bezerra, Ricardo Figueiredo,orientador. I. Universidade Federal do Ceará. Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. III- Título.

CDD(21ª ed.) 331.763098131

01/07

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. Um exemplar da presente pesquisa encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca de Ciências Humanas da referida instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Márcia Maria Ferreira Moroni

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/05/2006.

Prof. Ricardo Figueiredo Bezerra, PhD.
Orientador

Profa. Sílvia Maria de Freitas, Dra.
Co-orientadora

Profa. Liana Brito de Castro Araújo, Dra.
Examinadora

Profa. Lea Carvalho Rodrigues, Dra.
Suplente

Aos meus pais, José Carlos e Cleomar, pela educação e formação moral, principais valores que alicerçam a minha vida.

A meu esposo, Marconi, pelo amor, companheirismo e estímulo, e as minhas filhas, Alessandra e Sabrina, que vieram iluminar a minha existência.

DEDICO

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida e pela força e luz que me acompanharam ao longo deste trabalho.

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que viabilizou a realização do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas.

Ao Professor Doutor Ricardo Figueiredo Bezerra, pelos conhecimentos transmitidos desde a definição do projeto de pesquisa, através de críticas e sugestões, como também respeitando e acreditando no meu desempenho ao longo de todo o processo da dissertação.

À Professora Doutora Sílvia Maria de Freitas, pela contribuição, amizade e esforço ilimitado na orientação deste trabalho.

À Professora Doutora Lea Rodrigues de Carvalho, coordenadora do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelas colaborações importantes e pelo esforço na condução do curso de mestrado.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelos importantes conhecimentos transmitidos durante a realização do curso.

A todos os colegas do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que deram apoio e contribuições importantes para a realização desta dissertação, principalmente a Pedro Pucci de Mesquita, do Ambiente de Gestão do Ativo e Informação e Antônio Carlos Rodrigues de Sousa, da Central de Apoio Operacional de Fortaleza, pela demonstração de amizade e colaboração, sem os quais não seria possível a execução deste estudo.

Aos técnicos agrícolas do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Francisco Evandier Batista de Freitas e Francisco Galiza de Sá, pela colaboração e rica contribuição na aplicação dos questionários.

A todos os colegas do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, especialmente à Maria Inez Simões Sales, Maria José Chaves e Stélio Gama Lira Júnior, companheiros e também colegas no BNB, pelas ricas discussões, bem como pela amizade construída durante a realização do curso.

Ao colega de mestrado e companheiro do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Romildo Carneiro Rolim, pelo incentivo constante e pela colaboração prestada no decorrer desta jornada.

A meu esposo Marconi, pelo companheirismo, compreensão e paciência, bem como pelas importantes sugestões no conteúdo desta dissertação.

As minhas filhas Alessandra e Sabrina, pelo carinho e amor sem limites.

A meu irmão Fernando Antônio, pela grande colaboração no decorrer deste trabalho e aos demais familiares pelo apoio imprescindível durante toda a minha vida.

À GAUSS – Empresa Júnior de Estatística da Universidade Federal do Ceará, pela tabulação dos dados dos questionários.

Por fim, aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense, pela boa vontade, desprendimento e informações inseridas nesta pesquisa.

Sumário

<i>Lista de tabelas</i>	<i>10</i>
<i>Lista de gráficos</i>	<i>14</i>
<i>Lista de quadros</i>	<i>16</i>
<i>Lista de figuras</i>	<i>17</i>
<i>Lista de abreviaturas</i>	<i>18</i>
<i>Resumo</i>	<i>20</i>

Capítulo 1

A agricultura familiar como política pública de desenvolvimento rural 21

1.1	As políticas sociais brasileiras em uma perspectiva histórica	23
1.2	O PRONAF como política pública de financiamento rural	27
1.2.1	Histórico do PRONAF	29
1.2.2	Características gerais do programa	32
1.2.3	A agricultura familiar no estado do Ceará	37
1.3	O problema e sua importância	40
1.3.1	Delimitação do estudo e justificativa	42
1.4	Hipóteses	43
1.4.1	Hipótese principal	43
1.4.2	Sub-hipóteses	44

1.5 Objetivos 44

1.5.1 Objetivo geral 44

1.5.2 Objetivos específicos 45

Capítulo 2

Revisão de literatura 46

2.1 Desenvolvimento sócioeconômico 46

2.1.1 Crescimento econômico versus desenvolvimento econômico - marco conceitual 46

2.2 Qualidade de vida através do desenvolvimento humano 51

Capítulo 3

Mesorregião Centro-Sul Cearense – o ambiente da pesquisa 58

3.1 O Ceará no contexto nacional e regional 58

3.2 A Mesorregião Centro-Sul Cearense no contexto estadual 67

Capítulo 4

Desenho do estudo 74

4.1 Definição e operacionalização das variáveis na identificação do perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense 75

4.1.1 Variáveis sociais 75

4.1.2 Variáveis econômicas 75

4.2	Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida - IQV	76
4.3	Operacionalização das variáveis do Índice de Qualidade de Vida - IQV	79
4.4	Instrumentos e dados da pesquisa	83
4.5	Determinação do tamanho da amostra	84

Capítulo 5

Análise e discussão dos dados 86

5.1	Perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D	86
5.1.1	Variáveis sociais	86
5.1.2	Variáveis econômicas	95
5.2	Análise dos indicadores de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense	115
5.2.1	Saúde	116
5.2.2	Educação	118
5.2.3	Condições de moradia (habitação)	120
5.2.4	Condições sanitárias	123
5.2.5	Acesso a bens duráveis	125
5.3	Contribuição de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense	127

Capítulo 6

Conclusões e recomendações *131*

Referências bibliográficas *138*

Anexo:

Questionário *143*

Tabelas

Capítulo 1	1.1	Estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção (VBP) no Brasil - 1995-1996	28
	1.2	Agricultura Familiar - Estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção (VBP) – Grandes regiões - 1995-1996	28
	1.3	Contratos e valores - Ceará, Mesorregião Centro-Sul Cearense, Nordeste, Grandes regiões brasileiras - 2004	37
	1.4	Categorias, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares, no estado do Ceará	38
	1.5	Categorias, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares, na Mesorregião Centro-Sul Cearense	38
	1.6	Categoria de renda, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 1995 - 1996	39
Capítulo 3	3.1	Indicadores de ocupação e atividade - Ceará -1997 e 2001	60
	3.2	Indicadores de rendimento - Ceará -1997 e 2001	61
	3.3	População em estado de pobreza (%) - Grandes Regiões - 1997 e 1999	62
	3.4	Índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) - Ceará, Nordeste e Brasil – 1985 a 2000	63
	3.5	Evolução do PIB a preços de mercado (R\$ 1.000 mil) - Brasil, Nordeste e Ceará – 2001e 2002	64
	3.6	Evolução do PIB <i>per capita</i> a preços de mercado (R\$ 1,00) Brasil, Nordeste e Ceará – 2000 e 2002	64
	3.7	Quantidade de estabelecimentos de ensino - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2003	69

	3.8	Quantidade de estabelecimentos e leitos hospitalares - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002	70
	3.9	Abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo (Domicílios particulares permanentes) - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2000	70
	3.10	PIB - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002	71
	3.11	Culturas permanentes e temporárias - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002	72
	3.12	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão - Ceará e municípios da Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2000	73
Capítulo 4	4.1	Distribuição da amostra por produtores rurais - 2001	85
Capítulo 5	5.1	Identificação, por idade e sexo, dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	87
	5.2	Grau de instrução e condição educacional dos beneficiários do PRONAF D – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	88
	5.3	Grau de instrução dos residentes nas propriedades rurais investigadas (familiares e agregados dos beneficiários do crédito) - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	90
	5.4	Tamanho da unidade familiar dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	91
	5.5	Composição familiar dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	92
	5.6	Local das atividades desempenhadas pelos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	93
	5.7	Percentual da renda destinada ao autoconsumo pelos beneficiários do Crédito - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	96
	5.8	Localização das propriedades objeto da pesquisa - 2004	97

- 5.9 Tamanho e condição das propriedades rurais investigadas -
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004 98
- 5.10 Tração utilizada nas propriedades rurais - 2004 100
- 5.11 Máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades rurais -
2004 102
- 5.12 Benfeitorias existentes nas propriedades rurais investigadas-
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004 103
- 5.13 Fonte de energia e tipo de abastecimento de água utilizado nas
propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul
Cearense - 2004 103
- 5.14 Atividades rurais desempenhadas pelos beneficiários do
PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004 104
- 5.15 Volume de recursos contratados no estabelecimento bancário,
pelos beneficiários entrevistados, destinados a investimentos nas
propriedades rurais (R\$ 1,00) - Mesorregião Centro-Sul Cearense
- 2001 106
- 5.16 Conhecimento sobre as obrigações contratuais e dificuldades em
amortizar o financiamento contratado - Mesorregião Centro-Sul
Cearense - 2004 108
- 5.17 Dificuldades enfrentadas na obtenção do financiamento pelos
beneficiários - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2001 108
- 5.18 Capacitação dos beneficiários e assistência técnica recebida -
2004 109
- 5.19 Pessoas ocupadas nas propriedades rurais - Mesorregião Centro-
Sul Cearense - 2004 111
- 5.20 Modificação da produção após o financiamento do PRONAF -
2004 111
- 5.21 Modificação na renda após o financiamento do PRONAF - 2004
112

- 5.22 Contribuição do PRONAF na modificação da produção e renda 2004 113
- 5.23 Percepção de futuro do produtor e de sua família sob a ótica do beneficiário do crédito 114
- 5.24 Acesso aos serviços de saúde 116
- 5.25 Frequência escolar 120
- 5.26 Condições de moradia (habitação) 121
- 5.27 Condições sanitárias 124
- 5.28 Acesso a bens duráveis 126
- 5.29 Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários e suas famílias, residentes na Mesorregião Centro-Sul Cearense 129

Gráficos

Capítulo 2	2.1	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 1975 a 2000	55
Capítulo 3	3.1	PIB <i>per capita</i> a preços de mercado (R\$ 1,00) - Brasil, Nordeste, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002	65
	3.2	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil e Ceará - 1991 a 2000	66
	3.3	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense – 2000	66
Capítulo 5	5.1	Beneficiários do PRONAF inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense, por grau de instrução - 2004	88
	5.2	Residentes nas propriedades rurais investigadas (familiares e agregados dos beneficiários do crédito), por grau de instrução - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	90
	5.3	Distribuição relativa por trabalho desempenhado pelos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	94
	5.4	Renda média familiar <i>per capita</i> dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	96
	5.5	Distribuição da renda destinada ao autoconsumo - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	97
	5.6	Frequência relativa, por tamanho, das propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	99
	5.7	Distribuição, por tipo das propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	100
	5.8	Distribuição relativa, por atividades desempenhadas pelos beneficiários do PRONAF D nos estabelecimentos investigados - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004	105

- 5.9 Distribuição dos valores dos financiamentos contratados pelos beneficiários entrevistados, na Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2001 107
- 5.10 Continuidade dos filhos na atividade rural, segundo os beneficiários - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004 115
- 5.11 Acesso aos serviços de saúde 117
- 5.12 Educação 119
- 5.13 Condições de moradia (habitação) 122
- 5.14 Condições sanitárias 125
- 5.15 Acesso a bens duráveis 127
- 5.16 Comparação de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários do PRONAF D 130

Quadros

Capítulo 1	1.1	PRONAF - Classificação por grupo	34
	1.2	PRONAF - Limites e benefícios por grupos - Investimentos	36

Figuras

Capítulo 3	3.1	Posição geográfica, dimensões e limites - Ceará	59
	3.2	Estado do Ceará - Divisão por Mesorregiões	67

Abreviaturas

ARCE – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Ceará
BCB – Banco Central do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
COELCE – Companhia Energética do Ceará
CREAI – Crédito de Crédito Agrícola e Industrial
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO – Food and Agriculture Organization
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FECAMP – Fundação de Economia de Campinas
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IETS – Instituto de Estudos e Trabalho da Sociedade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia do Estado do Ceará
LEMA – Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCSC- Mesorregião Centro-Sul Cearense
ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SUS – Sistema Único de Saúde

UFC – Universidade Federal do Ceará

VBP – Valor Bruto da Produção

Resumo

Este estudo avalia as condições sócioeconômicas e a qualidade de vida dos produtores familiares, beneficiados com Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, grupo D, contratados através do Banco do Nordeste do Brasil, no ano de 2001, na Mesorregião Centro-Sul Cearense. Para identificar o perfil sócioeconômico trabalhou-se com variáveis sociais e econômicas e para a análise da qualidade de vida foi utilizado o Índice de Qualidade de Vida - contemplando os indicadores saúde, educação, condições sanitárias, condições de moradia e acesso a bens duráveis - que compara a situação antes do financiamento contratado, em 2001, e após, em 2004, ano da pesquisa. Os resultados obtidos indicam que houve uma melhoria em todos os indicadores analisados, sendo condições de moradia, saúde e acesso a bens duráveis, os que apresentaram maior contribuição. Não obstante, é importante registrar que, pela metodologia adotada, o aumento verificado foi pouco significativo já que o nível de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D continua regular. Registre-se, também, que o acréscimo pode não ser creditado, exclusivamente, ao PRONAF, haja vista que outros programas poderão ter contribuído para o resultado aqui apresentado, como o Projeto São José, do governo do estado do Ceará e Luz para Todos, do governo federal, em parceria com o governo estadual. No que concerne ao perfil sócioeconômico apurou-se que os beneficiários investigados apresentam baixo nível de instrução e seus trabalhos são desenvolvidos em pequenas propriedades rurais com estruturas rudimentares. A grande parte dos produtores familiares, visando complementar a baixa renda, tem encontrado dificuldades em pagar o financiamento obtido. Apesar de certo descontentamento com a atividade rural, os beneficiários do PRONAF estão otimistas quanto ao futuro e desejam que seus filhos dêem continuidade ao trabalho agropecuário. Sugere-se a capacitação dos produtores rurais através de treinamentos específicos visando profissionalizar o segmento rural constituído pelos agricultores familiares bem como a realização de estudos posteriores, com a inclusão de novos indicadores, uma vez que é possível o acréscimo de outras variáveis que tenham influência na qualidade de vida da população investigada.

Capítulo 1

A agricultura familiar como política pública de desenvolvimento rural

Haja vista a importância de uma política pública voltada para os agricultores familiares, seja pelo número de estabelecimentos rurais desse segmento, pela quantidade de brasileiros que vivem em áreas rurais ou pela importância da produção familiar em relação ao valor bruto da produção agropecuária nacional, o presente estudo tem como temática central conhecer o perfil sócioeconômico bem como as mudanças na qualidade de vida dos beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF D, na Mesorregião Centro-Sul Cearense (MCSC), a partir de financiamentos obtidos em um banco público e destinados a investimentos em suas propriedades rurais.

A agropecuária, desde o princípio da colonização brasileira, tem se mostrado um segmento de grande representatividade para a economia nacional, destacando-se, na história do Brasil, os ciclos da cana-de-açúcar, do algodão, do café e, mais recentemente, o da soja.

Não obstante e diferente de inúmeras análises sobre as transformações ocorridas na economia brasileira no processo de industrialização - bem como às políticas governamentais que foram desenvolvidas para promovê-lo e acelerá-lo - as mudanças havidas no setor agropecuário e na relação deste com o resto da economia nacional não mereceram as mesmas atenções (SZMRECSÁNYI, 1997).

As intervenções estatais na agricultura brasileira só ganharam maior dinamismo a partir de 1929, quando ocorreu uma alteração do quadro econômico em decorrência da crise do café e da grande depressão mundial iniciada com a queda da Bolsa de Nova Iorque. O governo buscou, no meio rural, a solução para o problema interno,

começando, a partir de então, um processo de reorganização, que se iniciou pelos órgãos governamentais.

Assim, na década de 1930, surgiu, ainda que de forma incipiente, uma estratégia agrícola no âmbito do governo federal. O principal instrumento dessa política agrícola – que visava o abastecimento do mercado interno através de uma política econômica de substituição de importação - foi a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAM, o crédito rural público do Banco do Brasil.

De acordo com MUELLER, citado por SZMRECSÁNYI (1997: 230), essa carteira de crédito foi considerada “a primeira organização brasileira para o financiamento de longo prazo de atividades prioritárias”. Dessa forma, o crédito rural estava voltado, não mais para um só produto nem uma só região, mas para as cidades onde o Banco do Brasil atuava. De fato, não era a situação ideal mas já se vislumbrava um grande progresso pois, além de propiciar prazos e condições mais adequadas à natureza específicas das atividades, “*fixava taxas de juros favorecidas, algo muito importante numa economia como a brasileira, sujeita a recorrentes surtos inflacionários*” (Idem, p.230).

A partir desse período até a presente data outros instrumentos e mecanismos foram direcionados a política agrícola. Assim, surgiu o Programa de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM) que garantia a renda do agricultor, através da colocação de sua produção em condições minimamente compensadoras, seja o governo a adquiri-la, seja o setor privado. Essa política, no entanto, incluía, apenas, seis produtos (feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim e soja) deixando, fora desse benefício, a pecuária e a fruticultura, dentre outros.

Há unanimidade entre os autores em afirmar que o crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Brasil para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. No entanto, já foi, também, devidamente enfatizado que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI, 1997).

No segmento rural constituído pelos agricultores familiares, cujo trabalho realizado por familiares representa a principal fonte de renda do estabelecimento, essas políticas tornavam-se, ainda, mais discriminatórias. O agricultor familiar era tratado da mesma forma que o grande produtor rural, enfrentando as mesmas burocracias bancárias e disputando o crédito rural oficial com os demais produtores. Assim, em 1995, foi criado, no Brasil, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - programa agrícola destinado aos agricultores familiares. Essa política pública voltada a esse segmento tem, dentre os seus objetivos, o aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida.

De acordo com dados do Senso Agropecuário de 1995/96, estima-se, que a agricultura familiar representa 85,2% dos estabelecimentos rurais existentes no Brasil, ocupa 30,5% da área agrícola total e responde por 37,0% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional – VBP (BRASIL, MDA, 2002).

1.1 As políticas sociais brasileiras em uma perspectiva histórica

Argumenta-se que as políticas sociais na América Latina, desde o modelo primário-exportador, a partir do final do século XVIII e com grande intensidade no século XIX, até a presente data, têm sido formuladas como parte integrante da operacionalização dos arranjos econômicos e como instrumento de sustentação política do Estado. Na América Latina, ao contrário do que ocorreu com as nações desenvolvidas, o Estado foi concebido pelo poder oligárquico e imposto ao resto da sociedade (PINHEIRO, 1995).

De acordo com LAVINAS e VARSANO, citado por PEREIRA (2002: 125), as políticas sociais no Brasil tiveram a sua trajetória, em grande parte, influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional bem como pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na política interna. Assim é que, diferente das políticas sociais dos países capitalizados avançados, que nasceram livres da

dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema do bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções.

A natureza monocultora e latifundiária do sistema primário-exportador brasileiro era concentradora de poder econômico e poder político. Com a independência do Estado, essas elites que controlavam o sistema econômico ganharam mais espaço e passaram a influenciar, também, a política econômica de acordo com os seus interesses, que passaram a serem chamados de nacionais (PINHEIRO, 1995).

Até à época, o café era o principal item constante da pauta das exportações nacionais e os produtores – cientes do poder que detinham, influenciavam a política econômica estatal para patrocinar o seu produto no mercado exterior através de instrumentos de desvalorização cambial, abertura de linhas de crédito e formação de estoques para controlar a oferta do produto. Assim, a política econômica era regulada de acordo com os interesses da oligarquia.

No modelo primário-exportador, sob o poder da elite, o Estado utilizava as políticas sociais com o intuito de firmar a identidade nacional e propiciar condições mínimas de trabalho para os contingentes de imigrantes bem como para o restante da população tentando viabilizar as empresas exportadoras de bens primários.

Com o esgotamento desse modelo, entre o final do século XIX e o começo do século XX, haja vista as sucessivas crises econômicas bem como a primeira guerra mundial que modificaram a estrutura interna dos países, ocasionando a redução das exportações e encarecimento das importações, o Estado avança no desenvolvimento econômico e ganha feições industrialistas e, ao mesmo tempo, populistas, procurando, por meio das políticas sociais cooptar os trabalhadores urbanos.

Entre meados da década de 1930 até o início dos anos cinquenta, a economia brasileira passou por um grande processo de transformação. Este processo representou, principalmente, uma mudança da atividade econômica, anteriormente centrada na agricultura de exportação, para o desenvolvimento de um sistema produtivo interno, baseado na indústria e no atendimento ao setor urbano.

Com a proliferação de novos centros urbanos e o crescimento das cidades existentes, nota-se o desenvolvimento de uma cultura vinculada aos centros europeus, surgindo daí uma classe social e econômica distinta da de então.

Na década de 1940 as políticas sociais se confundiam com os benefícios trabalhistas. Esses benefícios, como a estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 48 horas semanais, férias remuneradas, indenização por demissões, desenvolvimento do sistema previdenciário, eram estendidos apenas aos trabalhadores urbanos e visavam fortalecer a classe média urbana no processo de desenvolvimento do Estado.

Da mesma forma, nos anos 1960 e 1970, segundo TAVARES (1973), citado por PINHEIRO (1995: 75), objetivando o fortalecimento da classe média, o prosseguimento da política de concentração de renda criaria uma demanda poderosa que estimularia a consolidação e o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis. Estas indústrias, por sua vez, teriam um grande efeito multiplicador sobre o restante da economia, incrementando o nível de emprego e de atividade dos outros setores produtivos.

Esta política econômica, chamada “teoria do bolo”, tinha como pressuposto o crescimento da riqueza, na mão de poucos, para, somente após ocorrer a repartição com os demais segmentos sociais. Assim, mais uma vez as políticas sociais atendiam a uma parcela da sociedade, visando a garantia do desenvolvimento da economia interna bem como a sustentação do regime autoritário, originário do golpe militar de 1964.

Com a penetração dos interesses privados corporativos no Estado bem como com o esgotamento da estratégia de industrialização utilizada, as contradições desse modelo começaram a aparecer.

Nos anos 1970 e 1980 o Estado se torna permeável aos grupos organizados. À medida que a política econômica avança, as políticas sociais são desenhadas de acordo com os grupos que têm penetração na máquina estatal. Assim, os grupos corporativos, tanto de origem empresarial quanto da classe trabalhadora desenhavam políticas

econômicas e públicas de acordo com os seus próprios interesses. Segundo PINHEIRO (1995: 76) esse fator contribuiu para a falência fiscal do Estado que não conseguia controlar seus gastos nem fazer uma reforma tributária.

De acordo com PINHEIRO (1995), com a democratização na América Latina, por volta da década de 1980 e o avanço para a universalização dos benefícios sociais a toda a população (Constituição Federal, 1988), esses países e de modo particular o Brasil, sem estrutura e recursos para atender a essa demanda, por conta da dívida interna e externa, passam por um grave estrangulamento na capacidade de financiamento das políticas sociais.

No início da década de 1990, após o governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso continuou seu plano de estabilização econômica, iniciado na gestão anterior quando Ministro da Fazenda, cuja prioridade era a estabilização dos preços e da moeda (PEREIRA, 2002). De fato, o governo conseguiu exterminar a hiperinflação, mas com grandes custos sociais. A política econômica privilegiou o crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento econômico - que alia o crescimento econômico à melhoria de bem-estar social da população.

Recentemente, as discussões acerca das políticas sociais no Brasil vêm ganhando destaque. Alguns indicadores têm surgido com a intenção de medir a pobreza e a exclusão social. Esses indicadores, no caso brasileiro, têm evidenciado uma sociedade desigual, marcada por grandes parcelas de excluídos sobrevivendo na miséria e na indigência (COHN, 1995:1).

Em uma tentativa de redução das desigualdades sociais, tanto entre as regiões do país, quanto dentro do próprio segmento rural foi criado, em 1996, o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar. Referido programa teve como objetivo primeiro o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e renda e a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

1.2 O PRONAF como política pública de financiamento rural

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado através do Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como objetivo básico promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, visando propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos, o aumento da renda e a conseqüente melhoria da qualidade de vida .

Segundo informações do Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, MDA, 2002), cerca de 40,0% da população brasileira vive em áreas rurais. De acordo com critérios técnicos que consideram o tamanho da população, a densidade demográfica e a predominância do trabalho agrícola, cerca de 80,0% dos municípios brasileiros são rurais. Apesar do crescimento das atividades não agrícolas, é o desenvolvimento das cadeias produtivas agropecuárias, envolvendo a produção, a industrialização e a comercialização, que gera e mantém a grande maioria dos empregos na área rural.

No universo da agricultura no Brasil, os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois são responsáveis por uma parte significativa da produção agrícola nacional, distribuem melhor a renda, respeitam mais o meio ambiente e potencializam a economia local nos municípios onde vivem (BRASIL, MDA, 2002).

Conforme a Tabela 1.1, a seguir, e de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, cujos dados são oriundos do estudo da FAO/INCRA (2000), dos quase cinco milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 4.139.369, ou seja, 85,2% são estabelecimentos de agricultores familiares. Eles ocupam 30,5% da área agrícola total e respondem por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional – VBP (BRASIL, MDA, 2002).

Tabela 1.1 - **Estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção (VBP) no Brasil - 1995 - 1996.**

Categorias	Quantidade	%	Área (ha) (1.000)	%	Produção (R\$ 1.000)	%
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0
Outras	165.994	3,4	5.801	1,6	538.849	1,1
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.424	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96- IBGE – Tabulação especial

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA

Apesar de sua importância sócioeconômica, cultural e ambiental, a agricultura familiar enfrenta sérios problemas estruturais e conjunturais. Existem grandes variações dentro desse universo: tanto entre as regiões quanto dentro de cada região do país. Parte da diversidade regional pode ser observada na Tabela 1.2. Comparando-se os dois extremos, verifica-se que, enquanto metade dos estabelecimentos familiares está situada no Nordeste, quase metade do VBP de base familiar é proveniente do Sul. Ou seja, a agricultura familiar é mais importante numericamente no Nordeste e mais forte economicamente no Sul.

Tabela 1.2 - **Agricultura familiar – Estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção (VBP) – Grandes regiões - 1995-1996.**

Regiões	Estabelecimentos (%)	Área (%)	VBP (%)
Nordeste	49,7	31,6	16,7
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2
Norte	9,2	20,3	7,5
Sudeste	15,3	17,4	22,3
Sul	21,9	18,0	47,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE – Tabulação especial.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA

1.2.1 Histórico do PRONAF

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial as políticas agrícolas, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos de crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção (MATTEI, 2001:1).

Até bem pouco tempo, não existia o próprio conceito de agricultura familiar. O agricultor familiar era considerado “mini-produtor” para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, e “trabalhador rural” para enquadramento sindical. No que concerne a uma definição conceitual, esta, também, era bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas como: pequena produção, produção familiar e produção de subsistência.

Além de o produtor familiar disputar o crédito rural oficial com os demais produtores com grande desvantagem, este era obrigado à mesma rotina bancária para obter um financiamento que tinha o perfil para o grande produtor. Assim, até 1993 não se tem notícias de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil (BELIK, 1999:1).

Esse cenário começou a mudar em 1994, no governo Itamar Franco, com a instituição de políticas agrícolas diferenciadas para os diversos tipos de produtores rurais. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF atendeu-se a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, que colocava a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica como de inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2001).

Reconhecendo a desigualdade como principal fator de explicação do excessivo nível de pobreza, é consenso entre os estudiosos das políticas públicas a concepção de programas redistributivos de ativos na sociedade. Redistribuição de terra, redistribuição de renda e de riqueza, acesso ao crédito e educação universal de qualidade são pilares de uma política estrutural de erradicação da pobreza a partir da redução da desigualdade.

Na década de noventa, entretanto, dois fatores foram decisivos para mudar este cenário. Por um lado, as reivindicações dos trabalhadores rurais - que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaques nas famosas “Jornadas Nacionais de Luta” ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural. Por outro, os estudos realizados conjuntamente pela *Food and Agriculture Organization*-FAO e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, que definiram com maior precisão o conceito de agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Sabe-se que esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF (MATTEI, 2001).

Cronologicamente, nota-se que esse processo de mudanças na política agrícola teve início a partir de 1994, quando o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares. Pela primeira vez na história da política agrícola brasileira, a definição do público beneficiário aproxima-se das reivindicações do setor.

No ano seguinte, em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. O crédito, porém, era concedido, somente, para projetos grupais ou coletivos e as ações eram relativas somente ao crédito de custeio. Essas modificações deram origem, em 1996, ao PRONAF. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública de apoio aos agricultores familiares (MATTEI, 2001).

Durante esse percurso, desde a sua criação até a presente data, o programa tem passado por mudanças visando uma melhor adaptação e atendimento às necessidades dos produtores familiares. Assim, de acordo com o Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF (BRASIL, MDA, 2002), já a partir de 1996, foi permitido, no âmbito do programa, o crédito individual, bem como as ações relativas ao investimento das propriedades rurais. Houve, também, uma redução nas taxas de juros aplicadas ao crédito. Deve-se registrar, ainda, que somente a partir de 1997 o PRONAF ganha maior dimensão e passa a operar nacionalmente. Nessa época ocorreu a ampliação do programa para as áreas de infra-estrutura e de capacitação, bem como a inclusão dos pescadores artesanais, aqüicultores, seringueiros e extrativistas.

Em 1998 foi criada a linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural – PRONAF AGREGAR. No ano seguinte, em 1999, houve a consolidação das normas do PRONAF no Manual de Crédito Rural – MCR, do Banco Central do Brasil. Os agricultores familiares beneficiários do PRONAF foram classificados, inicialmente, nos grupos A, B, C e D para fins de acesso aos créditos. (A classificação “E” foi incluída no PRONAF posteriormente). Em 2001, foi promovida mais uma abertura com a inclusão dos silvicultores tendo, no ano de 2002, criado a linha de ação Créditos de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais através do PRONAF FLORESTAL.

Até que o Programa atingisse o formato atual, institucionalmente, houve, também, uma série de modificações. Primeiramente, era vinculado ao Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Depois foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) podendo-se concluir que, em uma nova forma organizacional, a agricultura familiar aumentou a sua importância, pela criação da Secretaria de Agricultura Familiar, no âmbito do MDA.

1.2.2 Características gerais do programa

De acordo com o Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil - BCB, o PRONAF apóia as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares por meio das duas linhas básicas de ação quais sejam: PRONAF CRÉDITO RURAL e PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS. Entende-se por atividades, renda ou serviços não agrícolas aqueles relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e com a prestação de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O PRONAF Infra-estrutura e Serviços são créditos repassados a municípios selecionados e devem ser empregados na melhoria de infra-estrutura para os agricultores familiares. Os critérios de seleção dos municípios privilegiam aqueles que possuem grande número de agricultores familiares e apresentam condições econômicas precárias, tendendo assim a selecionar, em geral, os municípios mais pobres em cada Estado (BCB, 2004).

O PRONAF Crédito Rural, foco do presente trabalho, dirigido de formas individuais, coletivas¹ ou grupais² a produtores familiares tem o seu atendimento caracterizado, em linhas gerais, a partir dos critérios abaixo relacionados, comprovado mediante Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP (BCB, 2004):

- a. explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

¹ Crédito coletivo é o financiamento formalizado com um grupo de produtores, mediante um único instrumento de crédito, para finalidades coletivas, ou seja, para execução de um único empreendimento ou atividade que será explorado em comum por todos do grupo, de modo que o crédito coletivo é considerado como uma só operação de crédito, independentemente do número de produtores.

² Crédito grupal é o financiamento formalizado com um grupo de produtores familiares para finalidades individuais de cada produtor, exigindo-se que o grupo apresente características comuns de exploração agropecuária. O crédito será formalizado em um único instrumento de crédito porém cadastrando-se tantas operações quantos sejam os produtores.

- b. residam na propriedade rural ou em local próximo;
- c. tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade assim o exigir;
- d. não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais³, quantificados segundo a legislação em vigor; e
- e. obtenham, no mínimo, 80,0% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento.

Os beneficiários do PRONAF são classificados em cinco grupos. O grupo A atende aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, assentamentos estaduais ou municipais reconhecidos pelo INCRA, ou beneficiados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, independente da renda obtida pelo produtor.

Nos demais grupos, ou seja, B, C, D e E, a classificação e o conseqüente enquadramento do produtor são realizados, basicamente, de acordo com a renda bruta total anual. Referida renda é resultado da exploração agropecuária e não agropecuária obtida, em percentuais mínimos descritos no Quadro 1.1, a seguir.

³ Módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: a. tipo de exploração predominante no município; b. renda obtida com a exploração predominante; c. outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e d. o conceito de propriedade familiar.

Quadro 1.1 - **PRONAF - Classificação por grupo.**

Discriminação	GRUPOS				
	A	B	C	D	E
Beneficiários	Agricultor familiar assentado	Agricultor familiar	Agricultor familiar	Agricultor familiar	Agricultor familiar
Renda do Estabelecimento ¹	-	≥ 30%	≥60%	≥70%	≥ 80%
Renda Bruta Total Anual (R\$) 1,00	-	≤ 2.000	≥2.000 à ≤14.000	≥14.000 à ≤40.000	≥40.000 à ≤60.000
Mão-de-obra (eventual)	-	-	Sim	Sim	Sim
Empregados fixos	-	-	-	≤ 2	≤ 2

Fonte: Banco Central do Brasil, 2004.

(1) Advinda da atividade rural.

Vale acrescentar que a Renda do Estabelecimento se refere, exclusivamente, aquelas oriundas da atividade rural. No que concerne à Renda Bruta Anual, que é o somatório daquelas advindas da atividade rural com outras obtidas pelo produtor, os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais não estão incluídas no seu cálculo.

No caso de avicultura não integrada, pecuária leiteira, piscicultura, olericultura, sericultura e suinocultura integrada a renda bruta anual deverá ser rebatida em 50,0%.

Registre-se que os agricultores remanescentes de quilombos e indígenas deverão ser incluídos no Grupo B. Enquadram-se, também, nos Grupos B, C e D, observados os limites constates do Quadro 1.1, os pescadores artesanais, os extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável, os silvicultores, que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável e os aqüicultores que têm na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Quanto à finalidade do crédito, os financiamentos poderão ser concedidos da seguinte forma:

- *Custeio* – quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária;
- *Investimento* - quando se destinarem as inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos;
- *Integralização de Cotas-Parte do capital social das cooperativas de crédito rural*. Essas cooperativas deverão ser formadas por 90,0% do seu quadro social ativo composto por agricultores familiares.

O PRONAF opera, ainda, com as linhas de crédito específicas, quais sejam:

- PRONAF Agroindústria;
- PRONAF Floresta;
- PRONAF Semi-Árido
- PRONAF Mulher;
- PRONAF Jovem; e
- PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares.

O Banco Central do Brasil, em seu Manual de Crédito Rural – Capítulo 10, estipula as normas para operacionalização do PRONAF, em todas as linhas de crédito. No presente estudo, os limites, benefícios e demais normas serão dirigidas somente à linha de investimento para as propriedades rurais.

As garantias dos financiamentos são livremente negociadas entre os financiados e os financiadores, devendo ser ajustadas de acordo com a natureza e o prazo do crédito. No que concerne às limitações dos financiamentos para investimento nos estabelecimentos rurais, os grupos são distintos e deverão obedecer, também, as regras emanadas pelo Banco Central do Brasil, conforme o Quadro 1.2, apresentado a seguir:

Quadro 1.2 - **PRONAF - Limites e benefícios por grupos - Investimentos.**

Discriminação	Grupos				
	A	B	C	D	E
Limite de Financiamento (R\$) 1,00	≤13.500,00	≤ 1.000,00	≥ 1.500,00 ≤ 5.000,00	> 6.000,00 ≤18.000,00	>18.000,00 ≤ 36.000,00
Juros a.a. (%)	1,15	1	4	4	7,25
Bônus (%)	40	25	25	25	-
Prazo (anos)	Até 10	Até 2	Até 8	Até 8	Até 8
Carência (anos)	3 a 5	Até 1	3 a 5	3 a 5	3 a 5

Fonte: Banco Central do Brasil, 2004.

Nos financiamentos para os Grupos C, D e E o projeto técnico poderá ser substituído pela proposta simplificada de crédito, desde que as inversões programadas envolvam técnicas simples. Já para os grupos A o projeto técnico é obrigatório e o grupo B não há exigibilidade de projeto, bastando uma proposta simplificada de crédito. O cadastro e a fiscalização ficam, a cargo da instituição financeira, dependendo, também, do grupo em que está inserido o produtor familiar. O prazo e a carência serão estipulados de acordo com a capacidade de pagamento da atividade financiada.

Os recursos disponibilizados nas diversas modalidades de financiamento do PRONAF são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Orçamento Geral da União (OGU), Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO), Recursos Próprios de Bancos Cooperativos e Exigibilidades Bancárias. Os agentes financiadores são os seguintes: Banco do Brasil S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) e Banco Cooperativo SICREDI S.A (BRASICREDI).

Com relação à aplicabilidade do PRONAF no Nordeste, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense, a Tabela 1.3 mostra o número de contratos e o montante, conforme dados do Banco Central (somente exigibilidade bancária), BANCOOB, BRASICREDI, BASA, BNB, BB e BNDES. Os dados do Banco Central são atualizados até fevereiro de 2004 e dos demais até agosto de 2004.

Tabela 1.3 - **Contratos e valores – Ceará, Mesorregião Centro-Sul Cearense, Nordeste, Grandes regiões brasileiras - 2004.**

Discriminação	Contratos	%	Valor (R\$ 1.000)	%
-Ceará	32.798	2,9	48.084,54	1,3
-Mesorregião Centro-Sul Cearense	4.590	0,4	6.238,27	0,2
-Nordeste	352.630	31,0	591.962,13	15,5
-Grandes regiões brasileiras	748.094	65,7	3.160.614,31	83,0
TOTAL	1.138.112	100,0	3.806.899,25	100,0

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.*

1.2.3 A agricultura familiar no estado do Ceará

No estado do Ceará, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, cujos dados são oriundos do estudo FAO/INCRA (2000), dos 306.213 estabelecimentos rurais existentes, 90,2% são de agricultores familiares. Eles ocupam 52,9% da área agrícola total e respondem por 52,2% do Valor Bruto – VBP da agropecuária nacional (Tabela 1.4).

Os dados da categoria patronal denotam a grande concentração de terras pertencentes a poucas pessoas o que confirma a existência de latifúndios no Nordeste. O número de estabelecimentos na categoria equivale a 6,4%, a área correspondente representa 45,3% e o valor da produção é representativo de 45,2% do total.

Tabela 1.4 - **Categorias, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares, no estado do Ceará.**

Categorias	Propriedades		Área total		Produção	
		%	ha. (1.000)	%	R\$ 1.000	%
Familiar	306.213	90,2	4.742.880,6	52,9	479.934	52,2
Patronal	21.756	6,4	4.064.110,7	45,3	415.400	45,2
Outras	11.633	3,4	156.850,2	1,8	23.447	2,6
TOTAL	339.602	100,0	8.963.841,5	100,0	918.781	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96- IBGE – Tabulação especial

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA

Na Mesorregião Centro-Sul Cearense, conforme verificado na Tabela 1.5, a seguir, 95,2% das propriedades rurais são exploradas por agricultores familiares. Essas propriedades correspondem a 70,3% da área, detendo, 75,6% do valor da produção total. Apesar de verificado, também, a concentração de terras pertencentes à categoria patronal a intensidade é menor do que aquela registrada no estado do Ceará. O segmento patronal tem, na Mesorregião estudada, apenas, 3,6% da quantidade de propriedades rurais, porém, correspondendo a 28,9% da área total em hectares e 23,4% do valor da produção.

Tabela 1.5 - **Categorias, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares - Mesorregião Centro-Sul Cearense.**

Categorias	Propriedades		Área total		Produção	
		%	ha. (1.000)	%	R\$ 1.000	%
Familiar	32.827	95,2	396.680	70,3	46.903	75,6
Patronal	1.255	3,6	163.241	28,9	14.505	23,4
Outras	410	1,2	4.628	0,8	657	1,0
TOTAL	34.492	100,0	564.549	100,0	62.065	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96- IBGE – Tabulação especial

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA

Os valores insertos nas Tabelas 1.4 e 1.5, acima, mostram quão significativo é a agricultura familiar na produção de alimentos no âmbito da Mesorregião Centro-Sul Cearense, bem como no estado do Ceará como um todo. Esse setor é considerado estratégico para o desenvolvimento, tanto pela oportunidade de geração de trabalho e renda quanto pela própria importância na oferta de alimentos.

Apesar da importância da agricultura familiar como forma de desenvolvimento sustentável e instrumento de geração de emprego e renda no meio rural, observamos diferentes classes de renda dentro do próprio segmento familiar bem como deste em relação à categoria patronal (Tabela 1.6). Assim, 60,2% das propriedades exploradas pelos produtores familiares foram classificadas “quase sem renda”. Essas propriedades representam, aproximadamente, 30,7% da área e a sua produção correspondem a, apenas, 23,2% do total. No outro extremo, 4,1% das propriedades familiares representa aqueles que têm maior renda, percentual correspondente a 18,0% dos produtores familiares com produção de 29,4% do total.

Tabela 1.6 - Categoria de renda, número de propriedades agrícolas, área e Valor Bruto da Produção (VBP) dos agricultores familiares - Mesorregião Centro-Sul Cearense – 1995 - 1996.

Categoria de renda	Propriedades	Área total		Produção	
		%	ha. (1.000)	%	R\$ 1.000
1.Total Familiar	32.827	95,2	396.680	70,3	46.903
- Maior renda	1.345	4,1	71.706	18,0	13.808
- Renda média	5.007	15,3	124.803	31,5	13.500
- Renda baixa	6.709	20,4	78.410	19,8	8.705
- Quase sem renda	19.766	60,2	121.761	30,7	10.890
2. Total Patronal	1.255	3,6	163.241	28,9	14.505
3. Outros	410	1,2	4.628	0,8	657
TOTAL	34.492	100,0	564.549	100,0	62.065

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96- IBGE – Tabulação especial

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA

1.3 O problema e sua importância

No Brasil são mais de 14 milhões de trabalhadores ocupados e o valor apurado com a cadeia produtiva (agricultura, pecuária, indústria e comércio) da produção familiar é de, aproximadamente, R\$ 160 bilhões, valor representativo de 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (BRASIL, MDA, 2004).

Segundo o MDA, a produção dos agricultores familiares representa mais da metade de todos os alimentos consumidos pela população do país. Assim, cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros vêm das propriedades familiares. O percentual varia de acordo com o produto. Assim, segundo dados, também, do MDA, em 2004, a agricultura familiar representou cerca de 67,0% do consumo do feijão, 98,0% dos hortigranjeiros, 70,0% das carnes, 70,0% do leite, 49,0% do milho e 31,0% do arroz. A agricultura familiar responde por cerca de 4 em cada 5 empregos gerados no campo.

Segundo CARMO (2000), citado por SOUSA (2005), a agricultura familiar juntamente com o PRONAF “emergem como instrumento capaz de fornecer os meios para a exploração de potencialidades e superação de obstáculos estruturais do pequeno produtor rural, ensejando a possibilidade de uma inserção à economia de mercado e de solução de graves problemas sociais e ambientais”.

Não obstante os objetivos almejados e as modificações ocorridas desde a criação do PRONAF visando uma melhoria na sua concepção, as avaliações recentes não têm sido conclusivas em se verificar os efeitos de sua implementação. De acordo com resultados encontrados no relatório da FECAMP (2002), citado por MAGALHÃES (2004), por exemplo, foram encontrados efeitos negativos sobre a renda dos domicílios beneficiados, para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Utilizando dados secundários e hipóteses heterodoxas sobre a diferenciação entre os beneficiários do PRONAF e aqueles que não aderiram ao programa, a quem chamou de grupo de controle, FEIJÓ (2003), citado por MAGALHÃES (2004), encontra

resultados similares em relação à produtividade entre beneficiários e não-beneficiários no Brasil, embora este autor indique alguma evidência de crescimento no grupo PRONAF para períodos muito recentes.

Em outro estudo, utilizando dados primários de 2001, na Bahia, COUTO FILHO e CERQUEIRA (2002), também, citado por MAGALHÃES (2004), esclarecem que não há evidências conclusivas de diferenciação na renda entre beneficiários e não beneficiários do PRONAF que tenham as mesmas características. Mostram, entretanto, evidências de crescimento muito recente de produtividade, principalmente devido à natureza dos financiamentos, que muitas vezes se condicionam à aquisição de máquinas, equipamentos e outros investimentos.

Sendo a missão do Banco do Nordeste do Brasil, enquanto banco público, promover o desenvolvimento sustentável da região Nordeste, é necessário avaliar os resultados sociais obtidos a partir de investimentos realizados, pois a despeito dos instrumentos que vêm sendo utilizados para alavancar o desenvolvimento e de alguns avanços verificados em certos indicadores sociais, têm-se observado o agravamento da questão social no país.

Em alguns segmentos, constatam-se o aumento da pobreza, do desemprego e da violência, fatores que têm provocado a necessidade de políticas que atuem eficazmente no âmbito da questão social. Neste cenário de miséria e pobreza é relevante o problema do estudo aqui proposto, pois no Brasil e, principalmente, na região Nordeste, mais da metade da população não ganha o suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas.

Assim, dentro do contexto do programa que tem como objetivo o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida e tentando identificar o perfil sócioeconômico dos beneficiários do programa, principalmente aqueles inseridos na região Nordeste, formulamos os seguintes questionamentos:

- qual o perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D ?

- houve melhoria na qualidade de vida através dos indicadores de saúde, educação, moradia, condições sanitárias e acesso a bens duráveis a partir dos financiamentos do PRONAF D?
- quais os efeitos dos financiamentos do PRONAF D nos níveis de qualidade de vida dos beneficiários do crédito, mensurados através do resultado dos indicadores?

Tendo em vista a relevância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF como política pública de desenvolvimento rural visando o acesso ao crédito com juros mais acessíveis, além da integração com outras políticas de desenvolvimento rural como o suporte ao desenvolvimento de infra-estrutura e a assistência técnica, propõe-se fazer uma investigação de suas efetivas contribuições para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense.

Assim, o que se pretende investigar através de pesquisa deverá ser respondido pela seguinte questão:

Os financiamentos do PRONAF D contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense beneficiados com esse programa de crédito em 2001?

1.3.1 Delimitação do estudo e justificativa

O estado do Ceará, segundo critérios de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é composto por sete Mesorregiões, quais sejam: Sul, Centro-Sul, Sertões, Jaguaribe, Noroeste, Norte e Metropolitana de Fortaleza.

Eleveu-se a Mesorregião Centro-Sul Cearense para a realização da pesquisa pelos seguintes principais motivos:

- importância da agricultura familiar na Mesorregião Centro-Sul Cearense;

- o Banco do Nordeste ter financiado, no ano de 2001, número de operações na Mesorregião referida, destinadas a investimentos nas propriedades rurais beneficiadas com o financiamento do PRONAF D, cujo cálculo da amostra resultou em número possível de realização de uma pesquisa de campo, tanto em relação ao tempo disponível quanto ao custo;
- o interregno de tempo entre a data da contratação dos financiamentos (2001) e a data da pesquisa (2004) ser suficiente para a maturação de um projeto para investimento;
- sua renda *per capita/mês* se classificar entre as mais baixas das demais Mesorregiões do estado do Ceará (R\$ 78,36);
- possuir o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (0,615), do estado do Ceará, conforme dados do PNUD (2004);
- número de contratos de financiamento do grupo D suficientes para a realização da pesquisa de campo, segmento escolhido por ser mais bem estruturado que aqueles referentes ao B e C.

Como o objetivo primeiro do PRONAF é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e de suas famílias que vise o aumento da produção com o conseqüente crescimento do nível de emprego e da renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida, foram adotadas as seguintes hipóteses para o caso em estudo.

1.4 Hipóteses

1.4.1 Hipótese principal

Os beneficiários do PRONAF D, residentes na Mesorregião Centro-Sul Cearense, estão experimentando uma melhoria na qualidade de vida em função dos financiamentos obtidos.

1.4.2 Sub-hipóteses

- os beneficiários do PRONAF, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense estão experimentando uma melhoria de qualidade de vida no item saúde;
- os beneficiários do PRONAF, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense estão experimentando uma melhoria de qualidade de vida no item educação;
- os beneficiários do PRONAF, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense estão experimentando uma melhoria de qualidade de vida no item moradia;
- os beneficiários do PRONAF, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense estão experimentando uma melhoria de qualidade de vida no item condição sanitária; e
- os beneficiários do PRONAF, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense estão experimentando uma melhoria de qualidade de vida no item acesso a bens duráveis.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Avaliar o nível de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D em consequência dos financiamentos obtidos através do Banco do Nordeste do Brasil, no ano de 2001, na Mesorregião Centro-Sul Cearense.

1.5.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D, na Mesorregião Centro-Sul Cearense, que obtiveram financiamento no Banco do Nordeste do Brasil, em 2001;
- b) Verificar e analisar a variação do nível de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D, antes e após a maturação do projeto, através de indicadores sócioeconômicos, tais como: saúde, educação, condição sanitária, condição de moradia e acesso a bens duráveis;
- c) Contribuir com recomendações visando o aperfeiçoamento dos mecanismos do programa, a partir do resultado das condições sócioeconômicas bem como das possíveis alterações no nível de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D, na Mesorregião Centro-Sul Cearense.

Capítulo 2

Revisão de literatura

2.1 Desenvolvimento sócioeconômico

Neste estudo o desenvolvimento baseia-se não só no incremento e aferição da renda *per capita* da população, mas nas necessidades humanas básicas que asseguram certo nível de qualidade de vida. Assim, como forma de embasar o presente trabalho - que trata da avaliação da qualidade de vida de um grupo de beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, do governo federal, através de mudanças em suas condições sócioeconômicas, este capítulo de revisão de literatura aborda algumas opiniões, definições e conceitos de desenvolvimento social e econômico bem como de qualidade de vida através do desenvolvimento humano.

2.1.1 Crescimento econômico *versus* desenvolvimento econômico – marco conceitual

De acordo com LEMOS (1999), poder-se-ia conceituar crescimento econômico como a aferição apenas dos indicadores de *quantum*. Assim, o produto agregado nas suas diferentes formas de expressão (PIB, PNB, Renda Nacional, etc.) ou de um destes agregados aferidos em termos médios, poderia ser suficiente para classificar o crescimento de uma região.

Sob o prisma econômico, desenvolvimento é, basicamente, o aumento do fluxo de renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade, conforme afirmou FURTADO

(1960), citado por OLIVEIRA (2002). Na concepção cepalina⁴ o crescimento é uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

TODARO (1983), citado por MENDES SEGUNDO (1998), numa concepção ortodoxa, esclarece que o desenvolvimento econômico está fundamentado no crescimento da renda *per capita*, ou seja, à proporção que o estoque de capital por habitante se eleva, a renda nacional *per capita* também aumenta. Algumas correntes de economistas acreditam que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente.

De fato, com a busca constante pela industrialização em uma economia globalizada, a maioria dos países concentrou seus esforços no crescente aumento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. Segundo OLIVEIRA (2002: 37), “o crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento”.

De acordo com OLIVEIRA (2002), no final da década de 40, em consequência do final da Segunda Guerra Mundial, os debates sobre desenvolvimento econômico foram acirrados, bem como, intensificados os anseios de progresso e melhoria das condições de vida, por conta do desemprego, da miséria, da desigualdade política, econômica e social que imperava nas nações e regiões.

A criação oficial da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1945, composta inicialmente por 51 países, teve como finalidade a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo.

⁴. Refere-se aos economistas que seguem os ensinamentos da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

Dessa forma, segundo OLIVEIRA (1992), foi criada, pelos países aliados e pela própria ONU, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. O objetivo era melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Diferentes concepções de desenvolvimento foram adotadas num passado próximo. Nas décadas de 50 e 60, BARROS *et al.* (1980), citado por FERNANDES (1997), esclarece que o conceito de desenvolvimento era estritamente econômico, significando a capacidade de crescimento de uma economia nacional, que teria como resultado o aumento da renda real *per capita* e, conseqüentemente, a melhoria dos níveis de sua população.

MILONE (1998), citado por OLIVEIRA (2002), acrescenta que na década de 1950, os países subdesenvolvidos de então implementavam planos para se alcançar o desenvolvimento, limitando-se, esses planos, a promover um processo de industrialização intensivo que, por ser sinônimo de crescimento econômico, era confundido como um processo de desenvolvimento econômico.

Quando um grande número de países do chamado Terceiro Mundo alcançou as metas de crescimento global sem que fossem alterados os níveis de vida das pessoas, ficou demonstrado que havia um grande erro avaliar o crescimento econômico somente pelo aumento da renda *per capita* (TODARO, 1979), citado por FERNANDES (1997).

Assim, conforme LEMOS (1999), os indicadores de *quantum*, isoladamente, não são capazes de aferir os níveis de bem-estar e de qualidade de vida, haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a uma desigualdade social. Dessa forma, poder-se-ia concluir que uma elevada renda *per capita* poderia ser atribuída a apenas uma restrita parcela da população.

SCHWARTZMAN (1974), citado por FERNANDES (1997), conclui que as medidas de renda *per capita* ou taxas de crescimento ignoram variações e alterações do

sistema produtivo, e por isto, variações em renda indicam crescimento e não necessariamente desenvolvimento.

Segundo GARCIA (1985), citado por LEMOS (1999), desenvolvimento econômico é o “resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e inter-relacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais”.

Pelo conceito de desenvolvimento econômico, deveria haver uma participação equitativa da sociedade na repartição da renda. Adicionalmente, esta maior participação deveria vir acompanhada de melhores padrões de qualidade de vida que seria aferido por indicadores sociais como: esperança de vida ao nascer, elevado padrão de educação, acesso a serviços básicos de água potável e saneamento; segurança alimentar, igualdade de oportunidades, e outros importantes indicadores sociais.

Todos estes indicadores deveriam ser devidamente complementados por um elevado padrão de renda *per capita*, que permitiria aos indivíduos terem acesso aos bens materiais. Isto posto, pode-se inferir que o crescimento econômico torna-se uma condição necessária ainda que não suficiente para que ocorra o desenvolvimento econômico.

Para TODARO, citado por MONTE (1999), o desenvolvimento, além de incremento na renda e produção, deveria envolver mudanças nas estruturas institucionais, sociais e administrativas. Além disso, deveria ter, no mínimo, os seguintes objetivos:

- a. ampliar a distribuição de bens básicos para a manutenção da vida, tais como, alimentos, abrigo, saúde e proteção, de modo a alcançar todos os membros da sociedade;
- b. elevar os níveis de vida, incluindo a oferta de mais empregos;
- c. melhorar a educação bem como os valores culturais e humanísticos;

- d. expandir a gama de escolha econômica e social dos indivíduos, libertando-os da servidão não somente em relação a outras pessoas, mas também em relação à ignorância e miséria humana.

Já para DOYAL e GOUGH (1991), citado por PEREIRA (2002: 75), há uma grande variedade de *satisfiers* que podem ser empregados visando atender as necessidades humanas básicas. Esses “satisfadores” poderão melhorar a qualidade de vida e de cidadania das pessoas a partir de onze categorias, sendo que, duas delas, referem-se a necessidades específicas de crianças e mulheres, quais sejam:

- a. alimentação nutritiva e água potável;
- b. habitação adequada;
- c. ambiente de trabalho desprovido de riscos;
- d. ambiente físico saudável;
- e. cuidados de saúde apropriados;
- f. proteção à infância;
- g. relações primárias significativas;
- h. segurança física;
- i. segurança econômica;
- j. educação apropriada; e
- k. segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto.

Pelos enfoques acima descritos, o desenvolvimento econômico está intrinsecamente relacionado com qualidade de vida de uma população. Quando se diz que um país ou região é desenvolvido economicamente, deixa-se claro que seus habitantes, além de uma renda suficiente para verem satisfeitas suas necessidades básicas, têm também uma elevada qualidade de vida.

2.2 Qualidade de vida através do desenvolvimento humano

Segundo BUARQUE, citado por FERNANDES (1997), “talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que qualidade de vida. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida. Ainda mais moderna é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida”.

Historicamente, o conceito de *qualidade de vida* surge nos anos 60 quando, enfim, se concluiu que o PIB seria apenas um indicador da riqueza produzida que traduzia, de forma global, o crescimento econômico verificado, porém não contemplava diversos aspectos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade (SANTOS *et al.* 2002: 2).

A expressão *qualidade de vida* tem sido utilizada freqüentemente quer ao nível da linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo, atualmente, um tema central em todas as análises e presente nas políticas de planejamento das cidades, regiões e países. Apesar de qualidade de vida ser um conceito abrangente, de acordo com SANTOS *et al.* (2002), poder-se-ia classificá-lo em três âmbitos de análise, valendo ressaltar que estes não são excludentes e interligam-se em grande medida:

- a. a primeira análise seria relativa aos aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem respeito, essencialmente, às necessidades humanas básicas, como condições de habitação, abastecimento de água, saúde, etc. São aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. Assim, para as sociedades menos desenvolvidas estas questões materiais seriam decisivas ou com grande focalização. As questões imateriais são mais ligadas ao ambiente, ao patrimônio cultural e ao bem estar;
- b. o segundo âmbito faz distinção entre os aspectos individuais e os coletivos. Os componentes individuais são mais relacionados com a condição econômica, as relações pessoais e familiares dos indivíduos. Os componentes

coletivos estão mais diretamente relacionados com os serviços básicos e os serviços públicos;

- c. no terceiro âmbito fazemos a distinção entre os aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida. No primeiro caso seriam identificados como indicadores de natureza quantitativa, enquanto no segundo caso, remeteriam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da qualidade de vida que é, muito diferente, entre indivíduos e estratos sociais.

ALLARDT (1971,1981), citado por SANTOS *et al.* (*op. cit.*), propõe uma análise da qualidade de vida com base em quatro aspectos:

- a. *nível de vida*: tem a ver com as necessidades mais materiais, as necessidades humanas básicas como as condições de habitação, abastecimento de água, saneamento, sistema de saúde, etc.;
- b. *qualidade de vida*: ligado às condições não materiais, isto é, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc.;
- c. *satisfação*: em relação à percepção subjetiva das condições de vida; e
- d. *felicidade*: que deriva da percepção subjetiva da qualidade de vida.

Para SLIWANY (1997), citada por NEIVA (2001: 184), “a definição do nível de vida da população deve ser sempre entendida, estatisticamente, como um estado atual das condições concretas de vida e nunca como um estado desejado ou esperado”. Segundo a autora, essa delimitação é necessária, pois permitirá a compreensão das principais questões teóricas e práticas da medição do nível de vida dessa população.

VIANA *et al.* (1980), citado por MENDES SEGUNDO (1998), atribui o bem estar social à alteração positiva do nível de vida dos indivíduos e grupos sociais, através do

melhoramento dos indicadores alimentação, habitação, vestuário, saúde, comunicação e lazer.

Com a inadequação dos medidores unicamente econômicos que não refletiam, por si só, a qualidade de vida humana satisfatória e pensando em oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, é que a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, a partir de 1990, um novo conceito de desenvolvimento humano e uma metodologia para sua quantificação: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH é calculado e analisado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Apesar de apresentado através dos Relatórios de Desenvolvimento Humano desde 1990, o IDH foi recalculado para os anos anteriores a partir de 1975; aperfeiçoou-se ao longo dos anos e tornou-se uma referência mundial. Em 2000 esse índice foi adotado como referência padrão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compromissos estabelecidos e assumidos pelos membros da ONU para serem atingidos até 2015.

Visando o conhecimento e o estabelecimento de prioridades a partir de dados locais, foi gerado o Relatório de Desenvolvimento Humano - versão internacional - que já é produzido por mais de 80 países (COSTA PEREIRA, 2000).

Segundo, ainda, COSTA PEREIRA (2000), no Brasil, o PNUD celebrou parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, objetivando a execução da versão nacional do relatório para o Brasil, fato concretizado em 1996. Referido relatório é elaborado, através da coordenação do IPEA, com a participação de técnicos e especialistas de vinte e cinco instituições de pesquisa.

O IDH, que nas três dimensões têm a mesma importância, apresenta a seguinte composição:

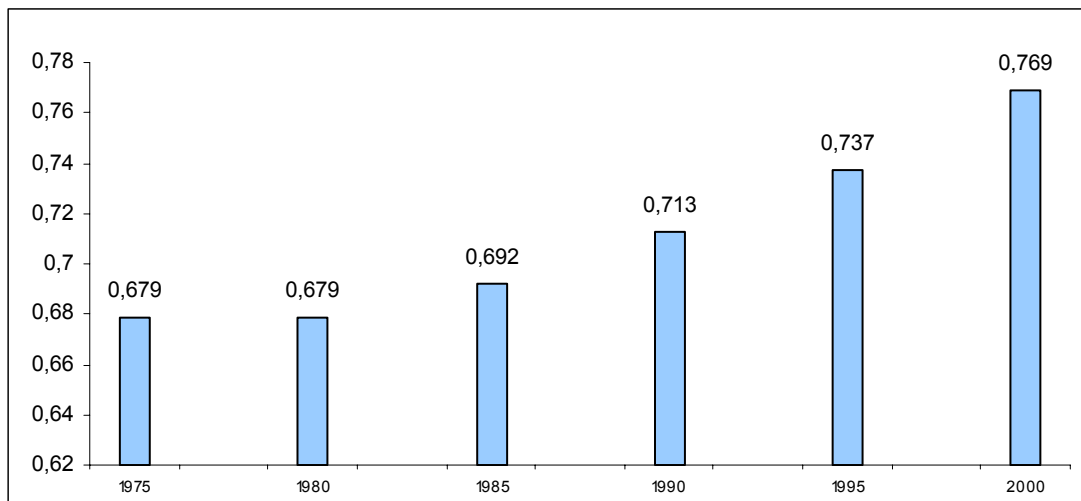
- a) *renda*: mensurada pelo PIB *per capita* (Produto Interno Bruto dividido pela população total do ano de referência), em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países);

- b) *educação*: Para avaliar a dimensão educação o cálculo do IDH considera dois indicadores. O primeiro é a taxa de analfabetismo, considerando o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade; esse indicador tem peso dois. O Ministério da Educação (Brasil) indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela termina o principal ciclo de estudos (Ensino Fundamental) aos 14 anos de idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá a partir dos 15 anos. O segundo indicador é o somatório das pessoas, independente da idade, que freqüentam algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade.
- c) *longevidade*: medida pela esperança de vida ao nascer, reflete, também, dentre outras coisas, as condições de saúde da população (PNUD/IPEA, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de zero a um. Assim, países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

A taxa média brasileira de desenvolvimento humano é de 0,769 (dados de 2000), classificada como médio desenvolvimento humano. Apesar de avanço verificado nesses indicadores, conforme a Gráfico 2.1, o Brasil ocupa, ainda, 79º posição em uma relação composta por 172 países (dados do IBGE).

Gráfico 2.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH) - 1975 a 2000.



Fonte: PNUD, IPEA, IBGE (2000)

Dessa forma, apesar de uma economia forte, tendo o seu PIB alcançado, em 2004, 1,7 trilhão de reais (IBGE, 2004), montante que o coloca na 12ª posição das maiores economias mundiais (PNUD, 2004), o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo e com alto contingente de população pobre. Essa diferença na classificação traduz a contradição brasileira no que se refere a sua área econômica/produtiva e social.

Somente os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, China, Espanha, Canadá, México e Austrália estão à frente do Brasil no que concerne ao Produto Interno Bruto. À exceção da China, todos têm elevado IDH e suas posições na classificação mundial são bem superiores à brasileira (PNUD, 2004).

Os dados mostram que ao aferir o avanço de uma população considerando apenas a dimensão econômica, desconsiderando outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana, poder-se-ia estar cometendo um grave equívoco.

A partir do ano de 1992, foi adicionada ao conceito de desenvolvimento humano, a dimensão da *sustentabilidade*. Assim, se o objetivo do desenvolvimento é uma melhoria na qualidade de vida das pessoas deve fazê-lo não só para a geração atual, mas pensando nas gerações seguintes. O entendimento de desenvolvimento sustentável não é somente a proteção ao meio ambiente, mas um novo conceito de crescimento econômico que promova justiça e oportunidades para as pessoas, com a preservação dos recursos naturais (PEREIRA, 2002: 202).

Após a criação do IDH pela ONU outros índices foram construídos - tanto pelas instituições oficiais, como por pesquisadores - objetivando mensurar os níveis de bem-estar sócioeconômico. Na maioria foram adotados os mesmos fundamentos teóricos que nortearam o IDH (COSTA PEREIRA, 2000).

Em 1998, através de uma parceria PNUD/IPEA e Fundação João Pinheiro do Governo do Estado de Minas Gerais, contando com a colaboração do IBGE, foi editado o documento *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*. Referido documento traz dois novos índices de desenvolvimento social e econômico municipal: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e Índice de Condições de Vida – ICV, para os anos de 1970, 1980 e 1991, anos dos últimos censos, àquela época. No entanto, com base em informações oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) acrescenta os anos de 1995 e 1996. Referidos índices são calculados para todos os municípios brasileiros e reproduzem, com algumas adaptações, a metodologia adotada pelo IDH.

Em 1995, LEMOS construiu o Índice de Desenvolvimento Relativo - IDR. Esse índice, além das variáveis já incluídas no IDH (renda, educação e longevidade), incorpora, também, outras que medem o percentual da população com acesso a água potável, percentual da população com acesso a serviço de saneamento, oferta diária de calorias *per capita* e taxa de mortalidade infantil (COSTA PEREIRA, 2000).

Segundo, também, COSTA PEREIRA (2000), em trabalho desenvolvido para a Fundação Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, denominado *Ranking* dos Municípios, com base no Censo Demográfico do IBGE de 1991, foi criado o Índice

de Desenvolvimento Econômico e Social – IDES, com metodologia semelhante ao IDH. Os indicadores utilizados na construção do IDES foram: a. renda (renda *per capita* corrigida pelo Índice de Gini⁵); b. saúde (taxa de mortalidade infantil); c. habitabilidade (percentual de domicílios com abastecimento de água, percentual de domicílios com instalação sanitária e percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo); e, d. educação (taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais).

No presente estudo utilizou-se para medir a qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D, na Mesorregião Centro Sul Cearense, o Índice de Qualidade de Vida- IQV. Neste trabalho, o IQV terá como base o desenvolvido por FERNANDES (1997) através do método de GUERRERO & HOYOS (1983). Esse método, que utilizou o modelo do “Forest Service of the United States Development of Agriculture”, transforma as variáveis qualitativas em quantitativas, através de valores numéricos e pesos, e chega ao índice de significância das variáveis sociais.

Embora se reconheça a dificuldade para medir a qualidade de vida devido às particularidades de cada região, porém serve como base para outros estudos que se seguirão.

No IQV adotado no presente trabalho foram utilizados os seguintes indicadores: saúde, educação, condição de moradia (habitação), condição sanitária e aquisição de bens duráveis.

⁵ Índice de *Gine* – Índice que mede a concentração da renda

Capítulo 3

Mesorregião Centro-Sul Cearense - o ambiente da pesquisa

O estudo foi desenvolvido na Mesorregião Centro Sul-Cearense, cuja área abrange os municípios de Antonina do Norte, Baixio, Cariús, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Tarrafas, Umari e Várzea Alegre, todos no estado do Ceará. A pesquisa teve como referência os financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, no ano de 2001, destinados a investimentos em propriedades rurais, no âmbito do PRONAF D.

3.1 O Ceará no contexto regional e nacional

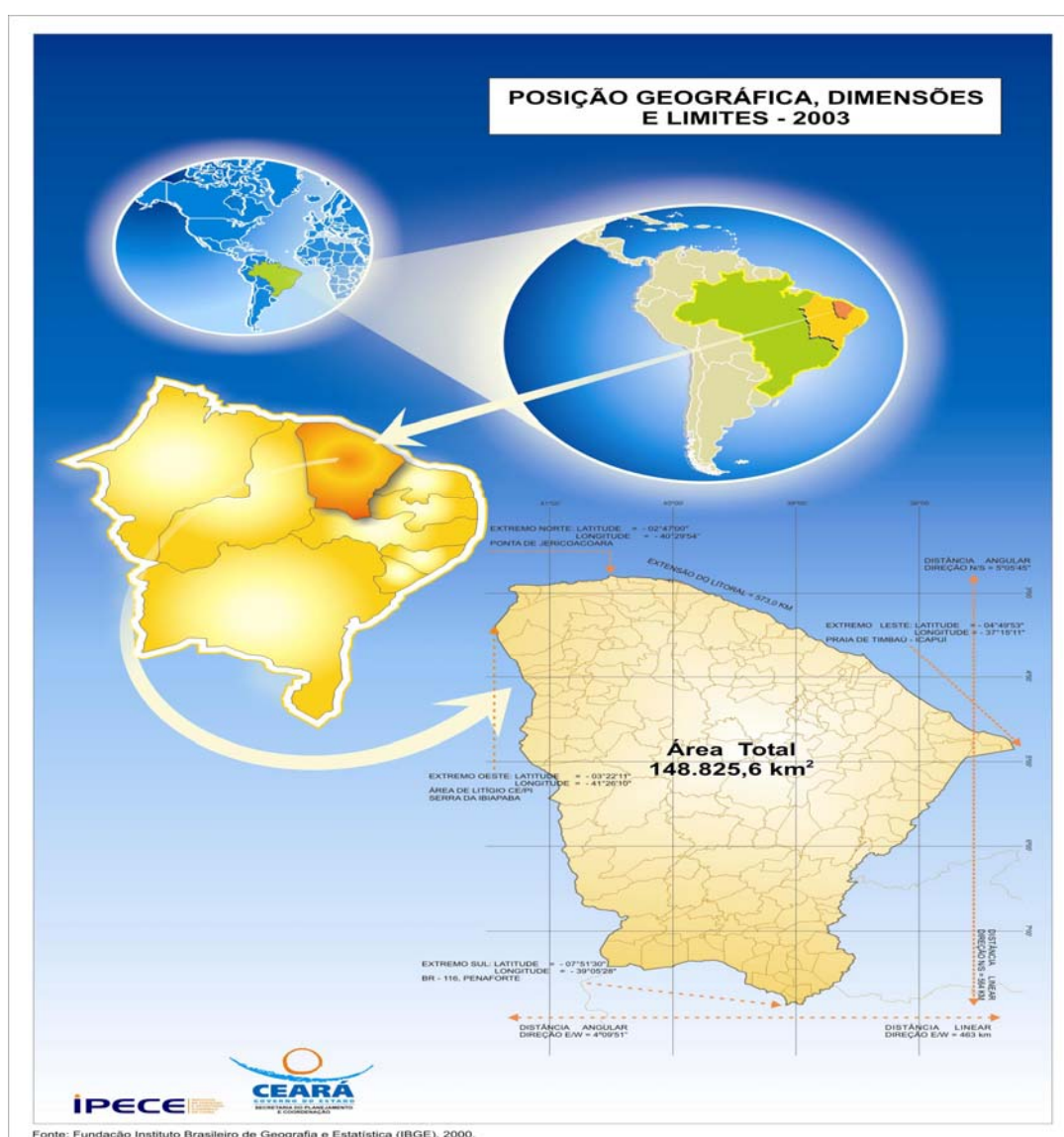
De acordo com o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, o Brasil conta com 169.799.170 habitantes, distribuídos nos seus 5.507 municípios. A população do Nordeste, de 47.741.711 pessoas, equivale a 28,1% da população brasileira e a área representada pelos estados nordestinos equivale a 18,3% do território nacional (Figura 3.1).

No Ceará predomina o clima semi-árido no sertão, quente e úmido no litoral e frio e úmido na região serrana. A precipitação pluviométrica anual varia de 500mm a 1.800 mm, apresentando, no entanto, concentração das mesmas em um período de três a cinco meses ao ano. O Estado não sofre grandes variações térmicas devido à sua proximidade com a linha do Equador. As médias anuais de temperatura situam-se em torno de 27°C no sertão e 22°C nas regiões serranas (FREIRE, 2002).

Segundo a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará - SEPLAN (2003), de acordo com o Censo do IBGE acima mencionado, o Ceará tem 184 municípios e 7.430.000 mil habitantes, representando 15,6% da população nordestina e 4,4% da brasileira. Ao considerarmos o período de 1991 a 2000, verificamos que a

população cearense cresceu a uma taxa média anual de 1,7%. Esse crescimento foi maior que o da brasileira (1,6% a.a.) e da nordestina (1,3% a.a.).

Figura 3.1 - Posição geográfica, dimensão e limites – Ceará.



Fonte: IPECE-2003

Percebe-se que, nesse mesmo período, o processo brasileiro de urbanização, configurado pelo volume da população urbana em relação à população total, vem se acentuando. O Brasil atingiu 2000, com 81,3%, da sua população vivendo no

meio urbano. Essa população é de, aproximadamente, 78,0% no Nordeste e 71,5% no Ceará. A taxa de evasão da população rural foi de 11,1%, 11,7% e 4,1%, respectivamente, para o Brasil, Nordeste e Ceará (IBGE, 2000).

De fato, conforme Tabela 3.1, abaixo, o setor agrícola reduziu sua posição de absorvedor de mão-de-obra enquanto a indústria ampliou o número de trabalhadores no período referido, passando de 15,2% a 18,3%. No período analisado (1997 a 2001), o setor de serviços absorveu o maior número de pessoas ocupadas.

Tabela 3.1 - Indicadores de ocupação e atividade – Ceará – 1997 e 2001.

Discriminação	1997(%)	2001(%)
1. Posição na ocupação no trabalho principal (1)	100,0	100,0
- Empregados	38,3	42,7
- Trabalhadores domésticos	6,7	7,4
- Conta própria	29,4	29,0
- Empregadores	3,1	3,1
- Não remunerados	13,2	10,9
- Trabalho para uso e consumo próprio	9,3	6,9
2. Ramos de atividade	100,0	100,0
- Agrícola	36,9	30,0
- Indústria	15,2	18,3
- Comércio	14,4	14,6
- Serviços	32,4	36,0
- Outros	1,1	1,1

Fonte: IPLANCE, 2003.

(1) Exclusive os sem declaração.

A expectativa de vida dos cearenses é de 66,4 anos, posição favorável em relação ao Nordeste já que a média da região é de 65,8 anos, porém abaixo do padrão brasileiro, que é de 68,6 anos. Segundo dados de 2000 do IBGE, a mulher cearense viveu 6,6 anos a mais que o homem.

À taxa de analfabetismo de crianças e jovens, na faixa etária de 7 a 14 anos, foi de 17,8%, segundo dados do IBGE (2001). Estabelecendo um comparativo com os

indicadores do Nordeste, o estado do Ceará apresenta uma situação mais favorável que a nordestina (19,5%), porém, ainda, inferior a taxa brasileira de 10,0%.

Não obstante ao informado no item anterior, a situação da baixa escolaridade ainda é preocupante haja vista que o nível de escolaridade se relaciona diretamente com o nível de renda da população. De acordo com dados do PNAD/IBGE de 2001, a parcela da população ocupada que percebe até meio salário mínimo e entre meio e um salário mínimo estão situadas nas faixas daqueles que não tem instrução e dos que possuem de 1 a 3 anos de estudos, considerados analfabetos funcionais. Por outro lado, o segmento da população que se encontra na faixa acima de 20 salários mínimos de rendimento tem um percentual com nível de escolaridade maior (15 anos ou mais de estudos).

A Tabela 3.2 a seguir, mostra, no ano de 2001, uma maior frequência nas faixas até meio salário mínimo (21,0%) e mais de meio a um salário mínimo (24,1%), totalizando 45,1% daqueles que ganham até um salário mínimo. A partir da classe de rendimento até dois salários o número de pessoas cai nas classes subsequentes. Observa-se, também, no ano de 2001, um aumento de pessoas nas classes com menores rendimentos, o que sugere uma perda do poder aquisitivo da população.

Tabela 3.2 - Indicadores de rendimento – Ceará – 1997 e 2001.

Classes de rendimento	1997 (%)	2001 (%)
Até ½ salário	16,8	21,0
Mais de ½ a 1 salário	21,7	24,1
Mais de 1 a 2 salários	17,4	19,6
Mais de 2 a 3 salários	7,7	5,9
Mais de 3 a 5 salários	6,7	4,6
Mais de 5 a 10 salários	4,0	2,9
Mais de 10 a 20 salários	1,9	1,5
Mais de 20 salários	0,9	0,6
Sem rendimento	22,5	18,8
Sem declaração	0,4	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: IPLANCE, 2003.

De fato, o Brasil e, especialmente, o Nordeste têm grande percentual de pobres. O fenômeno da pobreza no Nordeste do Brasil tem raízes estruturais que se assentam no longo prazo e que, portanto, requer recursos e tempo para a sua solução. Fatores históricos, edafo-climáticos, sociológicos, dentre outros, marcam a realidade da região que é a mais pobre do país.

No Brasil, a pobreza tem um forte componente geográfico ou regional já que analisadas por quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada nas regiões Norte e Nordeste do país, reduzindo-se no Sul e Sudeste. Entretanto, para fins de informações neste estudo, definiremos a pobreza, apenas, pela insuficiência da renda.

Assim, usando uma linha arbitrária de metade de um salário mínimo per capita de rendimento mensal familiar, vigente em 1999, ou seja, R\$ 68,00, podemos afirmar que a pobreza no Brasil atinge cerca de 30% de sua população, enquanto que a do Nordeste é de cerca de 50% (IBGE/PNAD). A Tabela 3.3, a seguir, fornece uma visão comparativa do Brasil, com as demais regiões do país.

Tabela 3.3 - **População em estado de pobreza (%)**
Grandes Regiões - 1997 e 1999.

Regiões	1997(%)	1999(%)
Norte	34,5	34,9
Nordeste	52,2	50,2
Sudeste	16,0	16,2
Sul	19,1	19,8
Centro-Oeste	22,6	23,6
BRASIL	28,4	28,4

Fonte: IBGE/PNAD, 1997 e 1999

A pobreza no Nordeste atinge cerca de 23 milhões de pessoas, representando 14,5% da população brasileira e 50,2% da população da região Nordeste. Esse número de pessoas pobres no Nordeste equivale a 51,2% dos pobres do país.

No Estado do Ceará, em 1999, a pobreza atingiu cerca de 3,7 milhões de pessoas, representando 52,3% da população cearense (IBGE/PNAD).

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e estabelecendo um comparativo entre o PIB do Ceará com o PIB do Nordeste e do Brasil, no período de 1985 a 2000, verificamos que o Ceará vem crescendo acima da média regional e nacional, tendo a economia cearense acumulado uma taxa positiva de 68,4%, enquanto a nordestina foi de 46,6% e a brasileira de 46,5%. Analisando a Tabela 3.4, a seguir, verificamos que o crescimento médio anual do Ceará alcançou 3,5%, enquanto o Brasil e o Nordeste, cresceram, aproximadamente, 2,6%.

**Tabela 3.4 - Índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB)-
Ceará, Nordeste e Brasil – 1985 a 2000.**

Anos	Ceará	Nordeste	Brasil
1985	100,0	100,0	100,0
1986	105,8	107,9	106,4
1987	109,6	108,9	110,8
1988	119,2	112,3	111,6
1989	118,9	113,6	114,4
1990	120,7	113,7	111,0
1991	130,6	115,9	111,7
1992	133,2	115,9	111,4
1993	134,2	118,5	117,5
1994	142,6	124,5	123,6
1995	144,7	127,1	127,3
1996	150,4	130,4	131,5
1997	155,9	136,7	136,5
1998	159,2	137,5	138,1
1999	161,9	140,6	140,6
2000	168,4	146,6	146,5
Taxa média de crescimento (%)	3,54	2,58	2,58

Fonte: SEPLAN-CE, 2003.

No período de 2001 e 2002, com relação ao PIB e ao PIB *per capita*, ambos tiveram, no Ceará, um crescimento maior que aqueles referentes ao Brasil e ao Nordeste. Pelas

Tabelas 3.5 e 3.6, a seguir, verificamos a evolução do Produto Interno Bruto a preço de mercado, ou seja, computados os impostos e os subsídios.

Tabela 3.5 - Evolução do PIB a preços de mercado (R\$ 1.000 mil)
Brasil, Nordeste e Ceará - 2001 e 2002.

Indicadores	2001	2002	Variação - 2002-2001 (%)
- Brasil	1.198.736	1.347.028	2,3
- Nordeste	157.302	181.933	2,6
- Ceará	21.581	24.204	3,8

Fonte: IBGE e Instituições Estaduais, 2001 e 2002.

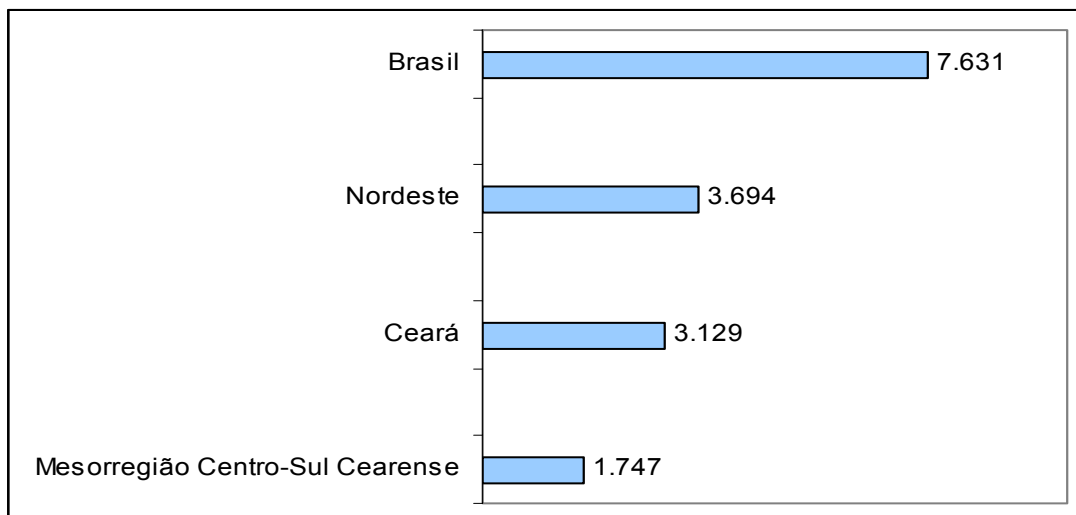
O PIB estadual, no ano de 2002, resultou num produto per capita de R\$ 3.129, equivalente a 41,0% do PIB *per capita* do Brasil que é de R\$ 7.631. Quando comparado o PIB *per capita* brasileiro com o da Mesorregião Centro-Sul Cearense, este representa, apenas, 22,9%, do primeiro (Tabela 3.6 e Gráfico 3.1).

Tabela. 3.6 - Evolução do PIB *per capita* a preços de mercado (R\$1,00)
Brasil, Nordeste e Ceará - 2000 e 2002.

Indicadores	2000	2002
-Brasil	6.430	7.631
-Nordeste	2.998	3.694
-Ceará	2.774	3.129

Fonte: IBGE e Instituições Estaduais, 2000 e 2002.

Gráfico 3.1 - **PIB *per capita* a preços de mercado (R\$ 1,00) – Brasil, Nordeste, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense – 2002.**



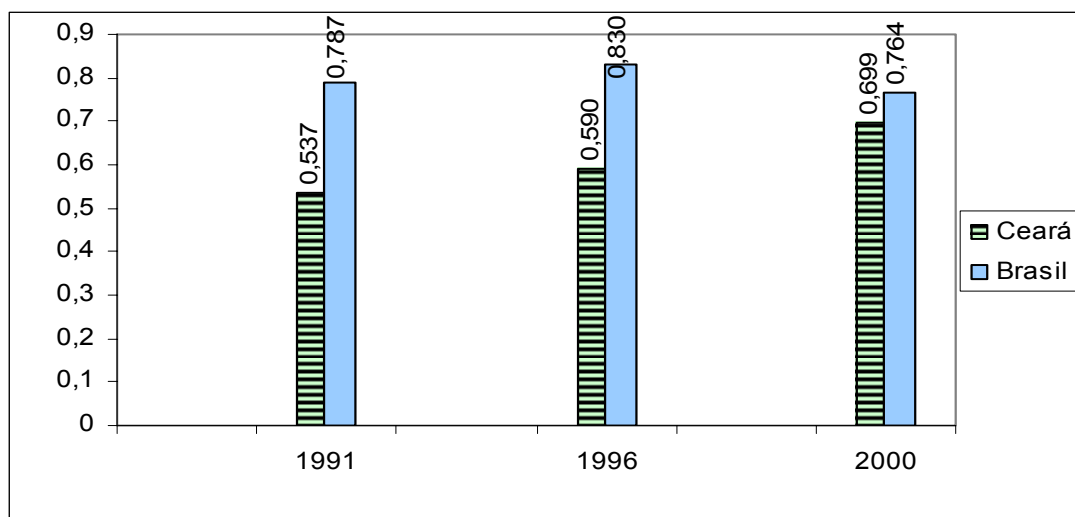
*Fonte: IBGE e Instituições Estaduais, 2000 e 2002.
PNUD (2004)*

No que concerne à qualidade de vida da população cearense, expressada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Ceará, segundo dados do IBGE, dentre os estados brasileiros, foi o que obteve o maior ganho no IDH, passando do 23º para o 19º lugar. De acordo com o Plano de Governo 2003/2006, do Governo do Estado do Ceará, esse índice de 0,699, refletiu os avanços conseguidos nos setores de saúde e educação.

Conforme dados do PNUD (2004) o indicador que mais contribuiu para a melhoria do IDH do Estado, situado na faixa de 0,699, em 2000, foi educação (0,772), à frente dos indicadores de longevidade (0,713) e de renda (0,616).

No Ceará, no período de 1991 a 2000, embora com IDH inferior ao do Brasil, mostrou um melhor desempenho, resultando em acréscimos mais significativos em relação ao IDH brasileiro (Gráfico 3.2).

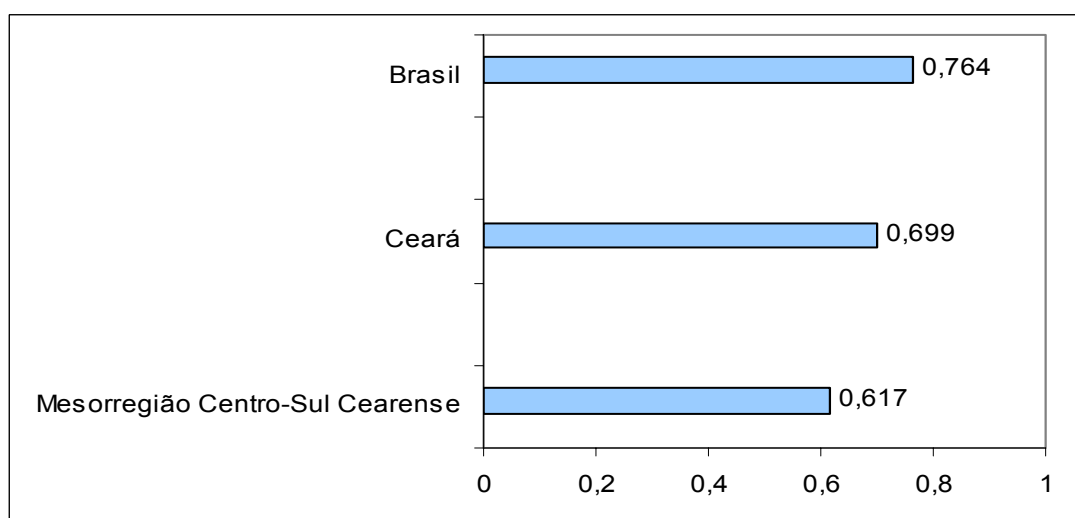
Gráfico 3.2 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil e Ceará - 1991 a 2000.



Fonte: SEPLAN-CE, 2003

A Mesorregião Centro-Sul Cearense possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,617, inferior, portanto, ao do Estado. Relacionamos, no Gráfico 3.3, a seguir, o IDH do Brasil, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense (PNUD, 2004).

Gráfico 3.3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil, Ceará e Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2000.

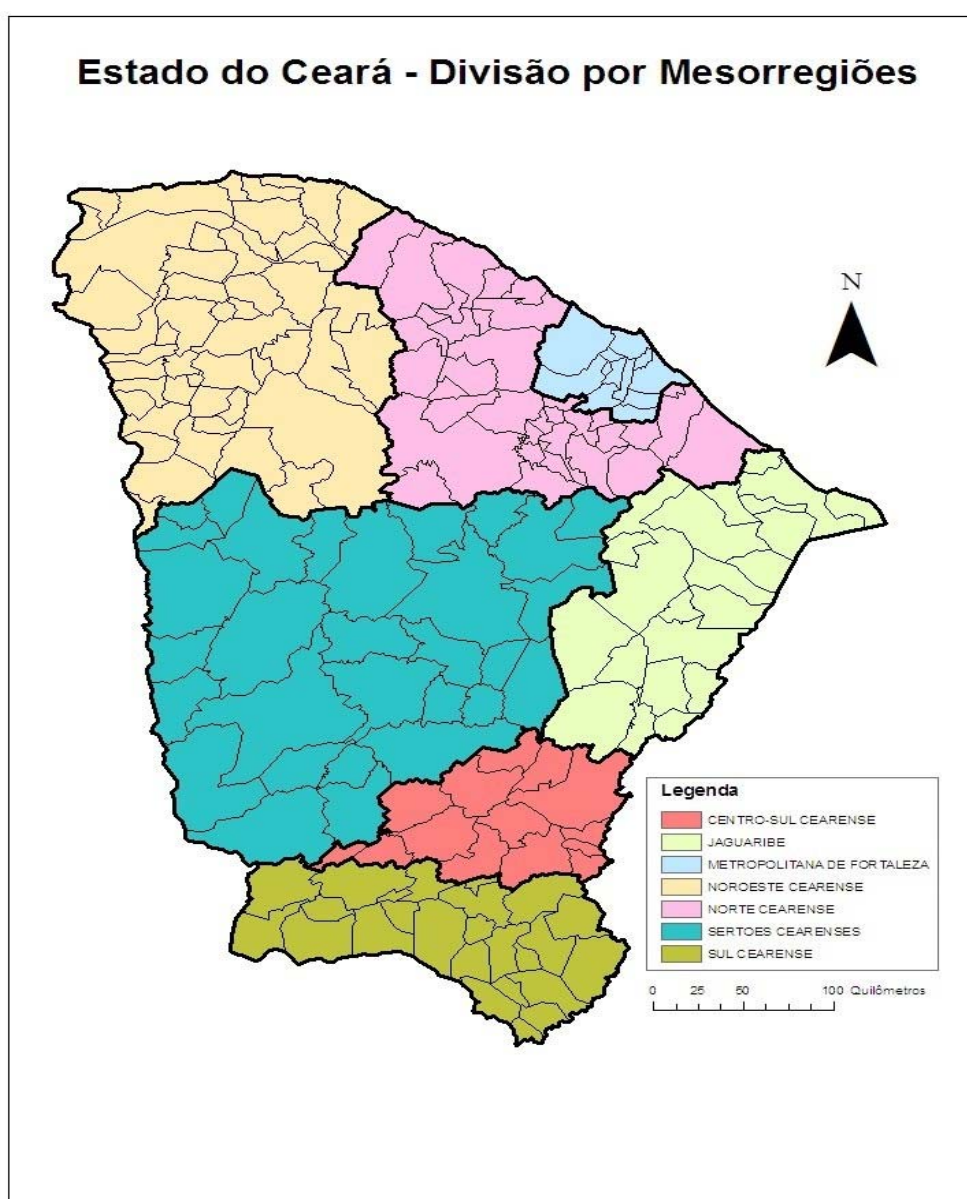


Fonte: SEPLAN-CE, 2003
PNUD, 2004

3.2 A Mesorregião Centro-Sul Cearense no contexto estadual

De acordo com o IBGE, que estabeleceu critérios relacionados à estrutura produtiva, o Ceará está dividido em sete mesorregiões geográficas, quais sejam: Noroeste Cearense, Norte Cearense, Metropolitana de Fortaleza, Sertões Cearenses, Jaguaribe, Sul Cearense e Centro-Sul Cearense, sendo, esta última, foco do presente estudo.

Figura 3.2 - Estado do Ceará – Divisão por Mesorregiões.



Fonte: IBGE, 2004

A Mesorregião Centro-Sul Cearense limita-se ao Norte com os municípios de Pereiro, Jaguaribe, Solonópole e Acopiara, ao Sul, com os municípios de Aurora, Granjeiro e Farias Brito, ao Leste com o estado do Rio Grande do Norte e ao Oeste com as cidades de Tarrafas e Saboeiro, todas no estado do Ceará.

A MCSC é formada por 14 municípios: Antonina do Norte, Baixio, Cariús, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Tarrafas, Umari e Várzea Alegre. De acordo com o Censo do IBGE de 2.000, ocupa uma área de 9.944 Km², que corresponde a 6,7% do território cearense e possui uma população residente de 357.613 pessoas, equivalente a 5,3% do total do Estado. Do total da população residente, 55,0% é urbana e 45,0% rural.

A região Centro-Sul do Estado tem um potencial hídrico que permite produções de diversas culturas como o arroz, feijão, milho, banana, goiaba, manga, abacaxi, uva e várias hortaliças. Os principais açudes que banham a região são: Orós (2,1 bilhões de metros cúbicos de água), Lima Campos (66 milhões de metros cúbicos de água) e o Trussu (310 milhões de metros cúbicos de água) além de fontes, rios e lagoas.

Essa capacidade de acumulação de água na região, solos que permitem a prática da agricultura irrigada e a disponibilidade de muitas horas de sol por ano (em média 2.900 horas/ano) é que fazem com que a região seja favorável à geração de emprego e renda. Os açudes, rios e lagoas também permitem o desenvolvimento da piscicultura.

Segundo Pesquisa do IBGE (Produção Agrícola Municipal), 45,0% da população do Centro-Sul Cearense reside na zona rural. Assim, as comunidades estão se firmando como produtora de hortaliças e frutas como banana, manga e laranja. A temperatura média da região é de 25,6 graus centígrados, entretanto, no trimestre de outubro a dezembro, podem superar 33 graus centígrados.

As principais vias de acesso e circulação no Centro-Sul são as rodovias federais BR-116 e BR-230 e as rodovias estaduais são a CE-060, CE-153, CE-184, CE-282, CE-371, CE-375 e CE-481, cujo núcleo central é o município de Iguatu.

A única pista de pouso existente é localizada no município de Iguatu. No entanto, devido a inexistência de demanda não há linha aérea regular para a região. Assim, a pista serve, somente, para pousos eventuais de aviões particulares e despacho de malotes dos correios e das agências bancárias.

Conforme Tabela 3.7, a Mesorregião estudada possui 590 estabelecimentos de ensino do nível fundamental, 38 destinadas ao ensino médio e 541 para pré-escolares. Do total de 1.169 escolas, 1.043 são públicas e 126 particulares, correspondendo a 89,0% e 11,0%, respectivamente.

**Tabela 3.7 - Quantidade de Estabelecimentos de Ensino –
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2003.**

Especificação	Escola pública (1)	Escola particular	Total
-Ensino fundamental	546	44	590
-Ensino médio	28	10	38
-Pré-escolar	469	72	541
TOTAL	1.043	126	1.169

*Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).
Censo Educacional 2003.*

(1) Incluídas as escolas estaduais, municipais e federais.

Vale acrescentar que, do total da população residente com 10 (dez) anos ou mais de idade, 65.463 são analfabetas, quantidades equivalentes a 18,3% da população residente total (Ministério da Educação, INEP e IBGE).

No que concerne à área da saúde, o número de hospitais, segundo dados do IBGE e de acordo com a Tabela 3.8, a Mesorregião estudada possui, 188 hospitais, sendo 149 da rede pública e 39 particulares. Do total dos 805 leitos hospitalares, 736 estão disponíveis ao SUS (2002).

**Tabela 3.8 - Quantidade de estabelecimentos e leitos hospitalares -
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002.**

Especificação	Rede Pública	%	Particular	%	Total
- Hospitais	149	79,3	39	20,7	188
- Leitos hospitalares	736	91,4	69	8,6	805

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária, 2002

A Mesorregião Centro-Sul Cearense dispõe de 85.362 domicílios particulares permanentes. Desse total, 47.844 é abastecido com água através de rede geral, 6.331 beneficiado com banheiro ligado à rede geral e 40.367 dispõe de coleta regular de lixo, representando um percentual em relação ao total, conforme Tabela 3.9, a seguir, de 56,0%, 7,0% e 47,0%, respectivamente (PNAD, 2000).

**Tabela 3.9 - Abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo -
(Domicílios particulares permanentes)-
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2000.**

Especificação	Quantidade	%
Abastecimento d'água	47.844	56
Esgotamento sanitário	6.331	07
Coleta de lixo	40.367	47

Fonte: IBGE/PNAD

Excluídos os impostos, o Produto Interno Bruto, no valor de R\$ 727.868 mil, foi obtido através dos setores classificados na Tabela 3.10, a seguir. O comércio/serviços foi responsável por cerca de 59,0% do total, enquanto que a indústria e a agropecuária atingiram 22,3% e 18,7%, respectivamente.

Tabela 3.10 - PIB – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002.

Discriminação	(R\$ 1.000)	%
- Agropecuária	136.157	18,7
- Indústria	162.308	22,3
- Comércio/serviços	429.403	59,0
TOTAL	727.868	100,0

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2002, Produção da Pecuária Municipal 2002, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2002 e Cadastro Central de Empresas 2001.

A estrutura empresarial é composta, principalmente, pelas indústrias de transformação e extração vegetal (madeira – carvão vegetal e lenha), móveis, de madeira e tubular, dentre outras, e o setor de comércio/serviços é formado, principalmente, por alugueis e serviços, construção civil, alimentação e alojamento, reparação de veículos automotores, transporte e armazenagem, atividades imobiliárias, objetos pessoais e domésticos e outros serviços coletivos, pessoais e sociais (IBGE e Cadastro Central de Empresas 2001 e Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, 2002).

As receitas da pecuária são compostas por rebanhos bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, aves, caprinos, ovos, leite e mel de abelha e a agricultura, pelas lavouras, permanentes e temporárias, descritas na Tabela 3.11, a seguir.

Tabela 3.11 - **Culturas permanentes e temporárias -
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2002.**

Discriminação	Hectares (ha.)	%
1. Culturas temporárias	104.168	100,0
- Arroz	25.145	24,0
- Feijão	30.293	29,0
- Milho	45.019	43,0
- algodão herbáceo	2.799	3,0
- outras	912	1,0
2. Culturas Permanentes	1.585	100,0
- banana	1.005	63,0
- castanha de caju	211	13,0
- algodão arbóreo	136	9,0
- coco da baia	105	7,0
- manga	91	6,0
- outras	37	2,0

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2002.

Relacionamos, na Tabela 3.12, a seguir, os municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul Cearense, com os respectivos IDH, bem como a sua classificação em relação aos demais municípios que compõem o estado do Ceará.

De acordo com os critérios utilizados para cálculo desses indicadores, eles estão dentre os mais baixos do Estado.

Tabela 3.12 - **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão-
Ceará e municípios da Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2000.**

MUNICÍPIOS	ÍNDICES				
	Dimensões			Global	Classificação
	Educação	Longevidade	Renda		
-Antonina do Norte	0,657	0,690	0,491	0,613	125º
-Baixio	0,729	0,562	0,476	0,589	162º
-Cariús	0,674	0,746	0,471	0,630	95º
-Cedro	0,704	0,663	0,534	0,634	83º
-Icó	0,670	0,633	0,518	0,607	135º
-Iguatu	0,739	0,727	0,610	0,692	12º
-Ipaumirim	0,766	0,662	0,511	0,646	55º
-Jucás	0,705	0,616	0,471	0,597	151º
-Lavras da Mangabeira	0,711	0,715	0,483	0,636	79º
-Orós	0,717	0,663	0,501	0,627	103º
-Quixelô	0,602	0,700	0,474	0,561	179º
-Tarrafas	0,681	0,616	0,413	0,570	175º
-Umari	0,722	0,562	0,468	0,584	166º
-Várzea Alegre	0,702	0,690	0,506	0,633	88º
CEARÁ	0,772	0,713	0,616	0,699	-

Fonte: PNUD (2004)

Capítulo 4

Desenho do estudo

O presente capítulo é constituído pela metodologia utilizada na identificação do perfil sócioeconômico e da qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D. Dessa forma são conhecidos os procedimentos de amostragem, os instrumentos da pesquisa, a origem e coleta dos dados, o desenvolvimento do questionário e a sua aplicação aos sujeitos envolvidos.

Para a identificação do perfil sócioeconômico foram utilizadas técnicas de análise, consistindo na tabulação e descrição dos dados coletados junto à população estudada, objetivando a confecção de tabelas contendo informações que possibilitassem a análise sócioeconômica.

No que se refere à evolução do nível de qualidade de vida, utilizaram-se os indicadores que formam o Índice de Qualidade de Vida, na forma apresentada no item 4.2 – Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida – IQV, quais sejam: saúde, educação, condições de moradia (habitação), condições sanitárias e acesso a bens duráveis.

Foram utilizados dados primários obtidos através de entrevistas diretas junto aos beneficiários do crédito, no período de junho a julho de 2004, os quais permitiram conhecer a situação dos beneficiários do PRONAF D, na Mesorregião Centro-Sul Cearense, no ano de 2000, ou seja, antes do recebimento do crédito em 2001, e durante a pesquisa, em 2004. Compuseram, também, a pesquisa, dados secundários de diferentes fontes conforme comentado no item 4.4.

4.1 Definição e operacionalização das variáveis na identificação do perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense

As variáveis definidas para a identificação do perfil sócioeconômico dos beneficiários compostas no questionário aplicado permitiram conhecer as características dos beneficiários, através das variáveis sociais e econômicas, conforme abaixo discriminadas:

4.1.1 Variáveis sociais

- a) idade e sexo do beneficiário;*
- b) escolaridade do beneficiário;*
- c) escolaridade dos residentes nos domicílios investigados;*
- d) tamanho das famílias e composição dos domicílios;*
- e) atividade ocupacional- refere-se às atividades ocupacionais do beneficiário, da esposa e dos demais residentes nas unidades familiares.*

4.1.2 Variáveis econômicas

- a) renda média per capita, com base nos rendimentos das atividades rurais e outras fontes orçamentárias;*
- b) localização e tamanho das propriedades rurais;*
- c) condição das propriedades rurais (própria, posse, arrendada, etc.)*
- d) tração utilizada nas propriedades rurais (manual, mecânica e animal);*
- e) equipamentos e máquinas utilizadas nas propriedades rurais;*
- f) benfeitorias existentes nas propriedades rurais;*
- g) energia e fonte de água utilizada nas propriedades rurais;*
- h) atividades desempenhadas pelos beneficiários;*

- i) financiamentos agropecuários obtidos (acessos, dificuldades e mudanças):*
- *volume de recursos contratados;*
 - *cláusulas contratuais e pagamento dos financiamentos obtidos;*
 - *dificuldade na obtenção dos financiamentos;*
 - *assistência técnica;*
 - *treinamento e capacitação;*
 - *empregos gerados (assalariados permanentes, temporários, familiares e agregados);*
 - *produção e renda obtida;*
 - *perspectivas dos produtores rurais e de suas famílias.*

4.2 Procedimento para a formação do Índice de Qualidade de Vida - IQV

Devido à pobreza que assola, principalmente, os países do terceiro mundo, a qualidade de vida tem sido aferida visando conhecer o nível econômico-social da população e, através do resultado, avaliar as desigualdades entre os diferentes extratos da sociedade, bem como as diferenças existentes entre os municípios, regiões e países.

Neste trabalho o método adotado para avaliar o Índice de Qualidade de Vida (IQV) teve por base o modelo do “Forest Service of the United States Development of Agriculture” através do “Range Project Effectiveness Procedure Handbook” (1986) e foi desenvolvido por FERNANDES (1977). Esse método transforma as variáveis qualitativas em quantitativas, através de valores numéricos (escores) e pesos, chegando ao índice de significância das variáveis sociais.

Para a formação do índice de qualidade de vida (IQV) dos beneficiários do PRONAF D foram utilizados os seguintes indicadores: saúde, educação, condições de moradia (habitação), condições sanitárias e acesso a bens duráveis. O prazo de quatro anos utilizados na comparação da situação antes, no ano de 2000, já que os financiamentos foram concedidos em 2001, e depois, em 2004, foram julgados suficientes para a maturação dos projetos.

Após a escolha dos indicadores que compõem o IQV foram atribuídos escores e pesos às variáveis que integraram cada indicador. Foram formados postos organizados em ordem crescente de valores, partindo-se da situação onde o indicador apresenta o pior desempenho até a melhor situação possível de ser verificada. Estes postos foram representados por escores. Os pesos representaram ponderações estabelecidas pelos próprios pesquisados os quais traduzem sua satisfação ou a importância relativa de cada um dos indicadores na formação de sua qualidade de vida.

Assim, os escores foram estabelecidos de 0 a 5 para cada variável, sendo atribuído também um peso relativo, dado pelos próprios beneficiários entrevistados, transformados em valores numéricos, que variou de 1 a 3, onde 1 representa a baixa satisfação, 2 a média satisfação e 3 a alta satisfação. O IQV é, portanto, o coeficiente entre o somatório dos escores multiplicados pelos pesos e divididos pelo somatório do escore máximo, vezes o peso maior.

O presente estudo teve como base os trabalhos realizados por FERNANDES (1977) e MENDES SEGUNDO (1998), porém, do trabalho de FERNANDES (1977) ficou excluído o indicador recreação ou lazer, e da análise de MENDES SEGUNDO (1998), o indicador condições alimentares.

Tomando por base o trabalho de FERNANDES (*op.cit.*), os demais indicadores (saúde, educação, condição de moradia, condição sanitária e acesso a bens duráveis) usados pelo autor referido e também adotados no IQV dos beneficiários do PRONAF D, sofreram algumas modificações nas variáveis que os compõem, visando adequar-se à situação analisada.

O Índice de Qualidade de Vida da população ficou definido como:

$$IQV = \sum_{j=1}^z [Ci]$$

$$Ci = 1/n \sum_{j=1}^n \left[\sum_{i=1}^m Eij.Pij / \sum_{i=1}^m Emaxi.Pmaxi \right]$$

onde:

- IQV* = índice de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D, definido para cada período, antes (2000) e depois do crédito (2004);
- Ci* = contribuição do indicador (i) para o IQV dos beneficiários;
- Eij* = escore do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado;
- Pij* = peso do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado;
- i* = 1,2,... m indicadores;
- j* = 1,2, n produtores entrevistados;
- m* = número de variáveis, em cada indicador;
- Pmáxi* = peso máximo do i-ésimo indicador;
- Emáxi* = escore máximo do i-ésimo indicador;
- z* = número de indicadores; e
- n* = número de produtores entrevistados.

O Índice de Qualidade de Vida pode ser avaliado em: elevado ou excelente, bom, regular ou ruim, conforme classificação abaixo:

- 1 --| 2 Índice ruim de qualidade de vida;
- 2 --| 3 Índice regular de qualidade de vida;
- 3 --| 4 Índice bom de qualidade de vida; e
- ≥ 4 Índice elevado ou excelente de qualidade de vida.

Para verificar o comportamento dos resultados obtidos na qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D pôde-se observar através da diferença (Δ) verificada entre os índices de qualidade de vida dos produtores antes e depois do crédito. Esta alteração foi avaliada da seguinte forma:

- a) Redução do nível de qualidade de vida: $\Delta < 0$;
- b) Manutenção do nível de qualidade de vida: $\Delta = 0$; e
- c) Ganho de qualidade de vida: $\Delta > 0$.

4.3 Operacionalização das variáveis do Índice de Qualidade de Vida - IQV

Abaixo, apresentam-se as variáveis adotadas e os respectivos escores que foram utilizados na mensuração do nível de qualidade de vida:

I. Saúde

Este indicador avalia o acesso aos serviços de saúde dos beneficiários do PRONAF D e de suas famílias, residentes na Mesorregião Centro-Sul Cearense:

- a) Atendimento por agente de saúde.....1
- b) Posto de saúde com serviços (vacinação, consultas,etc).....2
- c) Hospital da rede pública.....3
- d) Plano de saúde (convênios).....4
- e) Atendimento particular.....5

II. Educação

Este indicador mede o acesso dos beneficiários do PRONAF D e suas famílias aos diversos níveis escolares prestados à população residente nos municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul-Cearnse:

a) Não estuda.....	0
b) Freqüenta escola pública.....	1
c) Freqüenta escola particular.....	2
d) Freqüenta faculdade	3
e) Freqüenta escola agrícola.....	4

III. Condições de moradia (habitação)

Este componente mede a condição de moradia dos beneficiários do PRONAF D e de suas famílias residentes na Mesorregião Centro-Sul Cearense:

III.I. Tipo de construção do domicílio

a) Casa de taipa	1
b) Casa de tijolo	2
c) Casa de tijolo, reboco	3
d) Casa de tijolo, reboco e piso	4
e) Casa de tijolo, forrada, reboco e piso	5

III.II. Quantidade de cômodos existentes na moradia, considerando-se todas as subdivisões da moradia, excluindo-se, no entanto, corredores e áreas externas (alpendres, varandas, áreas de serviço externas, outras)

a) Até 02 (dois) cômodos.....	1
b) De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos.....	2
c) De 05 (quatro) a 06 (seis) cômodos	3
d) Acima de 07(sete) cômodos.....	4

III.III. Quantidade de cômodos utilizados como dormitório

a) Nenhum.....	0
b) De 1 a 3.....	1
c) De 3 a 5.....	2
d) Mais de 5.....	3

III.IV. Energia utilizada – medida dos tipos de energia utilizada

a) Lampião a querosene, lamparinas e velas.....	1
b) Lampião a gás butano.....	2
c) Energia com gerador/bateria.....	3
d) Energia elétrica	4

IV. Condições sanitárias

Este indicador é medido pelo percentual de moradias dos beneficiários do PRONAF D com acesso a água tratada ou potável, tipo de instalações sanitárias e forma de destinação do lixo:

IV.I. Acesso à água para beber

a) Água sem tratamento	0
b) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro)	1
c) Água da CAGECE	2

IV.II. Acesso à água para outros consumos domésticos

a) Água sem tratamento	0
b) Água com tratamento (com filtro, cloro, etc.).....	1
c) Água da CAGECE.....	2

IV.III. Destinação do lixo

- a) Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies 0
- b) Parte do lixo é enterrada ou queimada1
- c) Parte do lixo é recolhida por carros da prefeitura.....2
- d) Lixo totalmente colhido por carros da prefeitura.....3

IV.IV. Instalações sanitárias

- a) Não possui água encanada, cisterna, privada e fossa.....0
- b) Possui água encanada.....1
- c) Possui fossa e privada2
- d) Possui fossa, banheiro e privada3
- e) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada4

V. Acesso a bens duráveis

Os bens, adquiridos pelos beneficiários do PRONAF D, adquiridos antes e depois do crédito foram divididos em três grupos: No grupo I: bicicleta, rádio, fogão a gás, máquina de costura e ferro de passar; no grupo II: televisão, som, geladeira, liquidificador, moto e máquinas agrícolas; e no grupo III: carro de passeio, caminhão, trator, vídeo cassete, DVD e máquina de lavar roupa:

- a) Não possui nenhum dos bens duráveis dos grupos0
- b) Possui bens do grupo I1
- c) Possui bens dos grupos I e II2
- d) Possui bens dos grupos I, II, III3

4.4 Instrumentos e dados da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através de questionários, cujos entrevistados foram os beneficiários do crédito, os quais forneceram informações relacionadas ao nível de qualidade de vida nos períodos antes do financiamento, ou seja, antes de 2001 e após a data da entrevista, isto é, em julho de 2004.

Os questionários foram aplicados por dois técnicos agrícolas, funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, domiciliados nas agências de Iguatu (CE) e Lavras da Mangabeira (CE), as quais, segundo critérios do BNB, jurisdicionam os municípios da Mesorregião Centro-Sul Cearense, que fizeram parte da pesquisa.

A aplicação dos questionários visando antecipar alguns ajustes nos mesmos, foi testada com seis produtores rurais. Foram realizadas, também, duas reuniões com os técnicos agrícolas no sentido de adequar o conteúdo e a estrutura do questionário aos objetivos da pesquisa.

No que concerne aos dados secundários a principal fonte foi o Banco do Nordeste do Brasil, através do Ambiente de Gestão do Ativo e Informações que dispõe de todas as operações realizadas pelo Banco com seus clientes e que forneceu a relação dos beneficiários que obtiveram financiamento do PRONAF D, no ano de 2001, destinado a investimentos nas propriedades rurais situadas nos municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul Cearense.

Outras fontes de dados secundários foram:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Instituto de Estudos e Trabalho da Sociedade – IETS; e
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

A tabulação e análise dos dados foram realizadas por equipe do Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada -LEMA , da Universidade Federal do Ceará -UFC, utilizando-se o programa computacional estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

4.5 Determinação do tamanho da amostra

A Mesorregião Centro-Sul Cearense, segundo critérios do IBGE, é formada por 14 municípios. Entretanto, como não foram contratados financiamentos para investimentos em propriedades rurais, pelo BNB, no ano de 2001, no âmbito do PRONAF D, nos municípios de Antonina do Norte, Baixio, Cedro, Umari e Tarrafas, a amostra foi quantificada a partir dos municípios de Cariús, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô e Várzea Alegre.

A amostra representativa dos produtores rurais ficou distribuída conforme a Tabela 4.1, a seguir, e foi do tipo aleatória simples, distribuída proporcionalmente aos municípios onde o BNB contratou financiamento em 2001.

A determinação da amostra teve a orientação, também, do Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada-LEMA, da Universidade Federal do Ceará e foi calculada conforme a expressão abaixo:

$$n = \frac{N.p.q}{(N-1). \frac{d^2}{z^2} + p.q}$$

onde:

n = tamanho da amostra;

N = quantidade de famílias beneficiadas com financiamento do PRONAF D, no ano de 2001, na área determinada;

P = $1/2 \rightarrow$ parâmetro de população para “n” máximo;

z = 1,96 \rightarrow valor tabelado bilateral na Normal Padrão com um nível de significância
 $\alpha = 0,05$ ou 5%;

d = 0,10 \rightarrow erro de amostragem (10%).

Assim, das 93 operações realizadas pelo BNB através do PRONAF D, no ano de 2001, na Mesorregião Centro-Sul Cearense, foram selecionados 49 produtores rurais, sendo 22 relativos à área jurisdicionada pela agência de Iguatu (CE) e 27 da área de Lavras da Mangabeira (CE).

Tabela 4.1 – Distribuição da amostra por produtores rurais - 2001

Municípios	Beneficiários	Amostra
Cariús	03	01
Icó	20	13
Iguatu	06	04
Ipaumirim	05	03
Jucás	03	-
Lavras da Mangabeira	43	21
Orós	05	04
Quixelô	01	-
Várzea Alegre	07	03
TOTAL	93	49

Fonte: Banco do Nordeste (2001) e LEMA (2004).

Capítulo 5

Análise e discussão dos dados

O presente capítulo registra o perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D, inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense, através de suas características pessoais e econômicas, cujo objetivo é obter um maior conhecimento a respeito desses titulares e de suas famílias, bem como do contexto em que estão inseridos. Calcula-se, também, neste capítulo, o Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários do programa de crédito.

As informações foram agrupadas e resumidas em tabelas e gráficos contendo as frequências absolutas e relativas.

5.1 Perfil sócioeconômico dos beneficiários do PRONAF D

A exposição dos resultados obtidos mostra as características dos beneficiários do PRONAF D em seu aspecto social, através da identificação pessoal, bem como as características econômicas, voltadas, principalmente, para a propriedade rural onde desempenham suas principais atividades.

5.1.1 Variáveis sociais

5.1.1.1 Idade e sexo do beneficiário

A Tabela 5.1 apresenta a caracterização e identificação do beneficiário do crédito por idade e sexo. A maioria significativa dos produtores rurais (93,9%) aqui tratados, é do sexo masculino. As operações realizadas com mulheres são pouco representativas. Assim, dos 49 chefes dos domicílios entrevistados, somente três pertencem ao sexo

feminino, representando, apenas 6,1%. No estado do Ceará a proporção de chefes de família homens é de 73,6% (PNAD/IBGE, 1996), donde se conclui que os chefes de família homens entre os pronafianos é superior aquele verificado no estado do Ceará.

Tabela 5.1 - **Identificação, por idade e sexo, dos beneficiários do PRONAF D – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Beneficiários do PRONAF	%
1. Sexo	49	100,0
- Masculino	46	93,9
- Feminino	03	6,1
2. Idade	49	100,0
- 21 a 29 anos	03	6,1
- 30 a 39 anos	19	38,7
- 40 a 49 anos	13	26,6
- 50 a 59 anos	07	14,3
- 60 ou mais anos	07	14,3

Agrupando as idades dos chefes de domicílios em cinco faixas etárias, os resultados indicam que aqueles que têm entre 30 a 39 anos (38,7%) representam a maioria da população entrevistada e é inferior a média de idade dos chefes dos domicílios cearenses que se situa em 45,3 anos. Aqueles com idade entre as faixas de 40 a 49 anos, representam 26,6% e na faixa entre 50 a 59 anos o percentual é de 14,3%. Nos dois extremos, isto é, aquelas pessoas que estão na menor e na maior faixa etária, 6,1%, têm entre 21 a 29 anos e 14,3% têm 60 anos ou mais.

5.1.1.2 Escolaridade do beneficiário

Conforme a Tabela 5.2, observa-se que 20,4% dos titulares do PRONAF D são analfabetos. Se computarmos aqueles que apenas sabem ler e escrever - que é 20,4 % - o total representa 40,8% da amostra. Esse fato caracteriza um percentual bastante elevado de chefes de família com baixo nível de escolaridade. Vale

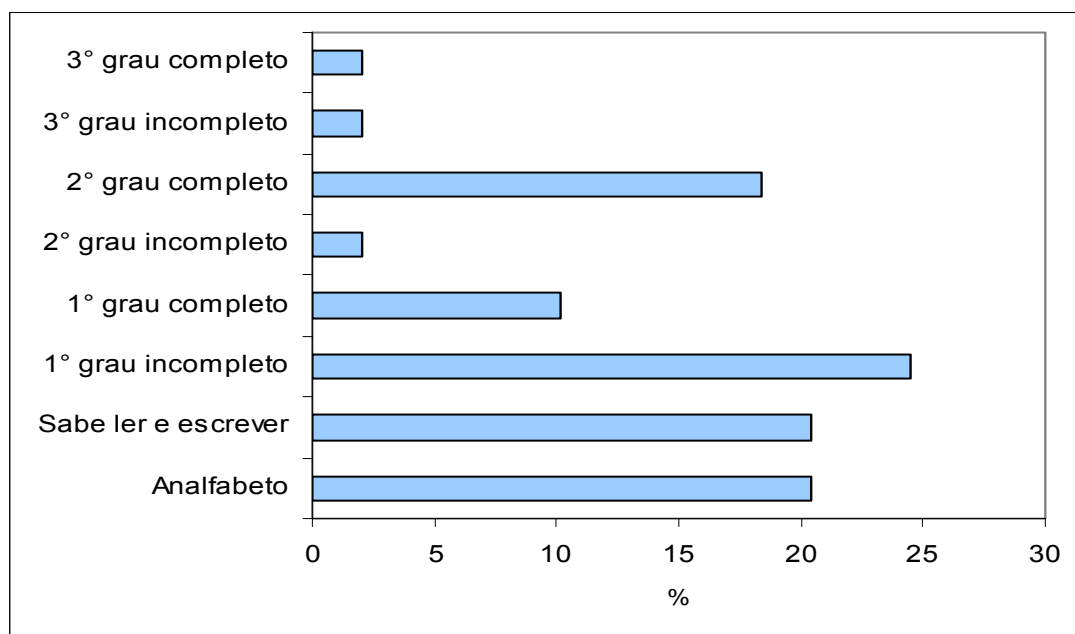
acrescentar que, neste estudo, foram considerados analfabetos pessoas jovens e adultas com mais de 15 anos de idade que não sabem ler e nem escrever.

Tabela 5.2 - **Grau de Instrução e condição educacional dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Beneficiários do PRONAF	%
1. Grau de instrução	49	100,0
-3º. grau completo	01	2,0
-3º. grau incompleto	01	2,0
-2º. grau completo	09	18,4
-2º. grau incompleto	01	2,0
-1º. grau completo	05	10,2
-1º. grau incompleto	12	24,6
-sabe ler e escrever	10	20,4
-analfabeto	10	20,4
2. Estuda	49	100,0
-sim	06	12,2
-não	43	87,8

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.1 - **Beneficiários do PRONAF D inseridos na Mesorregião Centro-Sul Cearense, por grau de instrução - 2004.**



Mesmo levando em consideração o alto índice de analfabetismo registrado entre os beneficiários do PRONAF D (20,4%), essa taxa é inferior a do Ceará (24,8%), segundo dados da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado (2002). Apesar de um número expressivo de titulares de crédito com baixo nível de instrução não ser fator impeditivo para assimilação de técnicas rurais mais eficientes, este fato sugere uma dificuldade maior em adotar práticas diferenciadas na conclusão dos negócios.

Aqueles que têm o primeiro grau incompleto são 24,6%, enquanto os que concluíram o primeiro grau são 10,2%. Somente um beneficiário dos 49 entrevistados tem o 3º grau completo e apenas 12,2% dos titulares estão dando continuidade aos estudos. O restante, 87,8%, ou nunca estudaram ou interromperam as atividades escolares.

O estudo de BRANDÃO LOPES, citado por MONTE (1999), considera que uma baixa capacitação dos membros de uma família é um indicativo de pobreza naquela unidade. Observa, também, que mais de dois terços dos chefes de domicílio indigentes e mais da metade dos domicílios pobres não indigentes são, ou analfabetos, ou têm uma base escolar muito precária.

5.1.1.3 Escolaridade dos residentes nos domicílios investigados

Conforme dados constantes da Tabela 5.3 nota-se, no que diz respeito à escolaridade, uma diferença a favor dos demais residentes na propriedade rural em relação aos titulares do crédito. Embora ainda muito longe de se obter um nível adequado e satisfatório, já se vislumbra uma melhora nesse sentido.

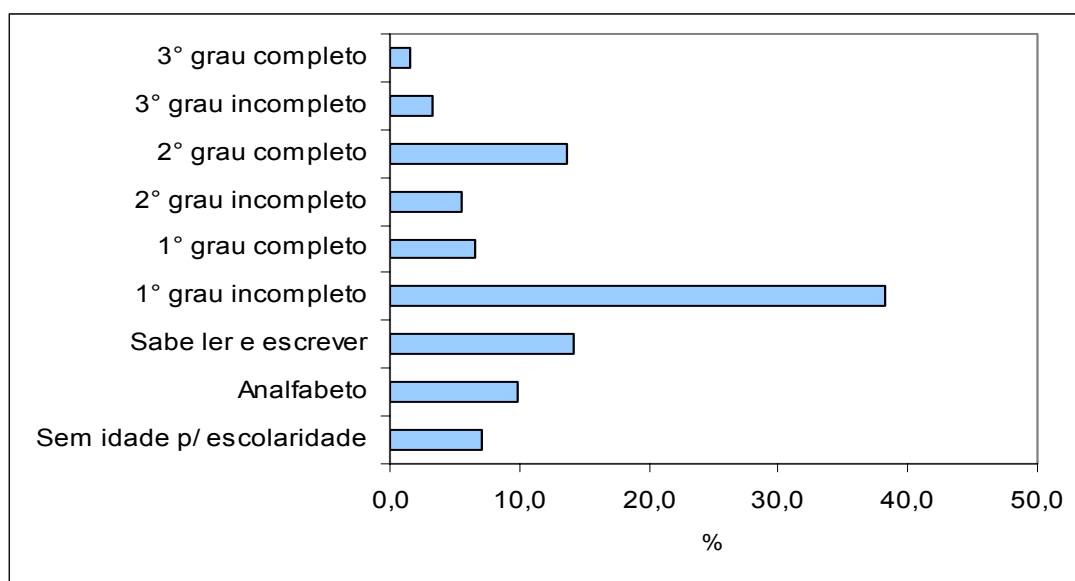
Assim, levando em consideração somente os analfabetos e os que lêem e escrevem, respectivamente, 9,8% e 14,2%, o total apurado foi de 24,0%. Esse percentual, se comparado com os beneficiários do crédito, pode ser avaliado positivamente já que a frequência relativa dessas duas faixas de escolaridade dos chefes de família foi de 40,8%. No que concerne aos demais níveis, 38,2% tem o 1º. grau incompleto, 6,6% o 1º. grau completo, 3,3% tem o 3º grau incompleto e 1,6% completou o 3º. grau.

Tabela 5.3 - **Grau de Instrução dos residentes nas propriedades rurais investigadas (familiares e agregados dos beneficiários do crédito) - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Residentes	%
1. Grau de instrução	183	100,00
-3º grau completo	03	1,6
-3º grau incompleto	06	3,3
-2º grau completo	25	13,7
-2º grau incompleto	10	5,5
-1º grau completo	12	6,6
-1º grau incompleto	70	38,2
-sabe ler e escrever	26	14,2
-analfabeto	18	9,8
-sem idade para escolaridade	13	7,1
2. Estuda	183	100,00
- Sim	96	52,5
- Não	87	47,5

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.2 - **Residentes nas propriedades rurais investigadas (familiares e agregados dos beneficiários do crédito), por grau de Instrução – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**



Dentre os residentes registrou-se, no momento da pesquisa, que 87 pessoas (47,5%) não estão estudando. Desse total, 17 são crianças e adolescentes, ou seja, 19,5%

estão em idade escolar, isto é, entre 7 a 22 anos (Faixa etária utilizada na avaliação da dimensão “educação”, no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal - IDH-M, do IPEA, PNUD, e Fundação João Pinheiro).

Essa evasão foi ocasionada, em parte, pela ausência de cursos nas proximidades da residência dos produtores rurais não tendo, os mesmos, condições financeiras de prosseguir os estudos, em escolas ou faculdades que necessitassem de deslocamentos para outros municípios. Assim, na maioria das vezes, foram obrigados a permanecerem nos seus estabelecimentos. Outros, porém, abandonaram as atividades escolares, simplesmente, por falta de interesse. Um dado positivo é que todas as crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos são alfabetizadas.

5.1.1.4 Tamanho das famílias e composição dos domicílios

Avaliando o tamanho e composição da unidade familiar, verificou-se um contingente de 232 pessoas, entre pais, filhos, parentes e agregados (outras pessoas que residem na propriedade rural), nos 49 domicílios visitados. A média por domicílio situou-se em 4,73 pessoas, superior, portanto, a média cearense de 4,3 pessoas, de acordo com a pesquisa do IBGE-PNAD (2000).

Assim, conforme mostra a Tabela 5.4, a maioria dos domicílios visitados (44,9%) tem entre quatro a cinco pessoas. Os domicílios com até três pessoas compõem 24,5% da amostra e 22,4% têm entre 6 a 7 pessoas. De menor expressão estão aqueles domicílios com 8 a 9 pessoas.

Tabela 5.4 - Tamanho da unidade familiar dos beneficiários do PRONAF D-Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.

Tamanho da unidade familiar	Domicílios	%
- até 03 pessoas	12	24,5
- de 04 a 05 pessoas	22	44,9
- de 06 a 07 pessoas	11	22,4
- de 08 a 09 pessoas	04	8,2
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Do total de residentes nos domicílios investigados, 32,8% são menores de 15 anos e 6,5% são idosos, com 60 anos ou mais de idade. Dessa forma, o número médio de crianças menores de 15 anos por domicílio é de 1,6 e de idosos, com 60 anos ou mais, é de 0,3. Esses valores são praticamente iguais à média cearense de 1,6 e 0,4, respectivamente, para crianças menores de 15 anos e idosos.

Dos domicílios visitados a maioria é composta, além dos próprios beneficiários, pelos cônjuges e filhos (93,1%). Pais e sogros residem com os titulares em 2,6% das unidades familiares, 3,0% são compostos por outros parentes e 1,3% da amostra é formado por outras pessoas (agregados) que, embora não sejam parentes, residem na propriedade. A Tabela 5.5, a seguir, registra a composição dos domicílios visitados.

Tabela 5.5 - **Composição familiar dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Composição dos domicílios	Residentes	%
-chefe da família	49	21,1
-cônjuge	47	20,3
-filho(a)	120	51,7
-pai /mãe / sogro / sogra	06	2,6
-outros parentes	07	3,0
-agregados	03	1,3
TOTAL	232	100,0

Fonte: Trabalho de campo

A maioria dos beneficiários é casada (95,9%). Não foram levantadas, no presente estudo, se casadas com registro civil ou apenas pessoas com união consensual. Dos titulares do crédito registrou-se apenas dois solteiros.

5.1.1.5 Local das atividades ocupacionais dos beneficiários, esposas e demais residentes nas unidades familiares

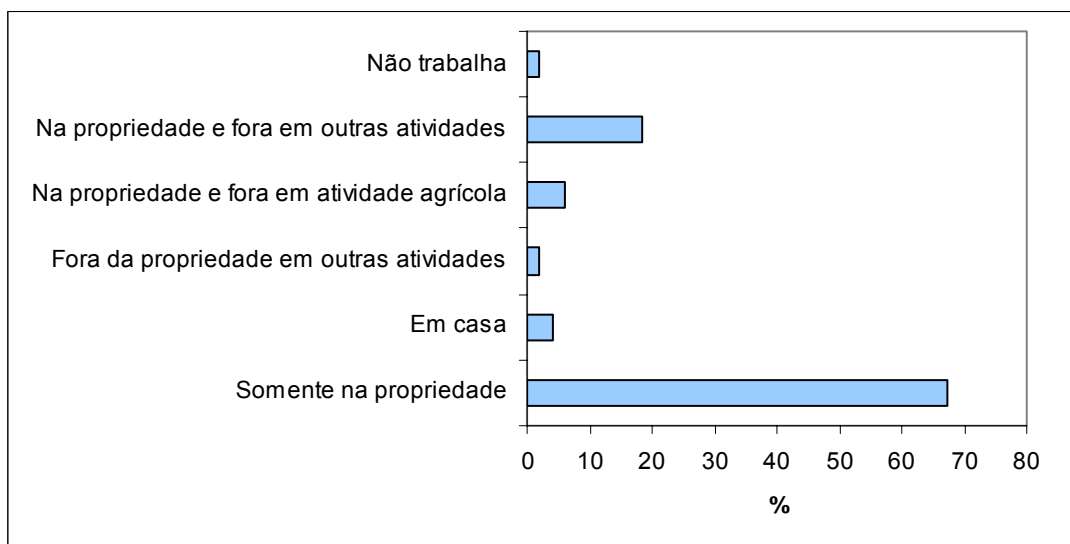
No que se refere às atividades desempenhadas pelos titulares do PRONAF D que compuseram a amostra, 91,9% exerce atividades rurais. Desse montante, 67,4% trabalha somente no próprio estabelecimento, 6,1% trabalha no próprio estabelecimento e fora em atividades agrícolas e 18,4%, também executa atividades na propriedade e fora, em outros negócios (Tabela 5.6). Dois informaram haver abandonado a atividade agrícola.

Tabela 5.6 - Local das atividades desempenhadas pelos beneficiários do PRONAF D – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.

Local de trabalho	Beneficiários	%
- Na propriedade	33	67,4
- Em casa	02	4,1
- Fora em outra atividade	01	2,0
- Na propriedade e fora em atividade agrícola	03	6,1
- Na propriedade e fora em outra atividade	09	18,4
- Não trabalha	01	2,0
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.3 - Distribuição relativa por trabalho desempenhado pelos beneficiários do PRONAF D – Mesorregião Centro-Sul Cearense-2004.



Levando em consideração a população formada pelos residentes nos 49 domicílios investigados, que totaliza 232 pessoas, 106 desempenham alguma atividade ou tem algum rendimento, representando 45,7% do total. Do restante da amostra, 54,3%, constatou-se que 34,9% são idosos ou crianças com idade inferior a 15 anos e 19,4% são do lar e/ou estão desempregados, não recebendo, portanto, remuneração.

Dos residentes nos domicílios investigados que recebem remuneração, 82,1% desempenham atividades rurais (67,9% no estabelecimento rural próprio), 13,2% exercem atividades extra-rurais e 4,7% são aposentados ou pensionistas. Vale registrar que, destas pessoas com rendimento, 4,7% são crianças com idade inferior a 15 anos e, mesmo em desacordo com a legislação em vigor, exerce algum tipo de trabalho remunerado.

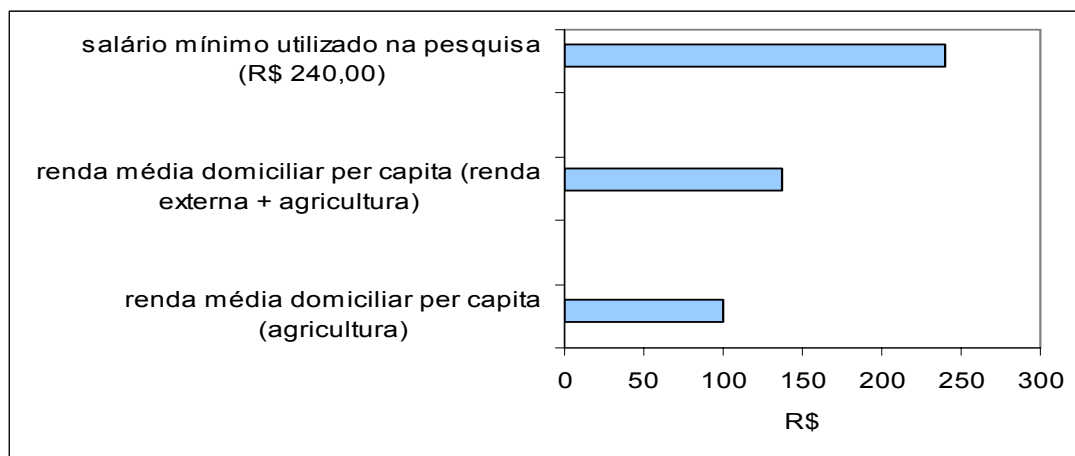
5.1.2 Variáveis econômicas

5.1.2.1 Renda média *per capita* domiciliar, com base nos rendimentos das atividades rurais e de outras fontes orçamentárias

Não obstante um contingente significativo de pessoas trabalhando na propriedade rural (67,9%), a renda média domiciliar, computando apenas as atividades agrícolas e pecuárias alcançou R\$ 470,40, enquanto que a renda média domiciliar *per capita* foi de R\$ 99,45. Esse valor está abaixo de R\$ 120,00, montante equivalente à metade do salário mínimo referenciado na data da pesquisa (R\$ 240,00), critério utilizado pelo PNUD para mapeamento da pobreza, conforme Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2003.

Se considerarmos, também, a renda externa obtida pelos beneficiários e demais membros da família através das atividades rurais, extra-rurais e aposentadorias, a renda média familiar alcançou R\$ 649,19 e a renda média familiar *per capita* totalizou R\$ 137,25. Mesmo considerando um acréscimo de 38%, em relação à renda referente somente à atividade agropecuária, ainda é insuficiente para atender as necessidades de uma família (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 - Renda média familiar *per capita* dos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.



Dos recursos auferidos com a renda, segundo informações dos entrevistados (Tabela 5.7), 42,9% dos beneficiários do PRONAF gasta mais da metade com o consumo próprio e da família, 24,5% menos da metade, 14,3% consome a metade, enquanto que 16,3% dos entrevistados destinam tudo o que auferem.

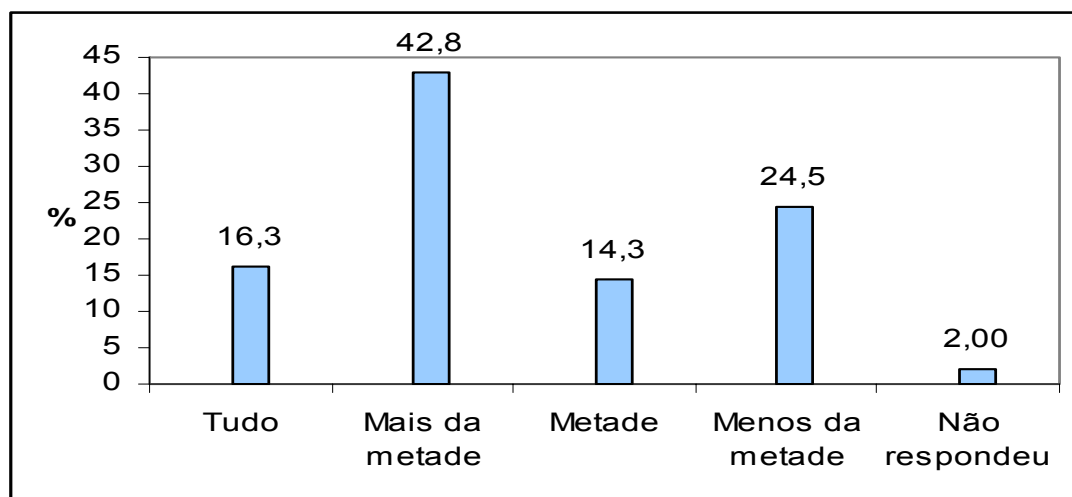
De fato, levando-se em conta as condições de carência e exclusão social de grande parte da população brasileira, principalmente no meio rural, pode-se entender que a maior parte da renda seja destinada ao autoconsumo.

Tabela 5.7 - Percentual da renda destinada ao autoconsumo pelos beneficiários do crédito – Mesorregião Centro Sul Cearense - 2004.

Renda destinada ao autoconsumo	Beneficiários	%
- tudo	08	16,3
- mais da metade	21	42,9
- metade	07	14,3
- menos da metade	12	
- não respondeu	01	2,0
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.5 - **Distribuição da renda destinada ao autoconsumo**
Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.



5.1.2.2 Localização e tamanho das propriedades rurais

As propriedades rurais objeto do estudo e selecionadas na amostra estão localizadas nos municípios discriminados na Tabela 5.8. Dos municípios selecionados, a cidade de Lavras da Mangabeira participou com 42,9% dos financiamentos, seguida de Icó (26,5%), Orós (8,2%), Iguatu (8,2%), Várzea Alegre e Ipaumirim, com 6,1% cada. Em menor quantidade ficou a cidade de Cariús com 2,0% dos entrevistados.

Tabela 5.8 - **Localização das propriedades objeto da pesquisa - 2004.**

Municípios	Número de contratos	%
Lavras da Mangabeira	21	42,9
Icó	13	26,5
Orós	04	8,2
Iguatu	04	8,2
Várzea Alegre	03	6,1
Ipaumirim	03	6,1
Cariús	01	2,0
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Conforme dados inseridos na Tabela 5.9, os estabelecimentos objeto da amostra, em sua maioria, possuem áreas entre 2 a 15 hectares, correspondente a 57,1% do total. Aqueles com área entre 16 a 30 hectares equivalem a 20,4% e, em menor proporção, estão as propriedades que têm entre 46 e 60 hectares (4,1%). O registro “outras” na discriminação “área da propriedade” corresponde a quatro beneficiários. Destes, três são moradores e um é proprietário e não souberam ou não quiseram informar.

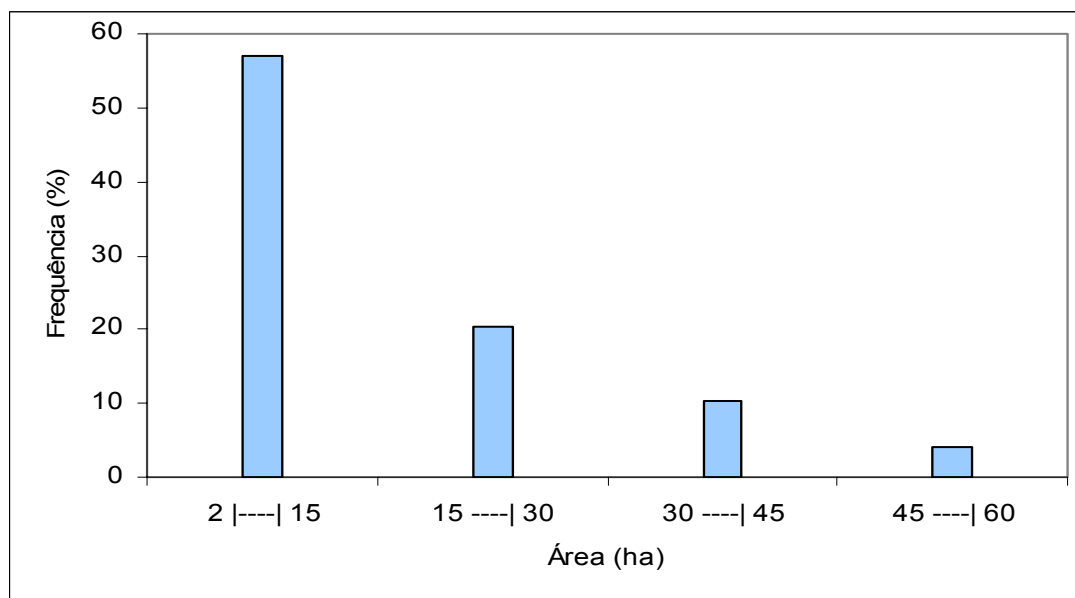
As áreas das propriedades neste estudo foram quantificadas em hectares. Pelas regras do PRONAF – para atender aos requisitos do programa - a medida dos estabelecimentos são realizadas em módulos fiscais, podendo, o tamanho de cada módulo, variar de acordo com o município em que está localizado. Conforme legislação em vigor, um módulo fiscal no Ceará corresponde a 40 hectares. Assim, as unidades produtivas pesquisadas ficaram entre 0,05 a 1,5 módulo fiscal.

Tabela 5.9 - **Tamanho e condição das propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1. Área da propriedade (ha)	49	100,00
- de 2 a 15	28	57,1
- de 16 a 30	10	20,4
- de 31 a 45	05	10,2
- de 46 a 60	02	4,1
- outras	04	8,2
2. Condição da propriedade	49	100,00
- própria	25	51,0
- posse	14	28,6
- arrendada	03	6,1
- parceria	05	10,2
- outros	02	4,1

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.6 - **Frequência relativa, por tamanho, das propriedades rurais - Mesorregião Centro-Sul Cearense – 2004.**



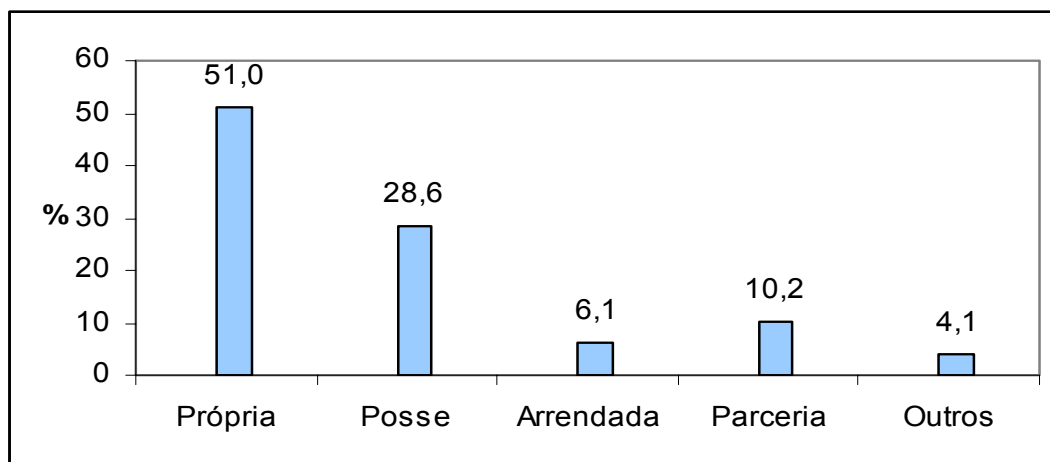
Fonte: Trabalho de campo

Segundo o IBASE, que realizou pesquisa em 8 estados brasileiros, cerca de 70,0% dos beneficiários do PRONAF entrevistados no Ceará possui propriedades rurais cujo tamanho situa-se entre 1 a 2,5 módulos fiscais. Considerando a localização da grande maioria dos estabelecimentos financiados no semi-árido, com suas naturais limitações em termos de recursos naturais, sua distribuição em termos de área indica que, na maioria dos casos, os beneficiários dispõem de condições limitadas para a prática da atividade rural (IBASE, 1998).

5.1.2.3 Condição de propriedade dos estabelecimentos rurais

Em relação às condições dos estabelecimentos investigados, cerca de 51,0% são próprios. Em 28,6% dos casos os entrevistados mantêm a posse dos estabelecimentos que exploram, 6,1% são arrendatários e 10,2% desenvolvem as propriedades em parceria. Os dois beneficiários que estão na condição “outros” exploram o imóvel de familiares.

Gráfico 5.7 - Distribuição, por tipo, das propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.



Fonte: Trabalho de campo

5.1.2.4 Tração utilizada nas propriedades rurais

Nos domicílios investigados a tração manual é empregada em 93,9% dos estabelecimentos, enquanto a tração animal é utilizada em 65,3% deles e a tração mecânica 57,1% (Tabela 5.10). É evidente que, tratando-se de estabelecimentos de agricultores familiares, de baixo nível de capitalização, o uso de mecanização ocorre através do aluguel de máquinas.

Tabela 5.10 - Tração utilizada nas propriedades rurais - 2004.

Tração	Beneficiários	%
- manual	46	93,9
- animal	32	65,3
- mecânica	28	57,1

Fonte: Trabalho de campo

Obs.: Como a pergunta permite mais de uma resposta, os percentuais extrapolam 100%.

Quanto mais elevado é o nível de renda dos agricultores familiares maior é o percentual de estabelecimentos que utilizam força mecânica ou mecânica e animal nos trabalhos agrários. O uso da tração animal, bem com da tração mecânica, isoladamente ou combinada com a tração animal, é mais comum na região Sul, onde o uso do trabalho manual como única força nos trabalhos agrários fica restrito a 31,1% dos estabelecimentos do PRONAF D. Na região Norte, o uso exclusivo do trabalho manual como o único tipo de força utilizado nos trabalhos agrários, em parte pelas próprias características de seus sistemas produtivos, chega a 85,0% entre os estabelecimentos do tipo D.

5.1.2.5 Equipamentos e máquinas utilizadas nas propriedades rurais

Os estabelecimentos financiados, conforme mostra a Tabela 5.11, dispõem de poucos equipamentos capazes de imprimir maior produtividade ao trabalho. Assim, o equipamento encontrado na grande maioria dos estabelecimentos foi o pulverizador (85,7%), seguido do arado (83,6%). Apesar de 55,1% utilizar o trator, saliente-se que essas máquinas não pertencem aos beneficiários, estando disponíveis na comunidade para aluguel através de associações, cooperativas ou particulares.

É necessário destacar que 4,0% dos entrevistados afirmaram não dispor de nenhum desses equipamentos e máquinas. Esses beneficiários praticam somente a apicultura sendo os equipamentos por eles utilizados diferentes daqueles que compuseram a amostra.

Tabela 5.11 - **Máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades rurais - 2004.**

Máquinas e equipamentos	Beneficiários	%
-adubadeira	01	2,0
-semeadeira	07	14,3
-arado	41	83,6
-pulverizador	42	85,7
-trilhadeira	14	28,6
-trator	27	55,1
-colheitadeira	16	32,7
-grade de arasto	04	8,1
-outros	13	26,5
-nenhum	02	4,0

Fonte: Trabalho de campo

Obs.: Como a pergunta permite mais de uma resposta, os percentuais extrapolam 100%.

5.1.2.6 Benfeitorias existentes nas propriedades rurais

As benfeitorias encontradas na maior proporção nas propriedades investigadas na Mesorregião Centro-Sul Cearense são as cercas e as casas: 91,8% e 75,5%, respectivamente. Os estabelecimentos contam, também, com curral (63,3%) e estábulo (18,4%). Convém destacar que em 38,8% das unidades têm açude que, nas condições das pequenas propriedades do semi-árido, trata-se de uma benfeitoria que exerce papel crucial para o suprimento d'água para uso humano e animal. Ressalte-se, ainda, que 20,4% dos estabelecimentos foi apontada a existência de obras de irrigação (Tabela 5.12).

Tabela 5.12 - **Benfeitorias existentes nas propriedades rurais investigadas – Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Tipos de benfeitorias	Beneficiários	%
-cilos	02	4,1
-curral	31	63,3
-estábulo	09	18,4
-cerca	45	91,8
-obras de irrigação	10	20,4
-açude	19	38,8
-casa	37	75,5
-pocilga	02	4,1
-galinheiro	01	2,0
-outros	12	24,5

Fonte: Trabalho de campo

Obs.: Como a pergunta permite mais de uma resposta, os percentuais extrapolam 100%.

5.1.2.7 Energia e fonte de água utilizada nas propriedades rurais

Conforme Tabela 5.13, as informações fornecidas pelos agricultores pesquisados evidenciam que 77,6% dos estabelecimentos rurais dispõem de acesso à rede da COELCE, 2,0% de luz a querosene e 20,4% utilizam, apenas, lamparina e vela. O abastecimento d'água provém, principalmente, de rio, açude ou barreiro (48,9%), 34,7% de poço ou nascente, 10,2% de torneira pública ou chafariz. Somente 6,1% dispõem de rede geral (CAGECE).

Tabela 5.13 - **Fonte de energia e tipo de abastecimento de água utilizado nas propriedades rurais investigadas - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Propriedades	%
1.Tipos de energia	49	100,0
-COELCE	38	77,6
-luz a querosene	01	2,0
-nenhuma	10	20,4
2.Abastecimento de água	49	100,00
-rede geral (CAGECE)	03	6,1
-rio, açude ou barreiro	24	49,0
-torneira pública ou chafariz	05	10,2
-poço ou nascente	17	34,7

Fonte: Trabalho de campo

A percentagem de domicílios com energia elétrica no Ceará, atualmente, é de 92,4%, enquanto no segmento rural esse percentual é de 75,8%, conforme dados da ARCE – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Ceará. Assim, a frequência dos domicílios entrevistados foi inferior a média do Estado.

Quanto ao consumo de água, o governo estadual, tendo como órgão executor a CAGECE, já vem atuando na área rural com saneamento básico (abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto) através do Programa SISAR- Sistema de Saneamento Rural. Vale acrescentar a importância desse programa haja vista que 93,8% das propriedades investigadas não usam água tratada.

5.1.2.8 Atividades desempenhadas pelos beneficiários

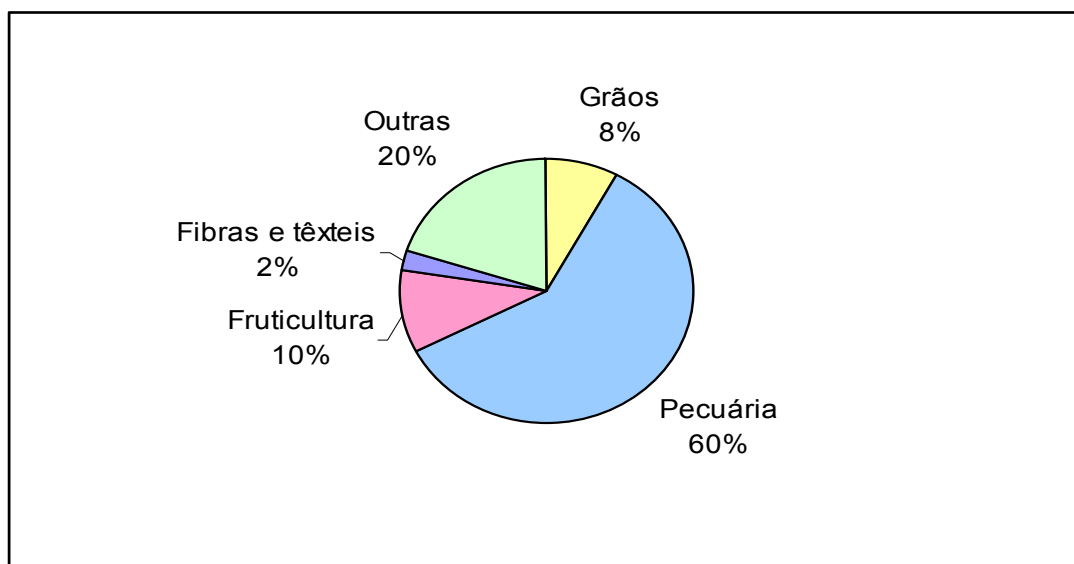
Das atividades rurais praticadas nos estabelecimentos, verifica-se que a pecuária representa 59,2% do total (bovinos, ovinos e caprinos), enquanto que a agricultura é desenvolvida em 20,4% (fruticultura, 10,2%, grãos, 8,2% e fibras e têxteis, 2,0%). O registro “outras” é representativo da piscicultura, galinha caipira e apicultura (Tabela 5.14).

Tabela 5.14 - **Atividades rurais desempenhadas pelos beneficiários do PRONAF D - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Atividades financiadas	Financiamentos	%
grãos	04	8,2
pecuária	29	59,2
fruticultura	05	10,2
fibras e têxteis	01	2,0
outras	10	20,4
TOTAL	49	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Gráfico 5.8 - Distribuição relativa, por atividades desempenhadas pelos beneficiários do PRONAF D nos estabelecimentos investigados - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.



5.1.2.9 Financiamentos agropecuários – Acessos, dificuldades e mudanças.

O crédito rural é um instrumento indispensável à atividade agrícola e pecuária permitindo um suprimento regular de capital nos períodos de gastos e nenhuma receita. A utilização do crédito beneficia, além do financiamento à produção, mediante custeio, a formação de capital, através de investimentos destinados à aquisição de máquinas, equipamentos, implementos, matrizes, reprodutores, beneficiamento da terra, além de outros itens necessários à atividade rural, inclusive à sua comercialização.

Quando da ausência de crédito, seja através das suas cooperativas ou bancos oficiais, alguns produtores deixam de plantar, plantam em parceria, arrendam suas propriedades, vendem algum bem durável ou recorrem a outras fontes de financiamento, como empréstimo a agiotas.

- *Volume de recursos contratados:*

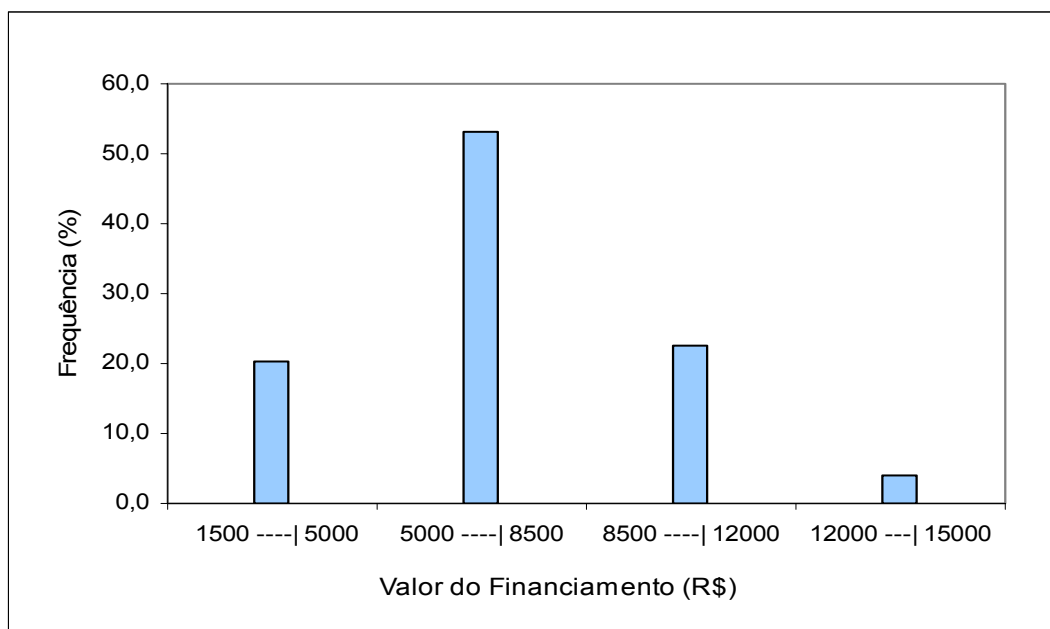
Os recursos contratados no BNB, em 2001, pelos beneficiários entrevistados, oscilaram entre o mínimo de R\$ 1.600,00 e o máximo de R\$ 14.982,00. Para o conjunto das operações contratadas a média foi de R\$ 7.086,67. A maior incidência foi contratos entre R\$ 5.000,00 a R\$ 8.500,00, com 53,1% do total e a menor ocorrência aconteceu com financiamentos de maior valor, entre R\$ 12.000,00 a R\$ 15.000,00 (Tabela 5.15 e Gráfico 5.9).

Tabela 5.15 - Volume de recursos contratados no estabelecimento bancário, pelos beneficiários entrevistados, destinados a investimentos nas propriedades rurais (R\$ 1,00) - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2001.

Faixa de valor dos financiamentos	Financiamentos	%
1.500--- 5.000	10	20,4
5.000--- 8.500	26	53,1
8.500--- 12.000	11	22,4
12.000--- 15.000	02	4,1
TOTAL	49	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

Gráfico 5.9 - Distribuição dos valores dos financiamentos contratados pelos beneficiários entrevistados, na Mesorregião Centro-Sul Cearense-2001.



- *Cláusulas contratuais e pagamento dos financiamentos obtidos:*

Conforme mostra a Tabela 5.16, 87,8% dos beneficiários entrevistados declararam conhecer as cláusulas estipuladas no instrumento de crédito, tais como: prazo, juros, datas de pagamento e demais condições inerentes ao contrato. No entanto, 12,2% afirmaram desconhecer o conteúdo do documento que assinaram.

Com relação ao pagamento de suas dívidas, 71,4% enfrentam alguma dificuldade em amortizar seus compromissos assumidos no estabelecimento bancário, enquanto 28,6% não estão tendo problemas nesse sentido.

É importante frisar que sete beneficiários do crédito, o que corresponde a 14,3% do total da amostra, declararam que não obtiveram sucesso com a atividade financiada, seja através de morte de animais, falta d'água ou outros motivos.

Tabela 5.16 - **Conhecimento sobre as obrigações contratuais e dificuldades em amortizar o financiamento contratado - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1. Conhecimento sobre as obrigações	49	100,0
- Sim	43	87,8
- Não	06	12,2
2.Dificuldade em pagar o financiamento	49	100,0
- Sim	35	71,4
- Não	14	28,6

Fonte: Trabalho de campo

- *Dificuldades na obtenção do financiamento:*

Quanto ao acesso para a obtenção do financiamento, 26,6% dos entrevistados declararam-se satisfeitos quando da solicitação do PRONAF, porém, 73,4%, ou seja, 36 *pronafricanos*, encontraram alguma dificuldade. Dentre as dificuldades apontadas, a demora na liberação do financiamento representou 63,9%, problemas na elaboração do projeto 16,7%, muita burocracia 13,9% e documentação pessoal ou da propriedade foi indicado por 5,5% do total da amostra (Tabela 5.17).

Tabela 5.17 - **Dificuldades enfrentadas na obtenção do financiamento pelos beneficiários - Mesorregião Centro-Sul Cearense- 2001.**

Tipos de dificuldades	Beneficiários	%
- Demora na liberação do financiamento	23	63,9
- Elaboração do projeto	06	16,7
- Muita burocracia	05	13,9
- Documentação pessoal ou da propriedade	02	5,5
TOTAL	36	100,0

Fonte: Trabalho de campo

- *Assistência técnica:*

A assistência técnica é um importante instrumento visando a potencialização da capacidade dos agricultores no planejamento de sua propriedade, na decisão do processo produtivo e no acesso aos métodos que lhes garantam viabilizar, com qualidade, o planejamento definido dentro de princípios agrícolas e ecológicos.

Dos produtores entrevistados 61,2% recebem assistência técnica normalmente. Os que recebem assistência técnica, a grande maioria, 96,7%, afirmou que as orientações prestadas melhoraram o desempenho das atividades desenvolvidas.

Tabela 5.18 - **Capacitação dos beneficiários e assistência técnica recebida - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1.Assistência técnica	49	100,0
- recebe assistência técnica	30	61,2
- não recebe assistência técnica	10	20,4
- quase nunca	09	18,4
2.Capacitação técnica	49	100,00
-não	28	57,1
-sim	21	42,9

Fonte: Trabalho de campo

Os produtores que não recebem assistência técnica (20,4%), acrescidos daqueles que quase nunca recebem (18,4%), totalizam 38,8% da amostra, percentual equivalente a 19 beneficiários. Consideramos a quantidade expressiva considerando a sua importância nos contratos dessa natureza.

- *Treinamento e capacitação:*

Em relação à capacitação, 42,9% declararam haver realizado treinamento contra 57,1% representativo daqueles que não receberam nenhum curso. Dos treinamentos

realizados pelos produtores, 86,0% versaram sobre Capacitação Técnica da Produção e os 14,0% restantes foram referentes à bovinocultura, fruticultura e piscicultura.

- *Empregos gerados (assalariados permanentes, temporários, familiares e agregados):*

Segundo estudo do FAO/INCRA, a agricultura familiar, em todo o país, é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. Os estabelecimentos que concentram o maior número de pessoas ocupadas são aqueles do PRONAF D, aqui estudado, com 40,0% do total. Segundo a referida pesquisa, quanto mais bem estruturadas as propriedades, maior essa concentração. Em segundo lugar vêm aquelas do grupo B, com 27,0% das ocupações, seguido do tipo C, com 20,0% e, por último, com apenas 13,0% do total de pessoas ocupadas, aqueles do grupo A (MDA,2004).

Entre os 5,5 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares do tipo D, cerca de 3,5 milhões estão na região Nordeste. Nessa região são muito comuns os casos em que os agricultores mais pobres conciliam, por necessidade, o trabalho no próprio estabelecimento, durante um período do ano, com a venda de mão-de-obra em outros períodos.

No Brasil, de um modo geral, entre os agricultores do tipo D, 3,3% dos estabelecimentos contratam empregados permanentes, sendo que 2,3% contratam apenas um empregado permanente. Os estabelecimentos dos quatro tipos familiares das regiões Centro-Oeste e Sudeste são os que mais contratam empregados permanentes dentre as regiões do Brasil.

A Tabela 5.19 mostra que, nas propriedades visitadas, foi verificado somente um empregado permanente, antes do crédito, e uma contratação após o financiamento. O acréscimo de familiares que trabalham nos estabelecimentos aumentou 73,3%, enquanto que o maior registro ocorreu nos empregos temporários, com o incremento de 268,2%. Essas ocupações acontecem, principalmente, na época das colheitas e produção.

Tabela 5.19 - **Pessoas ocupadas nas propriedades rurais - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**

Empregos	Antes	Depois	Incremento (%)
permanentes	1	2	100,0
temporários	318	854	268,6
familiares	11	15	73,3

Fonte: Trabalho de campo

- *Produção e renda obtidas após o financiamento do PRONAF:*

Embora com a baixa renda e a fragilidade, tanto do capital de trabalho, bem como das próprias condições climáticas da região, os beneficiários obtiveram, de um modo geral, um incremento na produção após o financiamento do PRONAF, podendo considerar um dado positivo o fato de que 71,4% terem obtido esse incremento. Por outro lado, 12,3% teve a produção reduzida e 16,3% ficou inalterada (Tabela 5.20).

Tabela 5.20 - **Modificação da produção após o financiamento do PRONAF - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1. Incremento da produção (%)	35	71,4
- de 10 a 30	23	46,9
- de 31 a 60	08	16,3
- de 61 a 100	02	4,1
- acima de 100	02	4,1
2. Redução da produção (%)	06	12,3
- de 10 a 30	05	10,2
- de 31 a 60	01	2,1
3. Produção estável	08	16,3
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Daqueles que obtiveram aumento na produção após o financiamento do PRONAF D, a maioria, isto é, 46,9% alcançaram ganhos entre 10,0% a 30,0%. Entre 31,0% a

60,0%, foi representado por 16,3% dos beneficiários. Os produtores que registraram incremento entre 60,0% a 100,0% e aqueles com ganhos acima de 100,0%, em relação ao período antes do crédito, foram, ambos, de 4,1%.

No sentido oposto, a produção foi reduzida para 12,3% dos produtores. Para 10,2% a redução foi entre 10% a 30% e para 2,1% para os produtores que obtiveram um decréscimo entre 31% a 60%. A produção foi estável para 16,3% da amostra.

De acordo com a Tabela 5.21, observamos que a renda acompanhou o incremento na produção. Assim, após o financiamento do PRONAF, 73,5% afirmaram que obtiveram aumento na renda. Verificou-se, na maioria dos entrevistados (49,0%), o incremento entre 10% a 30%. Acima de 100% somente 4,1% dos beneficiários. Os demais, 14,3%, ficaram entre 31% a 60% e o restante, 6,1%, o aumento foi entre 61% a 100,0%.

Tabela 5.21 - **Modificação na renda após o financiamento do PRONAF - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1. Incremento da renda (%)	36	73,5
- de 10 a 30	24	49,0
- de 31 a 60	07	14,3
- de 61 a 100	03	6,1
- acima de 100	02	4,1
2. Redução da renda (%)	06	12,3
- de 10 a 30	05	10,2
- de 31 a 60	01	2,1
3. Renda estável	07	14,2
TOTAL	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Por outro lado à renda foi reduzida para 12,3% dos beneficiários. Deste total, 10,2% sofreram redução entre 10,0% a 30,0%, enquanto 2,1% tiveram redução entre 31,0% a 60,0%, em relação ao período anterior ao financiamento do PRONAF. Para 14,2% da amostra a renda manteve-se estável.

Os principais motivos alegados para a redução da produção e a conseqüente queda na renda foram às condições climáticas, com 69,0% das respostas, 25,0% em decorrência da redução de pasto e morte de animais e o restante, 6,0%, por outros motivos.

Conforme dados da Tabela 5.22 e de acordo com os entrevistados, pode-se afirmar que o crédito contribuiu para a modificação da sua produção e renda. A maioria, isto é, 71,4% e 69,4%, declararam atribuir ao PRONAF a modificação na sua produção e renda, respectivamente, enquanto que 12,2%, não atribui ao crédito o montante da sua produção e 16,3% no que se refere à renda. O restante, 16,4% e 14,3% não respondeu.

Tabela 5.22 - **Contribuição do PRONAF na modificação da produção e renda - 2004.**

Discriminação	Beneficiários	%
1. Atribui ao PRONAF o montante atual de sua produção	49	100,0
- Sim	35	71,4
- Não	06	12,2
- Não respondeu	08	16,4
2. Atribui ao PRONAF o montante atual de sua renda	49	100,0
- Sim	34	69,4
- Não	08	16,3
- Não respondeu	07	14,3

Fonte: Trabalho de campo

- *Perspectivas dos produtores rurais e de suas famílias:*

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo produtor rural, principalmente para aqueles que vivem no Norte e Nordeste do Brasil, com sua condição precária no atendimento de serviços básicos e necessários à população como saúde, educação, moradia, saneamento dentre outras, o percentual de 79,6% está otimista quanto ao seu futuro e

de sua família. Somente 12,2% sentem-se inseguros e apenas, 8,2% não acreditam em uma melhoria ao longo do tempo (Tabela 5.23).

Tabela 5.23 - **Percepção de futuro do produtor e de sua família sob a ótica do beneficiário do crédito - 2004.**

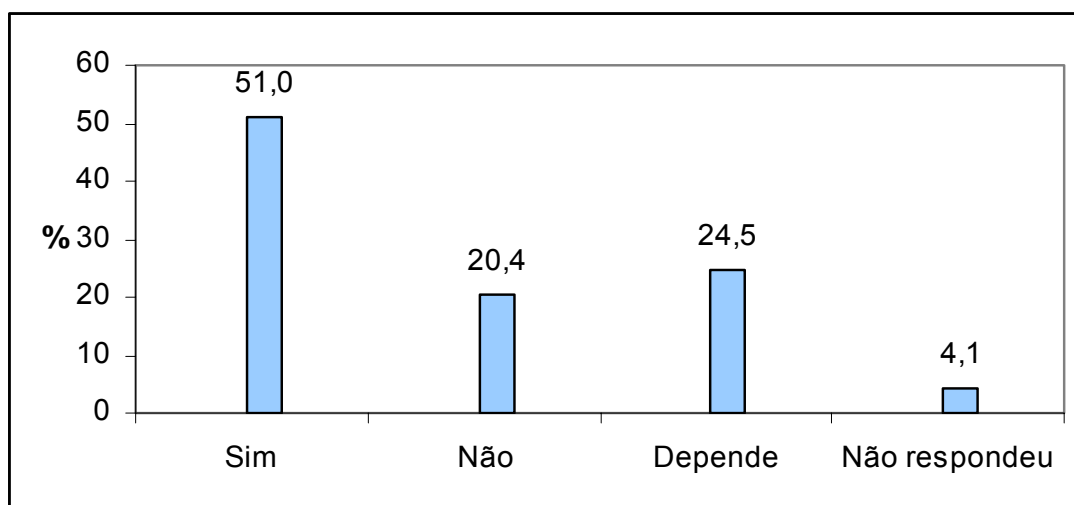
Discriminação	Beneficiários	%
com otimismo	39	79,6
com insegurança	6	12,2
com pessimismo	4	8,2
Total	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Sobre o desejo dos beneficiários a respeito da continuidade dos filhos na atividade rural, 51,0% responderam afirmativamente, 20,4% gostariam de vê-los trabalhando em atividade extra-rural através de emprego formal.

Para 24,5% dos titulares, a continuidade dos filhos na agropecuária está diretamente relacionada a mudanças positivas nas políticas atuais destinadas às atividades rurais, melhores preços de seus produtos na comercialização e a conseqüente melhoria na qualidade de vida. Os que se abstiveram de responder foi 4,1% do total (Gráfico 5.10).

Gráfico 5.10 - **Continuidade dos filhos na atividade rural, segundo os beneficiários - Mesorregião Centro-Sul Cearense - 2004.**



Fonte: Trabalho de campo

5.2 Análise dos indicadores de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense

Para analisar a contribuição do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, grupo D, na melhoria da qualidade de vida da população beneficiada, foi investigada a situação antes e depois do crédito.

O nível de qualidade de vida alcançado pela população beneficiada pelo PRONAF D foi avaliado através de índice resultante da agregação dos seguintes indicadores: saúde, educação, condições de moradia (habitação), condições sanitárias e acesso a bens duráveis.

A alteração dessas variáveis entre os dois períodos considerados na pesquisa indica se houve melhoria, perda ou nenhuma mudança na qualidade de vida dos beneficiários do Programa. Considerou-se para isso os anos de 2000, período anterior ao crédito concedido, em 2001, e em 2004, para os dados atuais. Vale ressaltar que os valores encontrados refletem tanto os escores, como o grau de satisfação de cada entrevistado em relação às variáveis em questão.

5.2.1 Saúde

Apesar de o financiamento do PRONAF não estar diretamente ligado aos serviços de saúde, estes estão aqui sendo incluídos, haja vista que a sua utilização, tanto em relação à frequência quanto ao tipo, poderá ser consequência de uma melhoria da qualidade de vida através da renda, educação, alimentação e serviços sanitários adequados por parte dos beneficiários e de suas famílias.

Os serviços de saúde procurados pelos “pronafricanos” objetos da amostra, na maioria são públicos, tais como os agentes de saúde, postos de saúde com serviços básicos e hospital da rede pública. Foi verificado, também, acessos a planos de saúde e atendimento particular.

Tendo em vista que, na pesquisa realizada, as respostas não foram excludentes, foram registrados todos os serviços de saúde utilizados pelos beneficiários.

Tabela. 5.24 - **Acesso aos serviços de saúde.**

Serviços	2000	%	2004	%
-Atendimento por agente de saúde	29	59,2	35	71,4
-Posto de saúde com serviços básicos	36	73,5	36	73,5
-Hospital da rede pública	47	95,9	47	95,9
-Plano de saúde (convênios)	1	2,0	0	0,0
-Atendimento particular	7	14,3	13	26,5

Fonte: Trabalho de campo

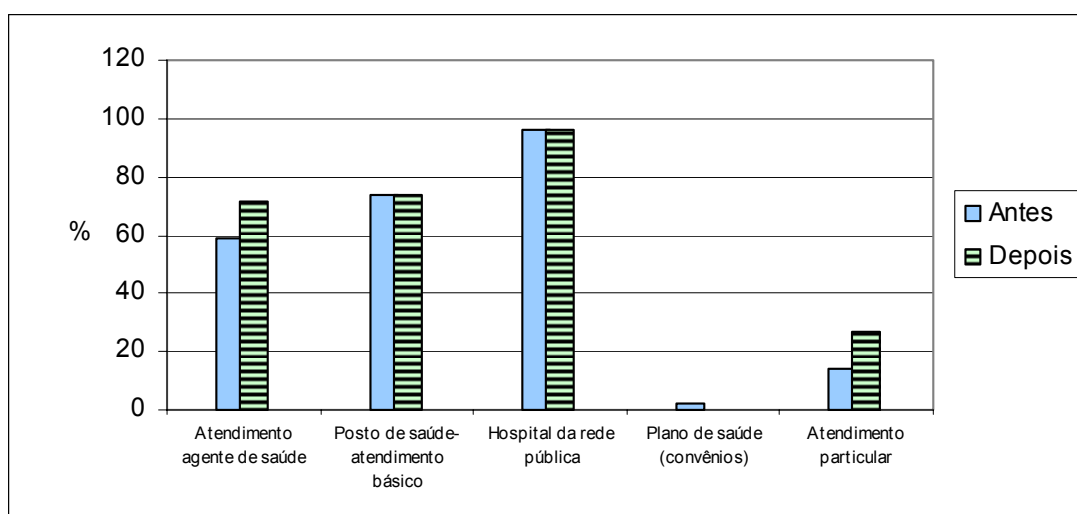
Obs.: Como a pergunta permite mais que uma resposta, os percentuais extrapolam 100%.

De acordo com a Tabela 5.24 e Gráfico 5.11, o acesso dos produtores rurais aos hospitais da rede pública faz com que este seja o serviço mais importante, fato que se confirma, também, nas pesquisas de saúde do estado do Ceará. Vale informar que os usuários da rede pública da saúde no restante da região Nordeste e no Brasil, como um todo, procuram, em maior quantidade, os postos de saúde (IBGE, 2000).

Com referência aos dados apresentados, o número de beneficiários que utilizam posto de saúde e hospital da rede pública é idêntico em ambas às situações. Por outro lado houve um acréscimo nos atendimentos por agente de saúde e particulares. Foi verificado um único usuário de plano de saúde, mas somente na situação antes do crédito.

A procura por consultórios particulares pode ser entendida como efeito de melhores condições econômicas. Os postos de saúde e os ambulatórios dos hospitais públicos geralmente são procurados pelos mais pobres enquanto os serviços particulares por aqueles que têm mais renda.

Gráfico 5.11 – **Acesso aos serviços de saúde.**



Fonte: Trabalho de campo

Embora a saúde seja um direito de todos e dever do Estado, não podemos também descartar que esse aumento pelos serviços particulares poderia ser interpretado como uma falência da saúde pública, precisando os mais carentes recorrer aos serviços pagos para obter um padrão razoável de atendimento.

De fato, segundo dados do IBGE/PNAD, quase a totalidade das pessoas que são atendidas vai ao hospital entre duas a três vezes sendo, a maior parte dos casos de não

atendimento, relativa a pessoas cobertas pelo SUS. Verifica-se, pelos dados, que os principais motivos dessas ocorrências são a ausência de vagas ou senhas.

O segundo grupo de motivos está relacionado à ausência de serviços, equipamentos danificados, falta de equipamentos e de profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros e técnicos. Estes dois grupos principais de causas estão intrinsecamente relacionados, pois quanto mais profissionais e serviços disponíveis maior é o número de vagas e menor o tempo de atendimento.

Assim, pode-se concluir que, via de regra, os atendimentos não realizados é devido a restrições na oferta de serviços e profissionais ocasionando, muitas vezes, desistência dos usuários devido a longos períodos de espera.

Não obstante os fatos acima relatados os resultados encontrados no presente estudo demonstram que a situação da saúde apresentou uma melhora nas situações antes e depois do crédito, considerando, principalmente, o atendimento por agentes de saúde que passou de 59,2% para 71,4% e atendimento particular de 14,3% para 26,5% pessoas.

Outro fato relevante a ser considerado é o grau de satisfação dos beneficiários com referência a essa variável. Antes do PRONAF, 82,0% declararam-se satisfeitos, percentual que aumentou para 86,0% no momento atual. Os que afirmaram ter baixa satisfação em relação a essa variável, representavam antes do PRONAF, 18,0%. Atualmente estes representam 14,0%. Não ocorreu nenhuma resposta com satisfação mediana.

5.2.2 Educação

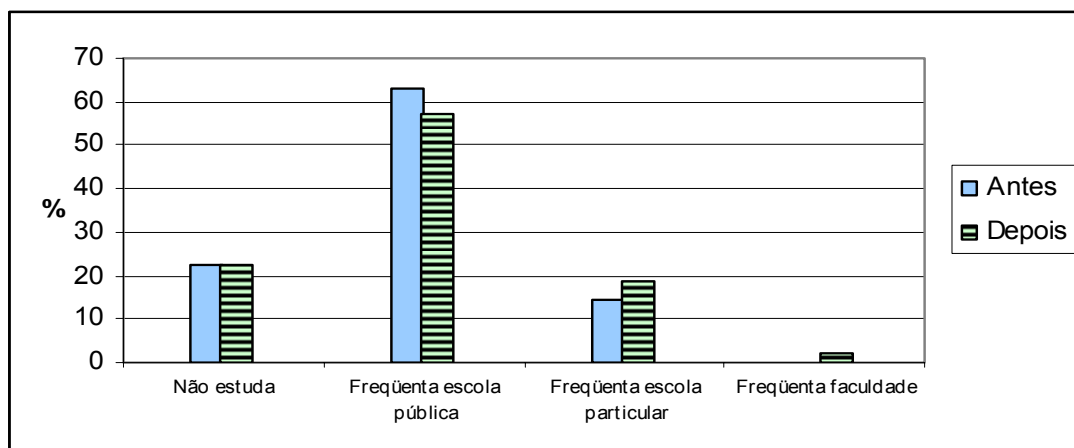
Da mesma forma que o indicador saúde, o ensino formal oferecido à população rural não está diretamente ligado às ações do crédito recebido. Porém, como a educação é um indicador fundamental para a qualidade de vida, levantou-se a questão levando-se

em conta, principalmente, que melhor renda está diretamente relacionada ao número de anos de estudo.

Os dados apresentados na Tabela 5.25 e Gráfico 5.12 mostram que, praticamente, a situação da educação permanece a mesma antes e depois do crédito. Foi constatado que em 11 famílias (11,4%), seus membros continuam sem freqüentar qualquer curso escolar ou universitário.

Pela redução de 6,2% de freqüência nas escolas públicas e de aumento nas escolas privadas em 4,10%, vislumbra-se que pode ter havido uma migração de pessoas das escolas do governo para a rede privada. Essa migração pode ter sido ocasionada pelo aumento da renda e/ou a conseqüente falência do ensino da rede pública estadual e/ou municipal. Um fato positivo foi à constatação de um domicílio cujo morador cursa o 3º. grau.

Gráfico 5.12 – **Educação.**



Fonte: Trabalho de campo

Apesar da semelhança dos resultados nos dois momentos, o Ceará, juntamente com Alagoas, foram os estados que mais aumentaram a frequência escolar de crianças na faixa de 10 a 14 anos (IETS, 2000). Dessa forma, os resultados apresentados que não mostram uma mudança significativa, podem ser consequência do pouco tempo decorrido, principalmente, pelo fato de ser a educação uma variável para a qual as mudanças são mais perceptíveis em prazos mais longos.

Tabela 5.25 – Frequência escolar

Frequência escolar	2000	%	2004	%
-Não estuda	11	22,4	11	22,4
-Freqüenta escola pública	31	63,3	28	57,1
-Freqüenta escola particular	7	14,3	9	18,5
-Freqüenta faculdade	-	-	1	2,0
TOTAL	49	100,0	49	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Indagados sobre a satisfação antes do crédito com a variável “escolaridade” tanto para o titular como para sua família, 31,0% afirmaram estar insatisfeito, 4,0% tem satisfação regular, enquanto que 65,0% responderam que estão satisfeitos com a educação que dispõem. Após o financiamento do PRONAF, 27,0% afirmaram estar insatisfeito, 4,0% disseram ter media satisfação e 69% afirmaram ter alta satisfação.

5.2.3 Condições de moradia (habitação)

As condições de bem-estar nos domicílios foram aferidas a partir das informações sobre o a quantidade de cômodos, o número de cômodos usados como dormitórios, o tipo de material utilizado na construção e acesso a energia elétrica. Vale informar que na avaliação da quantidade de cômodos existentes no domicílio não foram considerados corredores e áreas externas (alpendres, varandas e áreas de serviço fora da moradia).

Conforme a Tabela 5.26 e Gráfico 5.13, o número de beneficiários que mora em casas de taipa continua o mesmo para a situação antes e depois do projeto (8,2%). A situação permanece a mesma, também, para aquelas habitações com tijolo e reboco (10,2%) e para as de tijolo, forrada, com reboco e piso (2,0%). Houve uma melhoria em um domicílio que antes do financiamento do PRONAF era apenas de tijolo, passando para tijolo, reboco e piso.

Tabela 5.26 - **Condições de moradia (habitação).**

Discriminação	2000	%	2004	%
1.Tipo de construção da moradia	49	100,0	49	100,0
- casa de taipa	4	8,2	4	8,2
- casa de tijolo	5	10,2	4	8,2
- casa de tijolo, reboco	5	10,2	5	10,2
- casa de tijolo, reboco e piso	34	69,4	35	71,4
- casa de tijolo, forrada, reboco e piso	1	2,0	1	2,0
2.Qde. de cômodos existentes na moradia	49	100,0	49	100,0
- até 2 cômodos	4	8,2	2	4,1
- de 3 a 4 cômodos	17	34,6	17	34,6
- de 5 a 6 cômodos	24	49,0	25	51,0
- acima de 7 cômodos	4	8,2	5	10,3
3.No. de cômodos usados como dormitórios	49	100,0	49	100,0
- nenhum	8	16,3	5	10,2
- de 1 a 3 cômodos	37	75,5	40	81,6
- de 4 a 5 cômodos	4	8,2	4	8,2
4. Energia elétrica	49	100,0	49	100,0
- lampião a querosene/lamparinas e velas	6	12,2	5	10,2
- energia elétrica	43	87,8	44	89,8

Fonte: Trabalho de campo

No que se refere à quantidade de cômodos existentes, houve uma redução naqueles domicílios com até dois cômodos (de 8,2% para 4,1%) e uma conseqüente melhoria naqueles inseridos na faixa de cinco a seis compartimentos (de 49,0% para 51,0%) e acima de sete compartimentos (de 8,2% para 10,3%). Nos domicílios que têm de três a quatro cômodos não houve nenhuma modificação.

5.2.4 Condições sanitárias

Foram considerados para compor a variável condições sanitárias os seguintes indicadores: tratamento da água (para beber e utilizada para consumo), destino do lixo e instalações sanitárias. Neste aspecto nota-se uma relativa melhoria quando são comparadas as duas situações, principalmente com respeito ao tratamento da água para beber e para consumo, conforme Tabela 5.27 e Gráfico 5.14.

Observa-se que apenas a água fornecida pela CAGECE não sofreu modificações nos dois períodos considerados. Com relação às instalações sanitárias utilizadas, 48,9% dos entrevistados não possuíam água encanada, cisterna, privada ou fossa, percentual este que se reduziu para 32,7% atualmente. Nota-se um aumento do percentual das famílias que utiliza fossa, água encanada, banheiro e privada antes do financiamento, de 24,5 % para 36,7% no momento da pesquisa (2004).

Constatou-se, também, uma melhoria no que diz respeito ao destino dado ao lixo domiciliar, antes queimado ou enterrado por 16,3% dos entrevistados, percentual ampliado para 38,8%. Considerando todos os problemas decorrentes do manuseio incorreto do lixo, tais como poluição das águas e dos solos, bem como transmissão de doenças, pode-se considerar o reflexo positivo da saúde, neste aspecto.

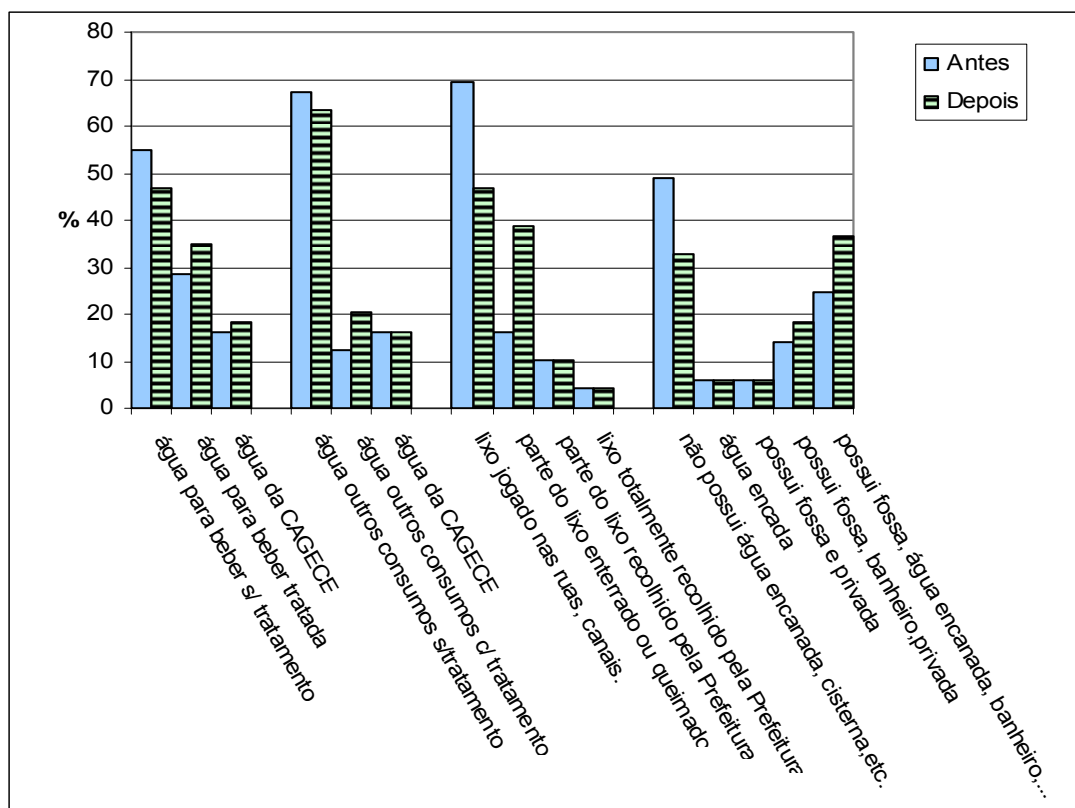
Observa-se, também, melhoria, sob a visão dos beneficiários, na situação antes e depois do crédito. Antes do financiamento, 51,0% dos entrevistados declararam pouco satisfeitos, 6,0% com satisfação mediana e 43,0% com alta satisfação. Após o financiamento 45,0% afirmaram pouca satisfação, 4,0% satisfação mediana e 51,0% alta satisfação com a variável condições sanitárias.

Tabela 5.27 - **Condições sanitárias.**

Discriminação	2000	%	2004	%
1.Tipo de água utilizada para beber	49	100,0	49	100,0
-água sem tratamento	27	55,1	23	46,9
-água tratada filtrada,fervida,cloro	14	28,6	17	34,7
-água da CAGECE	08	16,3	09	18,4
2.Tipo de água utilizada p /outros consumos	49	100,0	49	100,0
-água sem tratamento	35	71,5	31	63,3
-água com tratamento (cloro, filtro)	06	12,2	10	20,4
-água da CAGECE	08	16,3	08	16,3
3. Destino do lixo do domicílio	49	100,0	49	100,0
-lixo jogado nas ruas, canais e superfícies	34	69,4	23	46,9
-parte do lixo é enterrado ou queimado	8	16,3	19	38,8
-parte do lixo é recolhido por carros da prefeitura	5	10,2	5	10,2
-lixo totalmente recolhido pela prefeitura	2	4,1	2	4,1
4.Instalações sanitárias utilizadas na moradia	49	100,0	49	100,0
-não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa	24	48,	16	32,7
-água encanada	03	6,1	03	6,1
-possui fossa e privada	03	6,1	03	6,1
-possui fossa, banheiro e privada	07	14,2	09	18,4
-possui fossa, água encanada, banheiro e privada	12	24,5	18	36,7

Fonte: Trabalho de campo

Gráfico 5.14 - **Condições sanitárias.**



Fonte: Trabalho de campo

5.2.5 Acesso a bens duráveis

Este indicador se refere à aquisição de bens domésticos, os quais são mostrados na Tabela 5.28 e Gráfico 5.15, efetuada pelas famílias antes e depois de receberem o financiamento do PRONAF.

Os resultados encontrados indicam que houve alterações positivas nesse indicador. Vale considerar que todos os quatorze bens constantes do questionário, à exceção de moto, caminhão e lava roupa, tiveram acréscimo nos dois períodos considerados. O liquidificador foi o bem que registrou o maior acréscimo pelas famílias, nos dois períodos considerados, pois o percentual dos entrevistados que possuíam este aparelho passou de 46,9% para 69,4%, registrando um adicional de 22,5%. A geladeira foi o segundo na preferência dos beneficiários, cujo percentual passou de

55,1% para 75,5%, com acréscimo de 20,4%, e o fogão a gás, em terceiro, que antes era 77,6%, e na data pesquisada registrou 95,9% (acrécimo de 18,3%).

Vale registrar que o bem durável de maior acesso é fogão a gás, seguido do rádio e televisão, respectivamente, 95,9%, 91,8% e 87,8%.

Tabela 5.28 - **Acesso a bens duráveis.**

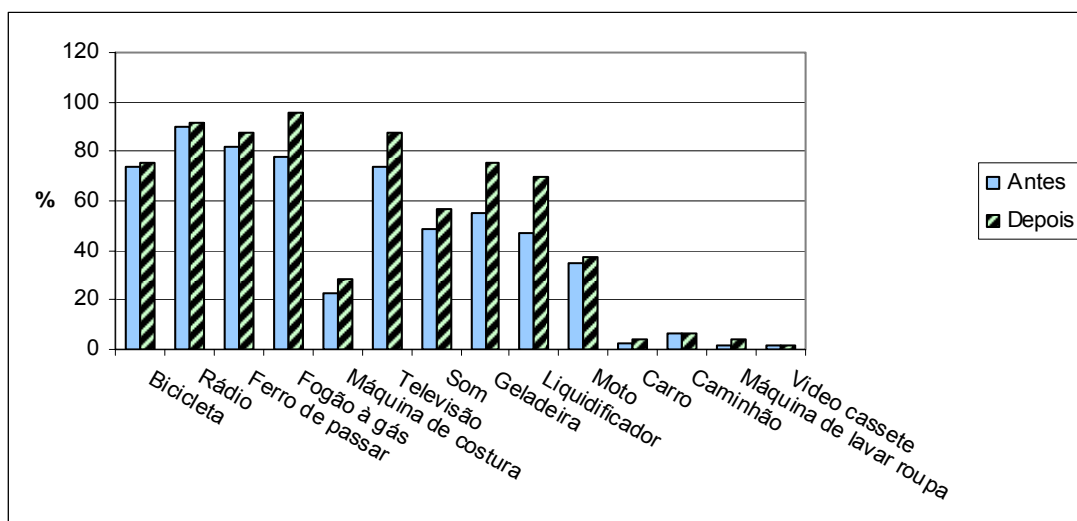
Discriminação	Antes	%	Depois	%	Acrécimo
Bicicleta	36	73,5	37	75,3	1,8
Rádio	44	89,8	45	91,8	2,0
Ferro de passar	40	81,6	43	87,8	6,2
Fogão à gás	38	77,6	47	95,9	18,3
Máquina de costura	11	22,4	14	28,6	6,2
Televisão	36	73,5	43	87,8	14,3
Som	24	48,9	28	57,1	8,2
Geladeira	27	55,1	37	75,5	20,4
Liquidificador	23	46,9	34	69,4	22,5
Moto	17	34,7	17	34,7	-
Carro	1	2,0	2	4,1	2,1
Caminhão	3	6,1	3	6,1	-
Máquina de lavar roupa	1	2,0	2	4,1	2,1
Vídeo cassete	1	2,0	1	2,0	-

Fonte: Trabalho de campo

Obs.: Como a pergunta referente ao quadro permite mais que uma resposta, os percentuais extrapolam 100%.

O grau de satisfação dos beneficiários em relação à aquisição de bens duráveis foi a seguinte: previamente ao financiamento, 45,0% tinham pouca satisfação, 2,0% satisfação mediana e 53,0% alta satisfação. Depois do PRONAF, 33,0% afirmaram ter baixa satisfação, 2,0% satisfação mediana e 65,0% responderam ter alta satisfação no indicador em questão.

Gráfico 5.15 - Acesso a bens duráveis.



Fonte: Trabalho de campo

5.3. Contribuição de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense

Os resultados apresentados na Tabela 5.29 e Gráfico 5.16 indicam a contribuição de cada um dos indicadores que compõem o índice de qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D e de suas famílias antes e depois do financiamento. Verificou-se que os indicadores que apresentaram maior contribuição para a formação do IQV na primeira situação, isto é, antes do financiamento, foram condições de moradia, saúde e acesso a bens duráveis.

Quando analisados os dados da situação após o financiamento, as maiores contribuições para a formação do Índice de Qualidade de Vida foram, também, as condições de moradia (24,46%), seguido de saúde e acesso a bens duráveis, ambas com 23,18%, cada, o que torna visível a importância destas variáveis para o bem-estar da população investigada.

Os dados indicam que houve uma alteração de 0,27 do nível de qualidade de vida das famílias rurais beneficiados com o Programa (o IQV encontrado para a situação anterior ao crédito do PRONAF foi de 2,06 e o novo índice foi de 2,33 após o

financiamento recebido). Percebe-se, ainda, que todos os indicadores contribuíram de forma positiva para a elevação do IQV.

O incremento de 0,27, apresentado na tabela 5.29, representa um acréscimo de 13,11% em relação ao IQV observado anteriormente. Esse resultado indica que, apesar de positiva, não houve uma substancial alteração na qualidade de vida das famílias após o financiamento do PRONAF.

Analisando isoladamente cada índice, observamos que o indicador que obteve o maior incremento nas duas situações analisadas foi relativo a condições sanitárias, com 37,04%, seguido de acesso a bens duráveis (29,63%) e condições de moradia (14,81%). Os indicadores que menos contribuíram para a melhoria da qualidade de vida foram: educação (11,11%) e saúde (7,41%).

O acréscimo nas condições sanitárias pode ser justificado pela melhoria da qualidade da água para beber e outros consumos domésticos, bem como pela destinação do lixo doméstico e pelo tipo de instalações sanitárias utilizadas na moradia.

Apesar de as ligações da CAGECE ainda não haver contribuído de forma significativa para a população rural, a água tratada com cloro e filtrada, tanto para beber como para outros consumos está sendo realizada de forma contínua para a população investigada.

Da mesma forma de melhores procedimentos no tratamento da água, o lixo que antes era, em sua maioria, jogado nas ruas, superfícies ou rios agora é enterrado ou queimado. Como a maioria reside na zona rural não é disponibilizado carro da prefeitura para recolhimento. Assim, mesmo ainda distante das condições ideais, a melhoria verificada vislumbra um maior esclarecimento, por parte da população investigada, a respeito da importância de certos procedimentos em relação ao indicador condições sanitárias, bem como a melhoria em seus próprios domicílios em virtude de um acréscimo na renda.

Os indicadores condições de moradia e acesso aos bens duráveis podem ter como causa de sua alteração positiva na renda da população estudada, provinda dos rendimentos rurais ou de outras fontes orçamentárias, seja de ocupações rurais e extra-rurais e/ou aposentadorias.

A variável saúde, apesar de ter peso substancial nas situações antes e depois para a formação do IQV, vê-se um pequeno acréscimo e sua participação foi de 7,41% no resultado final. Esse resultado reflete a situação da saúde no país como um todo.

Da mesma forma que a variável saúde, vimos que a educação contribuiu, também, de forma tímida para a formação do IQV da população investigada (11,11%). Nesse caso, o pouco tempo decorrido, pode não ter contribuído para uma melhoria substancial neste indicador.

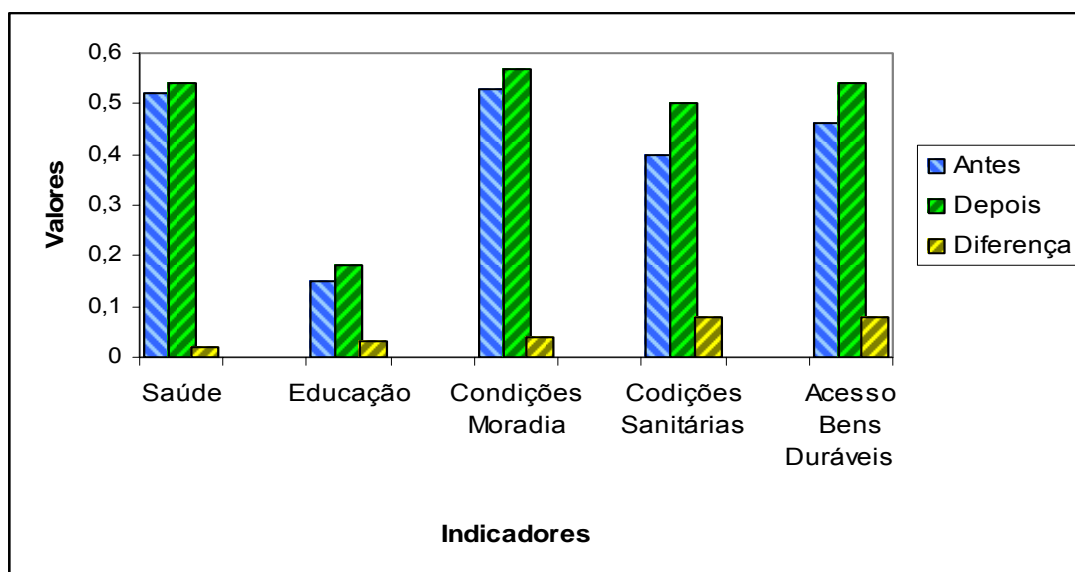
Por fim, podemos constatar que a qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D na Mesorregião Centro-Sul Cearense melhorou, tendo em vista que ocorreu aumento do IQV em relação às situações antes e depois do financiamento.

Não obstante a melhoria verificada, pela metodologia adotada neste estudo, a situação anterior ao crédito e após o financiamento continua como “regular”, haja vista a pontuação obtida nas duas situações: 2,06 e 2,33.

Tabela 5.29 - Contribuição de cada indicador para a formação do Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários e suas famílias, residentes na Mesorregião Centro-Sul Cearense.

Indicador	2000	%	2004	%	Diferença	%
Saúde	0,52	25,24	0,54	23,18	0,02	7,41
Educação	0,15	7,28	0,18	7,73	0,03	11,11
Condições de moradia	0,53	25,73	0,57	24,46	0,04	14,81
Condições sanitárias	0,40	19,42	0,50	21,45	0,10	37,04
Acesso a bens duráveis	0,46	22,33	0,54	23,18	0,08	29,63
Total	2,06	100,0	2,33	100,0	0,27	100,0
Incremento do IQV						13,11

Gráfico 5.16 - Comparação de cada indicador no Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos beneficiários do PRONAF D.



Como as hipóteses não foram testadas estatisticamente, os resultados não podem ser inferidos para outras regiões. Considerando, no entanto, as condições adversas da área estudada e o resultado aferido com base na metodologia adotada neste trabalho, pode-se afirmar que o PRONAF pode ter sido um fator de melhoria na qualidade de vida dos beneficiários.

Capítulo 6

Conclusões e recomendações

Visando promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a geração de empregos e a melhoria de renda, foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. Neste capítulo são expostas as conclusões obtidas no que concerne às condições sócioeconômicas e a avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF D, na Mesorregião Centro-Sul Cearense, contratados no Banco do Nordeste do Brasil, comparando a situação antes da contratação do financiamento do PRONAF D, em 2001, com a situação observada atualmente, em 2004. São expostas, também, as recomendações julgadas necessárias visando a melhoria de referido programa.

Com os resultados encontrados no presente estudo conclui-se, em relação às condições sócioeconômicas dos produtores familiares entrevistados, o seguinte: a maioria tem baixa escolaridade, haja vista que, aproximadamente, a metade dos beneficiários ou são analfabetos ou apenas sabem ler e escrever. Apenas um titular tem o 3º grau.

Em contraponto ao informado no item anterior e apesar, também, da baixa escolaridade, nota-se uma evolução no nível educacional das famílias dos produtores familiares, principalmente, no que se refere ao índice de analfabetismo bem como daqueles que só sabem ler e escrever. Porém, a exemplo dos titulares, a maioria tem somente o primeiro grau incompleto.

A densidade domiciliar, na maioria dos domicílios investigados, é de 4 a 5 pessoas e o número médio de crianças menores de 15 anos e idosos, por domicílio, é de, respectivamente, 1,2 e 0,3. Esses valores são praticamente iguais à média cearense, tanto para crianças menores de 15 anos como para idosos.

A maior parte dos beneficiários entrevistados continua desempenhando a agropecuária. Há registro, no entanto, de produtores que abandonaram as atividades rurais, migraram para outras profissões e/ou deixaram o imóvel a cargo dos familiares.

Paralelamente as atividades agropecuárias, parte dos “pronafricanos” se dedica, também, a outras atividades fora do imóvel rural. Alguns beneficiários aposentados continuam trabalhando na agricultura bem como crianças menores de 15 anos que, embora em desacordo com a legislação em vigor, trabalham tanto na propriedade rural como fora, em outras atividades.

A renda média domiciliar, computando apenas as atividades rurais, alcançou R\$ 470,40, enquanto que a renda média familiar *per capita* foi de R\$ 99,45. Esse valor está abaixo de R\$ 120,00, equivalente à metade do salário mínimo referenciado na data da pesquisa (2004), critério utilizado pelo PNUD para mapeamento da pobreza, conforme Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2003. Considerando a renda externa obtida, tanto pelos beneficiários como pelos demais membros da família através das atividades rurais, extra-rurais e aposentadorias, a renda média familiar alcançou R\$ 649,19 e a renda média familiar *per capita* totalizou R\$ 137,25.

As propriedades visitadas são, na maior parte, consideradas pequenas, haja vista o limite de 40 módulos fiscais, estabelecido pelo programa, para a obtenção do crédito. Os beneficiários são, na maioria, proprietários de seus estabelecimentos rurais porém, a estrutura agropecuária, ainda, é muito rudimentar. Foi apurado que a tração manual é empregada na maioria dos estabelecimentos.

Convém destacar, no entanto, que algumas unidades têm açudes o que, na condição de pequenas propriedades do semi-árido, exerce papel crucial para o suprimento d'água para uso humano e animal. Ressalte-se, ainda, que parte delas foi apontada à existência de pequenas obras de irrigação.

A maioria das propriedades rurais visitadas tem acesso à rede da COELCE, porém o abastecimento d'água principal provém de rio, açude ou barreiro. Uma minoria dispõe de rede geral da CAGECE.

Quando da obtenção do crédito, a maioria dos financiamentos foi destinada à pecuária (bovinocultura e ovinocaprinocultura) sendo, a maior parte, entre R\$ 5.000,00 à R\$ 8.500,00, bem abaixo do limite do PRONAF D, de R\$ 18.000,00. A maior parte registrou que houve demora na obtenção do financiamento bem como excessiva burocracia por parte do agente financeiro.

A grande maioria dos entrevistados declarou conhecer as obrigações contratuais dos financiamentos obtidos (com relação a juros, prazo, datas de pagamento e demais condições), porém estão encontrando dificuldades em amortizar suas dívidas no Banco. A maioria recebeu assistência técnica e declararam que as orientações prestadas melhoraram o desempenho das atividades desenvolvidas.

Não obstante a fragilidade, tanto do capital de trabalho bem como das condições climáticas da região, os beneficiários, em sua maioria, afirmaram que após o financiamento do PRONAF obtiveram um incremento na produção e, como consequência, foi registrada um incremento na renda.

Esse aumento de produção gerou, também, um aumento de pessoas ocupadas, principalmente no que concerne aos empregos temporários e de membros da família na atividade agrícola.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares, a maioria está otimista quanto ao seu futuro e de sua família. A maior parte dos beneficiários deseja que os filhos continuem na agropecuária porém esperam mudanças positivas nas políticas atuais, melhores preços de seus produtos na comercialização e a consequente melhoria na qualidade de vida.

No que concerne à qualidade de vida, constatou-se, em todas as situações estudadas, que houve modificações positivas no Índice de Qualidade de Vida da população

estudada ao comparar a situação atual com o período anterior à obtenção do financiamento.

Verificou-se, quando da análise dos dados, que todas as variáveis contribuíram de forma positiva para a elevação do IQV. No entanto, os indicadores que apresentaram maior contribuição para a formação do Índice de Qualidade de Vida, tanto antes quanto após o financiamento foram condições de moradia, saúde e acesso a bens duráveis - o que torna visível a importância destas variáveis para o bem-estar da população investigada.

Não obstante a indicação de melhoria na qualidade de vida das famílias rurais beneficiadas com o financiamento do PRONAF, os dados indicam que a alteração foi na ordem de 0,27 (o IQV encontrado para situação antes foi de 2,06 e o novo índice, após o financiamento obtido, passa para 2,33). Esse incremento de 0,27 representa um acréscimo de 13,11% em relação ao Índice de Qualidade de Vida observado anteriormente, indicando que, apesar de positiva, não houve uma substancial alteração na qualidade de vida das famílias após o financiamento do PRONAF.

Apesar da melhoria verificada, pela metodologia adotada nesse estudo, a situação anterior ao crédito e após o financiamento continua como “regular”, haja vista a pontuação obtida nas situações antes e após o financiamento: 2,06 e 2,33 sendo ambas, muito baixas considerando que poderia alcançar até 4, pelos índices utilizados.

Deve-se lembrar, também, que o acréscimo verificado na qualidade de vida pode não ser creditada, exclusivamente, ao PRONAF, haja vista que outros projetos podem ter contribuído para o resultado aqui apresentado. Como exemplo citamos os projetos São José, do governo estadual e Luz para Todos do governo federal em parceria com o governo do estado do Ceará.

Analisando, isoladamente, cada índice, observamos que o indicador que obteve o maior incremento nas duas situações analisadas foi condições sanitárias, seguido de

acesso a bens duráveis e condições de moradia. Após os indicadores mencionados, os que mais contribuíram para a melhoria da qualidade de vida foram: educação e saúde.

O acréscimo no indicador condições sanitárias pode ser justificado pela melhoria da água para beber e outros consumos domésticos, bem como pela destinação do lixo e pelo tipo de instalações sanitárias utilizadas na moradia.

Apesar de as ligações da CAGECE ainda não ter contribuído de forma significativa para a população rural, a água tratada com cloro e filtrada, tanto para beber como para outros consumos está sendo realizada de forma contínua pela população investigada.

O lixo que antes era, em sua maioria, jogado nas ruas, superfícies ou rios atualmente é enterrado ou queimado. Como a maioria reside na zona rural não é disponibilizado carro da prefeitura para recolhimento.

Mesmo, ainda, distante das condições ideais, a melhoria verificada vislumbra um maior esclarecimento por parte da população investigada a respeito da importância de procedimentos de melhoria sanitária e ambiental.

Os indicadores condições de moradia e acesso aos bens duráveis podem ter como causa de sua alteração positiva a renda da população estudada, provinda dos rendimentos rurais ou de outras fontes orçamentárias, seja de ocupações ou aposentadorias.

A variável saúde, apesar de ter peso substancial nas situações antes e depois para a formação do IQV, vê-se um pequeno acréscimo e sua participação foi de 7,41% no resultado final, refletindo a situação da saúde no país. Foi notado um aumento nos atendimentos particulares bem como na figura do agente de saúde.

Da mesma forma que a variável saúde, observou-se que a educação contribuiu, também, de forma tímida para a formação do IQV da população investigada (11,11%). Neste caso e apesar de sua indiscutível importância, o pouco tempo decorrido pode não ter contribuído para uma melhoria substancial neste indicador,

uma vez que mudanças nos aspectos educacionais são mais facilmente percebidas em prazos mais longos.

Diante de todas as informações obtidas ao longo deste trabalho observou-se, afora o que já foi mencionado, o seguinte:

- a. uma desigualdade da população investigada. Há produtores em estado de extrema pobreza, analfabetos e com residências em condições precárias bem como o titular informado, com melhor grau de instrução e que acredita na viabilidade da atividade rural. Foi constatado, também, um produtor que não se enquadraria no PRONAF;
- b. a maioria é unânime em afirmar que o apoio dos agentes financeiros impede que muitos abandonem suas atividades rurais. Por outro lado, aqueles com menos instrução sentem dificuldades na compreensão de mecanismos tecnológicos mais avançados, mostram resistência em adotar certas práticas mais modernas e, não raro, até mesmo os conhecimentos mais simplórios utilizados nas atividades rurais;
- c. embora tenha ocorrido seca e/ou enchentes por vários anos seguidos, muitos continuam a não se prevenir contra as intempéries;
- d. ausência de uma infra-estrutura voltada para o atendimento das necessidades básicas, estradas, escolas, etc.

Em vista do apurado, registram-se, abaixo, algumas manifestações ou declarações mais citadas pelos beneficiários ao longo da pesquisa:

- a grande maioria sofre com a falta de assistência técnica permanente;
- além da baixa produção alegam que os preços dos produtos não são corrigidos, gerando uma defasagem, ao longo do tempo, entre receitas e custos;

- em decorrência do problema referido no item b, acima, a atividade não é lucrativa o suficiente para manter as pessoas no campo. A produção obtida não gera receitas necessárias a todos os membros da família e, em consequência, os filhos abandonam as atividades rurais buscando a sobrevivência nos grandes centros urbanos.

Dessa forma e tendo em vista ao apurado ao longo deste trabalho, bem como por acreditar que o PRONAF é um importante instrumento do crédito rural recomenda-se, objetivado uma agricultura produtiva, competitiva e que vise, principalmente, a fixação do homem no campo, o seguinte:

- a. investir na ampliação do conhecimento, informando e capacitando os produtores rurais, através de escolas, cursos, assistência técnica e treinamentos específicos objetivando profissionalizar esse segmento. Apesar das limitações de muitos dos beneficiários dos financiamentos os produtores, quando estimulados, conseguem obter bons resultados;
- b. a capacitação acima sugerida deverá abordar temas sobre a comercialização, produção, gerenciamento, objetivando um melhor aproveitamento do crédito;
- c. maior conscientização do Programa de Crédito, por parte dos “pronafricanos” visando esclarecer, inclusive, os reais objetivos do PRONAF;
- d. em estudos posteriores, deverão ser incluídos outros indicadores uma vez que é possível a inclusão de outras variáveis que tenham influência na qualidade de vida da população investigada.

Referências bibliográficas

- BACELAR, Tânia; DUARTE, Renato; GUIMARÃES Leonardo & GOMES, Enoque.
O GTDN: da proposta à realidade: ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1994.1 v.
- BANCO MUNDIAL – ‘O Combate à Pobreza no Brasil’. *Relatório N°. 20475-BR*, 2001.
- BAR-EL, Rafhael (org.); SHACHAR, Arie; SCHWARTZ, Dafna & BENTOLILA, David. *Reduzindo a Pobreza através do Desenvolvimento Econômico do Interior do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- BCB – *Manual de Crédito Rural*, Capítulo 10, Seção 1-12; Brasília, 2004.
Disponível: <http://www.bcb.gov.br> (acesso em 13.07.2004).
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; & SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELIK, Walter. ‘*Avaliação da operacionalização do programa PRONAF*’. Campinas: 1999, pp.1-13 (mimeo).
- BNB. *FNE- Programação para 2004*, Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- _____. *Manual Básico - Operações de Crédito*, Título 5, Capítulo: 11-25.
Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF*, Brasília, 2002. Disponível : <http://www.pronaf.gov.br> (acesso em 09.02.2004).

- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *‘Avaliação do PROGER, PROGER RURAL e PRONAF – Relatório Final dos Estados (BA,CE,GO,MG,PR,RJ,RS,RO e RMS)’*. Brasília: IBASE, 1999.
- _____. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. *PROJETO ÁRIDAS - Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste*, Brasília: V.3-T.4, 1994.
- _____. *Constituição*: República Federativa do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.
- _____. *Decreto nº. 1.946*, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996.
- CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação- SEPLAN. *Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social. Plano de Governo 2003 – 2006*. Fortaleza: SEPLAN, 2003.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN. *Diagnóstico Social do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- _____. *Anuário Estatístico do Estado do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COHN, Amélia. ‘Políticas Sociais e Pobreza no Brasil’. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.12, 1995, pp.1-18.
- COSTA PEREIRA, José Kleber. *Análise Sócioeconômica em Assentamento de Reforma Agrária no Ceará: o caso de São Joaquim*. Fortaleza: UFC, 2000 (Dissertação de Mestrado).

- FERNANDES, Aristóteles Viana. *Qualidade de Vida Rural com Sustentabilidade na Amazônia: o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- FREIRE, Laura Lúcia Ramos. *Perfil Econômico do Ceará*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.
- GONDIM, Linda Maria Pontes. *Pesquisa em Ciências Sociais: O projeto de Dissertação de Mestrado*. Fortaleza: UFC, 1999.
- IBGE – *Censo Demográfico 2000*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: <http://www.ibge.gov.br> (vários acessos).
- LEMOES, José de Jesus Sousa. ‘Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região’, *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: 1999, v.30, pp.316- 335.
- _____. ‘*Mapa da exclusão social num país assimétrico: Brasil*’. Fortaleza: 2002, (mimeo).
- MAGALHÃES, André Matos. ‘*A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise através de propensity score*’. In: NETO, Raul Silveira; DIAS Fernando de Mendonça & BARROS, Alexandre Rads (Orgs.) *Teoria Econômica e Métodos Quantitativos*. Recife: 2004, pp. 2-19.
- MATTEI, Lauro. ‘*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Conceção, Abrangência e Limites Observados*’. Belém: 2001, pp.1-14 (mimeo).
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. *Qualidade de Vida e Perspectivas dos Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi, Ceará*: UFC/CCA/DEA, 1998. (Dissertação de Mestrado).

MONTE, Francisca Silvânia de Sousa. *Efeitos da Implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE na Qualidade de Vida das Famílias Rurais da Região: o Caso do Reassentamento Cambeba*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1999. (Dissertação de Mestrado).

NEIVA, Ana Cláudia G. Rodrigues; KHAN, Ahmad Saeed & SILVA Lúcia Ma. Ramos. 'Irrigação, produção familiar e qualidade de vida no setor rural cearense'. *Revista Econômica do Nordeste*, v.32, n.2, 2001, pp.184-204.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. 'Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento'. *Revista FAE*, v. 5, n.2, 2002. pp.37-48.

PEREIRA, José Kleber Costa. *Análise Sócioeconômica em Assentamento de Reforma Agrária no Ceará: O caso São Joaquim*. Fortaleza: UFC/DEA, 2000. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. *Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Vinícios C. 'Modelos de Desenvolvimento e Políticas Sociais na América Latina em uma Perspectiva Histórica'. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.12. 1995. pp. 63-90.

PNUD. *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2002.

_____. Disponível em: www.PNUD.org.com.br (vários acessos).

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa, 2003

- RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.*- *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICO, Elizabeth Melo. *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOUSA, Magna Cristina de, KHAN, Ahmad Saeed; PASSOS, Ana Tereza Bittencourt & LIMA, Patricia V.P.Sales. 'Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte'. *Revista Econômica do Nordeste*, v.36, n.1, 2005. pp. 96-120.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Luís Delfim & MARTINS, Isabel. 'A Qualidade de Vida Urbana: O caso da cidade do Porto', *FEP*, Portugal: 2002, pp. 1-6.

ANEXO

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

Dissertação de Mestrado

Caracterização sócioeconômica e Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF “D” residentes nos municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul cearense.

Pesquisa de campo

Aplicação do Questionário.

Aluno: Márcia Maria Ferreira Moroni

Orientador: Prof. Ricardo Figueiredo Bezerra

01. Nome do beneficiário do PRONAF

--

2. Data Aprovação do Projeto 03. Valor financiado (R\$) 04. Município da propriedade

--	--	--

| 05. Atividade principal financiada

- (01) Grãos
- (02) Pecuária
- (03) Fruticultura
- (04) Fibras e têxteis
- (05) Comércio varejista
- (99) Outras
- (Especificar) _____

A) PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO BENEFICIÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO E DE SUA FAMÍLIA

06. Caracterização da família do beneficiário

a. No.	b. Sexo TB1	c. Idade	d. Relação c/ benef. TB2	e. Estuda TB3	f. Grau de Instrução TB4	g. Trabalha TB5	h. Renda Externa obtida em 2001	i. Renda Interna obtida em 2001
01.								
02.								
03.								
04.								
05.								
06.								
07.								
08.								
09.								
10.								

TB 1.Sexo

01. Feminino
02. Masculino

TB 2.Relação c/Benef.

- 03.O próprio
04.Cônjuge
05. Filho(a)
06. Pai/Mãe/Sogra/Sogra
07. Outros parentes
08. Agregados
09. Outros

TB 3.Estuda

10. Sim
11. Não

TB. 4 Grau de Instrução

12. Analfabeto
13. Sabe ler e escrever
14. 1º.grau incompleto
15. 1º.grau completo
16. 2º.grau Incompleto
17. 2º.grau completo
18. Curso técnico
19. 3º. grau incompleto
20. 3º. grau completo

TB 5. Trabalha

21. Na propriedade
22. Em casa
23. Fora da propriedade em atividade agrícola
24. Fora da propriedade em outras atividades
25. Na propriedade e fora em atividade agrícola
26. Na propriedade e fora em outras atividades
27. Não trabalha
28. Aposentado/Pensionista
29. Aposentado trabalha na propriedade
99. Outro

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

07. Qual a área da propriedade financiada?

_____ h a |_|_|_|

08. Qual a condição da propriedade financiada (marque somente uma opção)

☐ (01) Própria

☐ (02) Posse

☐ (03) Arrendada

☐ (04) Parceria

☐ (05) Concessionário do programa de reforma agrária

☐ (99) Outro. Qual _____

09. Qual o tipo de tração utilizada na propriedade? (marque mais de 1 alternativa se necessário)

☐ (01) Tração animal

☐ (02) Tração mecânica

☐ (03) Tração manual

10. Quais os equipamentos e máquinas de que dispõe? (marque mais de 1 alternativa se necessário)

☐ (01) Adubadeira

☐ (02) Semeadeira

☐ (03) Arado

☐ (04) Pulverizador

☐ (05) Trilhadeira

☐ (06) Trator

☐ (07) Colheitadeira

☐ (08) Nenhum

☐ (99) Outros (especifique) _____

11. Quais as benfeitorias existentes na propriedade? (Marque quantas forem necessárias)

- ☐ (01) Cilos
- ☐ (02) Curral
- ☐ (03) Estábulo
- ☐ (04) Cerca
- ☐ (05) Obras de drenagem
- ☐ (06) Obras de irrigação
- ☐ (07) Açude
- ☐ (08) Casa
- ☐ (09) Pocilga
- ☐ (10) Galinheiro
- ☐ (99) Outros (especifique) _____

12. Qual o tipo de abastecimento de luz utilizado na propriedade? (marque mais de uma alternativa se necessário)

- ☐ (01) Com acesso a rede geral (COELCE)
- ☐ (02) Com acesso a motor
- ☐ (03) A querosene
- ☐ (04) Não tem
- ☐ (99) Outro (especifique) _____

13. Qual a principal forma de abastecimento de água utilizada na propriedade? (marque mais de uma alternativa se necessário)

- ☐ (01) Rede geral (CAGECE)
- ☐ (02) Torneira pública ou chafariz
- ☐ (03) Carro-pipa
- ☐ (04) Poço ou nascente
- ☐ (05) Rio, açude ou barreiro
- ☐ (06) Água do vizinho
- ☐ (99) Outro (especifique) _____

3. SOBRE O FINANCIAMENTO

14. Considera que conhece bem as obrigações referentes ao pagamento do financiamento obtido (prazos, juros, etc.).

☐ (01) Sim ☐ (00) Não

15. Está tendo alguma dificuldade para pagar o empréstimo?

☐ (00) Não ☐ (01) Sim. Por que? _____

16. Enfrentou alguma dificuldade quando solicitou o financiamento do PRONAF?

☐ (01) Sim ☐ (00) Não. Se NÃO seguir para a questão-----> 18

17. Que dificuldade encontrou quando solicitou o financiamento do PRONAF?
(marque mais de 1 alternativa se necessário)

☐ (01) Elaboração do projeto

☐ (02) Muita burocracia

☐ (03) Documentação pessoal ou da propriedade

☐ (04) Exigências de garantias pelo Banco

☐ (05) Demora na liberação do financiamento

☐ (06) Juros muito elevados

☐ (07) Prazo de pagamento muito curto

☐ (99) Outros (especifique) _____

18. A assistência técnica recebida tem melhorado o desempenho da sua propriedade?

☐ (1) Sim ☐ (00) Não. Por que ? _____

19. Recebeu curso de capacitação para obtenção do financiamento do PRONAF?

☐ (01) Sim ☐ (00) Não

20. Qual o tipo de capacitação que recebeu?

☐ (01) Administração de negócios

☐ (02) Administração do estabelecimento

☐ (03) Capacitação técnica para produção

☐ (99) Outro (especifique) _____

21. O curso realizado levou de alguma forma à melhoria do desempenho da sua propriedade?

☐ (01) Sim .De que forma? _____

☐ (00) Não. Por que? _____

3. SOBRE O IMPACTO DO FINANCIAMENTO

22. Número de pessoas que trabalham na propriedade?

a. Categorias	b. Antes do crédito	c. Depois do crédito
01. Assalariado permanente		
02. Assalariado temporário		
03. Familiares e Agregados		

23. Depois que recebeu financiamento do PRONAF sua produção:

☐ (01) Aumentou. Quanto em %? _____

☐ (02) Diminuiu. Quanto em %? _____

☐ (03) Ficou na mesma _____

24. Atribui ao PRONAF responsabilidade pela modificação na quantidade de sua produção?

☐ (1) Sim

☐ (00) Não

☐ (3) Em parte

25. Depois que recebeu financiamento do PRONAF sua renda:

☐ (01) Aumentou. Quanto em %? _____

☐ (02) Diminuiu. Quanto em % ? _____

☐ (03) Ficou na mesma

26. Qual o percentual de sua renda destinada ao seu consumo e de sua família?

☐ (01) Menos da metade ☐ (02) Metade ☐ (03) Mais da metade

☐ (04) Tudo

27. Se a sua renda aumentou, qual o uso dado: (marque mais de 1 alternativa se necessário)

☐ (01) Pagamento de dívidas

☐ (07) Vestuário

☐ (02) Compra de Máq.Equip./Implem.

☐ (08) Compra de eletrodoméstico

☐ (03) Alimentação

☐ (09) Realização de benfeitorias

☐ (04) Educação e capacitação

☐ (10) Compra de animais

☐ (05) Saúde

☐ (11) Aquisição de terras

☐ (06) Moradia

☐ (12) Arrendamento de terras

☐ (99) Outros (especifique) _____

28. Atribui ao PRONAF responsabilidade pela modificação no total de sua renda?

☐ (01) Sim

☐ (00) Não

☐ (03) Em Parte

4. PROBLEMAS E NECESSIDADE DE APOIO

29. Como vê o seu futuro e de sua família?

☐ (01) Com otimismo

☐ (02) Com insegurança

☐ (03) Com Pessimismo

☐ (04) Outro (especifique)

30. Seus filhos pretendem continuar desenvolvendo a atividade rural? Justifique:

☐ (01) Sim

☐ (02) Não

☐ (03) Depende. De quê? _____

31. Você acha que o PRONAF evitou que trabalhadores ou familiares seus deixassem a área rural?

☐ 01. Sim. Por que? _____

☐ 00. Não. Por que? _____

B) QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF “D”

B.1. INDICADOR SAÚDE

32. Que tipo de serviços de saúde você e sua família utilizam?

32.1 Antes do PRONAF (se necessário marque mais de um)

☐ (1) Atendimento por agente de saúde

☐ (2) Posto de saúde com serviços básicos (vacinação, consultas etc.)

☐ (3) Hospital da rede pública

☐ (4) Plano de saúde (convênios)

☐ (5) Atendimento particular

32.2 Depois do PRONAF (se necessário marque mais de um)

☐ (1) Atendimento por agente de saúde

☐ (2) Posto de saúde com serviços básicos (vacinação, consultas etc.)

☐ (3) Hospital da rede pública

☐ (4) Plano de saúde (convênios)

☐ (5) Atendimento particular

33. Qual o grau de satisfação quanto a sua saúde e de sua família?

33.1 –Antes do PRONAF

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

33.2 – Depois do PRONAF ?

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

B.2.INDICADOR EDUCAÇÃO

34. Das pessoas que estudam na sua família, a maioria:

34.1 Antes do PRONAF

- ☐ (0) Não estuda
- ☐ (1) Freqüenta escola pública
- ☐ (2) Freqüenta escola particular
- ☐ (3) Freqüenta faculdade pública
- ☐ (4) Freqüenta faculdade particular
- ☐ (5) Freqüenta Escola Agrícola
- ☐ (99) Outro: Especifique _____

34.2 Depois do PRONAF

- ☐ (0) Não estuda
- ☐ (1) Freqüenta escola pública
- ☐ (2) Freqüenta escola particular
- ☐ (3) Freqüenta faculdade pública
- ☐ (4) Freqüenta faculdade particular
- ☐ (5) Escola Agrícola
- ☐ (99) Outro: Especifique _____

35. Qual o grau de satisfação para a educação sua e de sua família ?

35.1 – Antes do PRONAF

☐ 1. Insatisfeito ☐ 2. Média satisfação ☐ 3. Satisfeito

35.2 – Depois do PRONAF

☐ 1. Insatisfeito ☐ 2. Média satisfação ☐ 3. Satisfeito

B.3. INDICADOR CONDIÇÕES DE MORADIA (HABITAÇÃO)

36. Qual o tipo de construção do domicílio?

36.1 Antes do PRONAF

- ☐ (1) Casa de taipa
☐ (2) Casa de tijolo
☐ (3) Casa de tijolo, reboco
☐ (4) Casa de tijolo, reboco e piso
☐ (5) Casa de tijolo, forrada, reboco e piso
☐ (6) Outros. Especificar: _____

36.2. Depois do PRONAF

- ☐ (1) Casa de taipa
☐ (2) Casa de tijolo
☐ (3) Casa de tijolo, reboco
☐ (4) Casa de tijolo, reboco e piso
☐ (5) Casa de tijolo, forrada, reboco e piso
☐ (6) Outros. Especificar: _____

37. Número de cômodos existentes na moradia (excluindo corredor e áreas externas – alpendres, área de serviço externa, varandas).

	37.1 Antes do PRONAF	37.2 Atualmente
(1) Até 02 (dois) cômodos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) De 03 (três) a 04 (quatro) cômodos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(3) De 05 (quatro) a 06(seis) cômodos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(4) Acima de 07 (sete) cômodos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

38. Quantos cômodos são usados como dormitório?

	38.1 Antes do PRONAF	38.1. Atualmente
(0) Nenhum	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) De 1 a 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(3) De 3 a 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(4) mais de 5	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

39. Qual o tipo de energia utilizada na residência?

39.1 Antes do PRONAF 39.2 Atualmente

- | | | |
|------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (1) Lâmpião a querosene/ (lâmparinas e velas) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Lâmpião a gás butano | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (3) Energia com gerador/bateria | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (4) Energia elétrica | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

40. Qual o seu grau de satisfação quanto às suas condições de moradia, neste domicílio ?

40.1 –Antes do PRONAF

- ☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

40.2 –Depois do PRONAF

- ☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

B4– INDICADOR CONDIÇÕES SANITÁRIAS

41. Que tipo de água para **beber** é utilizado no domicílio ?

41.1 Antes do PRONAF 41.2- Depois do PRONAF

- | | | |
|--------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (0) Água sem tratamento | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (1) Água da CAGECE | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

42. Que tipo de água para outros consumos é utilizado no domicílio ?

42.1 Antes do PRONAF 42.2- Depois do PRONAF

- | | | |
|--------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (0) Água sem tratamento | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (1) Água da CAGECE | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Água com tratamento (filtrada, fervida, com cloro) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

43. Que destinação é dada ao lixo do domicílio ?

43.1 Antes do PRONAF 43.2- Depois do PRONAF

- | | | |
|--------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (0) Lixo jogado nas ruas, canais e superfícies | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (1) Parte do lixo enterrado ou queimado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Parte do lixo é recolhida por carros da prefeitura | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

44. Que tipos de instalações sanitárias são utilizados nos domicílios ?

44.1 Antes PRONAF 44.2 Depois PRONAF

- | | | |
|-------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (0) Não possui água encanada, cisterna, privada
ou fossa | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (1) Possui fossa e privada | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (2) Possui fossa, banheiro e privada | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (3) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

45. Qual o seu grau de satisfação quanto às condições sanitárias o seu domicílio antes do PRONAF

45.1 Antes do PRONAF

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

45.2 Depois do PRONAF

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

B5 INDICADOR ACESSO A BENS DURÁVEIS

46. Quais os bens existentes em seu domicílio ?

	Antes do PRONAF	
Grupo I	Grupo II	Grupo III
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Carro de passeio
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Som	<input type="checkbox"/> Caminhão
<input type="checkbox"/> Ferro de passar	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Vídeo cassete
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> DVD
	Depois do PRONAF	
Grupo I	Grupo II	Grupo III
<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Carro de passeio
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Som	<input type="checkbox"/> Caminhão
<input type="checkbox"/> Ferro de passar	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Vídeo cassete
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> DVD

47. Diante do quadro, acima, marcar a opção abaixo mais adequada:

	47.1 Antes do PRONAF	47.2 Depois do PRONAF
(0) Não possui nenhum bem dos grupos citados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(1) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(2) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(3) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1,2 e 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Grupo I:

Bicicleta, rádio, ferro de passar, fogão a gás e máquina de costura

Grupo II:

Televisão, som, geladeira, liquidificador e moto

Grupo III:

Carro de passeio, caminhão, máquina de lavar roupa, vídeo cassete e DVD

48. Qual o seu grau de satisfação quanto aos tipos de bens duráveis utilizados pelos moradores do domicílio?

48.1 Antes do PRONAF

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito

48.2 Depois do PRONAF

☐ (1) Insatisfeito ☐ (2) Média satisfação ☐ (3) Satisfeito